

Departamento de História

**Requalificação e Sustentabilidade da Antiga Fábrica da Mundet:
Núcleo Museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal**

Duarte José Fonseca Tiago

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura - Gestão Cultural

Orientadora:

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto

Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019

Departamento de História

**Requalificação e Sustentabilidade da Antiga Fábrica da Mundet:
Núcleo Museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal**

Duarte José Fonseca Tiago

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura - Gestão Cultural

Orientadora:

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto

Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019

Agradecimentos

Agradeço desde já a abertura de todos aqueles que se demonstraram disponíveis para auxiliar-me na minha condição de estudante. Pela forma como se proporcionou a minha experiência académica, face às pressões comumente impostas sobre os jovens adultos, sobretudo nos dias de hoje, em que se exige determinismo e perseverança, que muitas vezes não acreditamos possuir. Numa fase em que é tão importante demonstrar que acreditam em nós. Por isso, agradeço aos docentes que me acompanharam no decorrer do mestrado, ao Instituto Universitário de Lisboa, ao apoio mútuo demonstrado pelos colegas, que me acompanharam nesta jornada, aos meus familiares e amigos. Por fim, à minha geração, por acreditar que faremos do dia de amanhã um futuro próspero e dinamizador, que conceda oportunidades, reconhecimento e um lugar para todos.

Resumo

Esta investigação enuncia um olhar sobre três estâncias temporais (passado, presente e futuro) de constantes transformações e processo de patrimonialização industrial da antiga fábrica da Mundet. Visa compreender as funções museológicas e políticas culturais enunciadas pelo Ecomuseu Municipal do Seixal, com a finalidade de salvaguardar e revalorizar o património cultural e natural do concelho do Seixal. Assume uma filosofia de Ecomuseu que, por definição conceptual e programática de instituição cultural polinucleada, assegura de forma permanente, as funções de investigação, conservação e valorização dum conjunto de bens naturais e culturais num dado território (EMS:1996). Do balanço e análise das metodologias de intervenção no núcleo museológico da Mundet, adequa-se um levantamento sistemático do projeto de reestruturação do complexo industrial, que se encontra vigente atualmente, admitindo uma sustentabilidade da estrutura museológica com a qualificação de espaços polivalentes, promovendo o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: #Património Industrial #Museologia #Ecomuseu Municipal do Seixal
#Sustentabilidade Cultural

Abstract

This investigation enunciates a look at three temporal periods (past, present and future) of constant transformations and the turning process of heritagization on the former Mundet's factory into industrial heritage. This work aims to understand the cultural and museological functions set forth by Municipal Ecomuseum of Seixal, with the purpose of safeguarding and revaluing the cultural and natural heritage of the Seixal's territory. It assumes an Ecomuseum philosophy, which by conceptual and programmatic definition is a polynuclear cultural institution, permanently assuring the functions of research, conservation and valorization of natural and cultural structures in a given territory (EMS: 1996). From the balance sheet and analysis of the intervention methodologies at the Mundet's museological unit, briefly presents a systematic look at the restructuring project of the industrial complex that is currently standing, admitting a sustainability of the museological structure with the qualification of multifunctional spaces promoting territorial development.

Key-words: #Industrial Heritage #Museology #Municipal Ecomuseum of Seixal
#Cultural Sustainability

Lista de Acrónimos

AML	Área Metropolitana de Lisboa
APAI	Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
APOREM	Associação Portuguesa de Empresas com Museu
CBA	Council for British Archaeology
CDI	Centro de Documentação e Informação
CGTP-IN	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CLA	Companhia de Lanifícios da Arrentela
CMS	Câmara Municipal do Seixal
CVA	Companhia de Vidros da Amora
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DPHN	Divisão de Património Histórico e Natural
EMS	Ecomuseu Municipal do Seixal
EPM	Espaço Público Mundet
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FNP	Fábrica de Pólvora Negra
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
IARC	Archaeological Research Committee
ICOFOM	International Committee for Museology of the International Council of Museums
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
MINOM	Movimento Internacional de Nova Museologia
MNES	Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale
MSET	Margem Sul do Estuário do Tejo
PAQM	Programa de Apoio à Qualificação de Museus
PARS	Projeto Arco Ribeirinho Sul

PDM	Plano Director Municipal
PI	Património Industrial
PIQEP	Projeto Integrado de Qualificação do Espaço Público do Seixal
PQDE	Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu
PRM	Projeto de Requalificação da Mundet
PVBS	Plano de Valorização da Baía do Seixal
QREN	Quadro de Referência Estratégia Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
REN-ET	Reserva Ecológica Natural do Estuário do Tejo
RPM	Rede Portuguesa de Museus
SN	Siderurgia Nacional
TICCIH	The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
UEP	União Elétrica Portuguesa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de Acrónimos	iv
Lista de Mapas	viii
Lista de Imagens	viii
Lista de Anexos	viii
INTRODUÇÃO	1
1. Relevância do Tema	2
2. Objetivos e Âmbito de Investigação	3
3. Estado de Arte	5
4. Estrutura do Trabalho	10
5. Metodologia de Investigação	12
6. Contributos da Investigação	14

PARTE I

Fundamentação Teórica

1. Antiga Fábrica da Mundet: Contextos, História e Indústria Corticeira	16
1.1. Origem e Enquadramento face ao Concelho do Seixal	17
1.2. Funções, Trabalho e Atividades da Indústria Corticeira	21
1.2.1 Discos de Cortiça	24
1.2.2 Papel de Cortiça	25
1.2.3 Rolhas de Cortiça	26
1.3. Energias e Tecnologias Aplicadas na <i>Mundet</i> (Seixal)	28
2. Património Industrial	32
2.1. Origens e Contextos – Emergência de Investigação Museológica e Científica ...	32
2.1.1 Arqueologia Industrial – Arqueologia de um passado recente	32
2.1.2 Fundamentos do Património Industrial	36
2.2. Perspetivas e Reflexões de Museologia	41
2.3. Processo de Patrimonialização	45

3. Ecomuseu: Organização, Funções e Preservação de Património Natural e Industrial	49
3.1 Ecomuseologia – Origem, Filosofia e contextualização.....	49
3.2 Processo de Musealização do Ecomuseu.....	54
3.3 Desenvolvimento do projeto museológico na Mundet	60
4.4 Estrutura territorial, Missão e Funções Museológicas.....	64
3.5 Contribuições de Programação Museológica EMS	66

PARTE II

Investigação Empírica

4. Levantamento do Projeto de Requalificação da Mundet.....	70
4.1. Levantamento Geral e Aplicação – Modalidades e Entidades Integradas.....	72
4.1.1. Parque Urbano do Seixal - Alto Dona Ana	72
4.1.2. Pavilhão Polidesportivo da Mundet.....	73
4.1.3. Espaço Memória - Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN	74
4.1.4. Hotel Mundet.....	75
4.1.5. Oficina de Artes – Armazém 56	77
4.1.6. Refeitórios Mundet – Restauração	78
4.2. Núcleo Museológico da Mundet – OficinaDe Rebaixar.....	78
4.3. Valorização da Baía do Seixal - Frente Ribeirinha e Núcleo Urbano Antigo do Seixal	83
4.4. Preservação do Património Natural	86
5. Inovação e Sustentabilidade Cultural	87
5.1. Integração do Ecomuseu no desenvolvimento sustentável.....	87
5.2. Implicações no património face ao desenvolvimento e Inovação social	92
CONCLUSÃO.....	94
6.1. Conclusões Gerais.....	94
6.2. Implicações para a teoria e prática.....	95
6.3. Limitações e sugestões para futuras investigações	96
FONTES E BIBLIOGRAFIA	99
1. Fontes	99
2. Bibliografia	100
ANEXOS	108

Lista de Mapas:

Mapa 1) Mapeamento dos Núcleos Integrantes do Ecomuseu Municipal do Seixal, com classificação e descrição adaptada do <i>Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu</i> (EMS-CMS 2001, atualização em 2006/2007)	65
Mapa 2) Mapeamento referente ao Levantamento do Projeto de Requalificação da Mundet (PRM) atribuído segundo designações de áreas, limites e modalidades integrantes no ordenamento de território respetivo	71
Mapa 3) Planta referente ao “ <i>Espaço Público Mundet e Empreendimento Turístico</i> ”, publicado em Edital Nº 244/2018, 27 de Junho de 2018, CMS	77

Lista de Imagens:

Imagen 1) Fábrica de cortiça, Mundet & C ^a . Lda, Seixal. Aspetto de Caldeiras de cozer cortiça nos anos 80. Trabalhadores a cozerem cortiça nas Caldeiras de Cima. Negativo 35 mm, preto e branco. Fotografia por Cruz, Nelson. EMS, Seixal	31
--	----

Lista de Anexos:

Anexo 1) Transcrição de entrevista realizada a Dr ^a Fátima Afonso, 08 de Maio de 2019 10:30h, Local: EMS, edifício-sede Mundet, Seixal	109
Anexo 2) Transcrição de entrevista realizada a Dr ^a Graça Filipe, 30 de Abril de 2019 (redigido e enviado por correio eletrónico)	119
Anexo 3) Imagens referentes ao projeto do Hotel Mundet (com atualização em 07-02-2019).....	121

INTRODUÇÃO

No âmbito de mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, com área de especialização em Gestão Cultural, estabelece-se, para fins de apresentação de dissertação, um trabalho de investigação que coopera a vários níveis com as premissas instituídas no decorrer do mestrado. Corresponde diretamente com um objeto de estudo que enuncia uma observação sobre três estâncias temporais (passado, presente e futuro) de constantes transformações, permitindo compreender o processo de patrimonialização da antiga fábrica da Mundet.

Face ao Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), este trabalho visa compreender o programa museológico desenvolvido pela entidade, desde a aquisição da *Mundet* pela Câmara Municipal do Seixal (CMS), em Dezembro de 1996, com o propósito de municipalização da antiga fábrica da *Mundet*. O desenvolvimento do projeto *Mundet* tomou um lugar essencial no processo de (re)perspetivação do programa museológico do EMS¹ que se encontrava instituído desde 1982, com atividades orientadas para o levantamento patrimonial do concelho, reconhecimento de interesse histórico-cultural de vários edifícios e áreas disseminadas pelo território concelhio.

Recorrendo a uma breve contextualização dos processos de patrimonialização, assentes no projeto *Mundet*, consideremos os critérios adotados para a musealização do sítio industrial, salientando a importância para preservação dos valores patrimoniais do território.

Com essa finalidade, esta investigação concentra uma análise descritiva sobre o Ecomuseu, enquanto instituição cultural que assegura uma pluralidade de espaços com interesse patrimonial, numa ampla transfiguração polinucleada e com recurso a uma gestão integral de todos os seus núcleos.

Seguramente, pretende-se consolidar um entendimento sobre a filosofia ecomuseal, que acompanha a missão e os princípios do EMS. Os princípios anunciados pela *Ecomuseologia*, por definição conceptual e programática, asseguram de forma permanente as funções de investigação, conservação e valorização de um conjunto de

¹Cf. FILIPE, Graça (2000) *Cortiça, Património Industrial e Museologia: Recursos de desenvolvimento à escala do território do seixal* Em: “*CortiçaPatrimónio Industrial e Museologia*” (2003) Conferência, Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, Câmara Municipal do Seixal, Ecomuseu Municipal, Seixal, 2000. [Documento eletrónico disponibilizado em CD-ROM] ISBN 972-8740-10-7. pp.1-2

bens naturais e culturais num dado território (EMS:1996), e servem de base no decorrer da investigação, no que pode comprometer o questionamento sobre as mudanças socioculturais, ou novos desafios que se atravessam atualmente.

Para auxiliar a viabilização desta análise, pretende-se uma abordagem sobre os processos sociológicos e demográficos assentes no concelho do Seixal, distrito de Setúbal, que afirmaram um forte crescimento da industrialização e desenvolvimento económico do concelho. Esta análise estabelece-se na primeira parte no trabalho, como o objetivo de contextualizar o desenvolvimento do setor industrial, face ao objeto de estudo, reconhecido hoje enquanto património industrial.

Os processos de desenvolvimento afetos ao concelho do Seixal no passado século, desde a sua autonomia e dinamização nas principais atividades económicas e laborais, influenciaram as práticas e os costumes tradicionais na vida da população local. São esses vestígios e locais ligados ao trabalho e história do concelho, que se tornaram hoje testemunhos vivos, presentes na memória coletiva da população, pela transmissão cultural de conhecimento, que o Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) se compromete em assegurar.

Porém, no diagnóstico aos processos de modernização, a investigação propõe uma avaliação dos mecanismos desenvolvidos pela entidade museológica, agentes locais, órgãos autárquicos e principais intervenientes nas políticas de regionalização para o desenvolvimento local, face à crescente mudança sociodemográfica que acompanha a atualidade.

1. Relevância do Tema

Apresentado o objeto em que se centraliza a presente investigação, introduz-se uma perspetiva que auxilia o exercício de problematização, designadamente sob o tema de *sustentabilidade cultural* - termo comumente utilizado por investigadores por ocasião do *Ano Europeu do Património Cultural* em Portugal (2018) ou, como exemplo, as contribuições no domínio do planeamento e estratégias culturais com o plano de estudos *Cultura 2020* (GEPAC). Esta emergência na revisão das metodologias adotadas pelas organizações, planificação dos museus e do património cultural, procura, cumulativamente, diagnosticar a sua posição sobre várias direções. São alguns exemplos concretos, a adaptabilidade à pressão dos públicos e do turismo, inclusão e coesão social, vigilância das políticas culturais assentes na salvaguarda do património e

conservação dos monumentos, políticas orçamentais e de financiamento, potencialidades do crescimento económico e rentabilidade das organizações culturais, desenvolvimento territorial, empregabilidade, papel educacional, novos métodos associados às tecnologias e/ou cooperação organizacional.

Nestas circunstâncias, importa perceber de que forma mobilizar um processo de desenvolvimento e transformação de forma sustentável, face aos riscos e exigências apresentados pelo projeto de requalificação da Mundet, em cumprimento da relevância patrimonial que ele representa. Igualmente, a investigação apresenta objetivos que remetem para uma observação direta sobre o objeto de estudo, para tal, é proposto um levantamento sob vários pontos de vista e critérios específicos de análise, que conduzam a uma simbiose entre os principais intervenientes no projeto. Desta forma, interpretar quais as vantagens do projeto de requalificação da Mundet, entre as várias dimensões que comporta, em particular para o Ecomuseu, quanto à possibilidade de uma maior afluência de visitantes, participação social e desenvolvimento local.

2. Objetivos e Âmbito de Investigação

Nesta sequência, esclarece-se efetivamente que este trabalho comporta um objetivo nuclear. Trata-se da realização de um levantamento sintetizado sobre o projeto de requalificação do sítio industrial *Mundet*, que se encontra atualmente em vigor e em processo de desenvolvimento.

Esclareço, antes de mais, que se recorreu a esta designação por vínculo pessoal, não sendo reconhecido formalmente um projeto de requalificação por parte dos intervenientes diretos. Servimo-nos desta designação para englobar um fenómeno que resulta da comunhão entre projetos individuais ou repartidos, onde assumem a responsabilidade de parte de entidades públicas ou privadas, diversificadas.

Sucintamente, este projeto compromete-se em recuperar os edifícios em mau estado de conservação, constituindo-se *a priori*, por vários projetos de rigor arquitetónico e de ordenamento do território. A presente investigação realiza um diagnóstico sobre as novas funcionalidades e polivalências, com a criação de novos espaços e percursos destinados ao lazer.

Em conformidade com este objetivo pretende-se estabelecer um diagnóstico sobre este fenómeno, em virtude de se poder fazer com que o património vivo dos territórios se torne um verdadeiro recurso para o desenvolvimento.²

Condensa-se uma análise sobre o projeto de requalificação dos edifícios que integraram o núcleo museológico da *Mundet* e o Ecomuseu Municipal do Seixal. Estes apresentam uma sugestiva proposta no revisionamento dos espaços e construção de novas narrativas afetas às exposições, serviços educativos, animação cultural, ou mobilidade e acessibilidade. Igualmente, as novas instalações refletem um compromisso em assegurar as práticas museológicas e valências técnicas, que constituem e significam um museu, em diferentes estágios da sua existência.

Em suma, face a este desafio, que se manifesta na expansão e dinamização do núcleo museológico, importa refletir as condições apresentadas pelo EMS para a salvaguarda e preservação do património industrial.

Adequa-se uma fundamentação do processo de musealização da *Mundet*, que congrega mais de 20 anos de existência, por ocasião do destacamento de uma equipa técnica em 1996, para intervenção museológica e museográfica do sítio industrial. Procedendo-se, então, em Maio de 1998 à sua inauguração oficial ao público³. Para esse fim, resultou no seu plano metodológico o levantamento, inventariação, programação e conservação de património *in situ*.

Desta reflexão, necessário será reconhecer a missão e estrutura do Ecomuseu e o papel que assume em recorrentes propostas de intervenção e investigação científica. É necessário também compreender, junto dos intervenientes que acompanharam todo este processo, a sua posição perante o projeto aprovado para requalificação do sítio. Que medidas a tomar na vigilância, salvaguarda e preservação do património industrial? E é preciso identificar as principais fragilidades no quadro institucional do Ecomuseu, que puderam comprometer uma adaptação ao atual processo de desenvolvimento, e de renovação de métodos e recursos.

² Cf. “*Todo território determinado sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável.*” Em: DE VARINE (2012) p.19

³ Inauguração da primeira exposição temporária “*Mundet – no pulsar do tempo*” coleção fotográfica da autoria de Rosa Reis, apresentado no programa comemorativo do Dia Internacional dos Museus e celebração do 16º aniversário do EMS, em Maio de 1998. Cf. FILIPE, Graça (2000) *Cortiça, Património Industrial e Museologia: Recursos de desenvolvimento à escala do território do seixal*. p. 12

Reúne o Ecomuseu capacidades para desenvolver o seu papel participativo junto do seu território e comunidades, face aos mecanismos de modernização e em conformidade com o seu envolvente institucional, social e político? Qual o compromisso a assumir perante novos desafios de renovação, perfazendo as exigências da emergente diversificação de públicos e necessidade de comparticipação com entidades externas e multidisciplinares?

Face a estas questões, o trabalho decorre de uma revisão das perspetivas e contributos de alguns investigadores e intervenientes nos projetos apresentados para a requalificação da *Mundet*, conduzindo a uma consciencialização do património e à sua sustentabilidade, necessária para o desenvolvimento local.

3. Estado de Arte

Configura-se primeiramente, uma análise em torno das principais contribuições e reflexões de investigadores e alguns autores intervenientes no domínio da Museologia. De forma a prescrever o processo de musealização, de que foi alvo o presente objeto de estudo, percebemos que trata-se efetivamente de um *museu*, que assume em todas as premissas instituídas por definição conceptual, submetida no seu programa museológico⁴ a definição do Conselho Internacional dos Museus (ICOM):

“Os museus são instituições de carácter permanente abertas ao público, sem fins lucrativos, criadas para o interesse geral da comunidade e do seu desenvolvimento, que reúnem, adquirem, ordenam, conservam, estudam, divulgam e expõem para fins de investigação, educação, fruição e promoção científica e cultural, conjuntos e coleções de bens móveis de valor cultural que constituem testemunhos da atividade do homem e do seu meio ambiente” (NABAIS:2000)

De forma a contextualizar a *ecomuseologia*, abordamos os principais autores que influenciaram a sua internacionalização. Serve de exemplo Hugues De Varine, diretor do ICOM de 1964 a 1974 e diretor (fundador) do instituto *Franco-Portugais*, tornando-se um dos pioneiros que formulou a filosofia e experiência ecomuseal. Designação que é atribuída ao Museu Municipal do Seixal por altura da sua criação e desenvolvimento em 1983, referido pelo autor “possuir as verdadeiras características de um ecomuseu com o espírito dos ecomuseus de desenvolvimento, com um território bem definido,

⁴ Cf. NABAIS, António (2000) *Ecomuseu Municipal do Seixal - Génese e Desenvolvimento (1979-1987)* Al-madan, II^a série, nº9 Outubro, 2000 Centro de Arqueologia de Almada. pp. 178-182

uma comunidade que participa de várias formas, com a preocupação global do estudo histórico, constituindo atualmente uma das experiências mais originais e inovadoras da museologia portuguesa” (DE VARINE, 1983 *Apud* NABAIS, 2000:179).

Nos anos noventa, o *Ecomuseu Municipal do Seixal* (EMS) enquadrhou um relevante papel no âmbito nacional, como um dos pioneiros a investir num percurso ligado à filosofia ecomuseal⁵ e de museu integral, “assumindo a definição conceptual e programática de instituição cultural que assegura de forma permanente, num dado território, com a participação da população, as funções de investigação, conservação e valorização dum conjunto de bens naturais e culturais – sempre que possível “*in situ*”-, representativos dum meio e dos modos de vida que se lhe reportam ao longo dos tempos” (FILIPE 2000:177)

Recorrendo a esta breve ancoragem, estabelece-se uma revisão dos conteúdos programáticos e formulação dos conceitos assentes à museologia, que originou um movimento que eclodiu em França nos anos 1980. Tratou-se do movimento designado de *Nova Museologia (Nouvelle Muséologie)*⁶ que declarou uma emergência de revisionamento dos discursos museológicos tradicionalistas, aliado as novas experiências transgressoras⁷, como noções de “participação da coletividade” ou “identidade cultural”, introduzidas a partir dos anos 1960.

André Desvallées (1992) através da publicação do artigo “*Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*”, estabelece um questionamento centrado no conceito de museu capaz de descrever todo um campo cultural e relações entre o homem e a realidade - onde tudo é musealizável⁸. O museu como um lugar concreto e específico, onde a transmissão intuitiva do conhecimento adquire maior relevância no domínio científico da Museologia.

Por conseguinte, através dessa intenção relacional pela transmissão, identifica uma nova preocupação - a relação com o público. Ao contrário do modelo tradicionalista dos grandes museus, que adquirem importância consoante a quantidade

⁵ Formulação definidora do EMS transcrita de diversos documentos publicados em 1996.

⁶ Veja-se: diferencia-se do termo *new museology*, utilizado nos anos 1990, para referir-se à reabilitação de antigos museus ou construção de novos. Atualmente, o termo é utilizado por alguns autores norte-americanos para se referirem ao movimento da nova museologia iniciado na França. Em: DESVALLÉES (1992), *Vagues: Une anthologie de la nouvelle museologie*. M. N. E. S., Vol.1, Paris, p. 14.

⁷ BURLON, Bruno (2015) *A Invenção Do Ecomuseu: O Caso do Écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines e a Prática da Museologia Experimental*, p. 265.

⁸ DESVALLÉES, André (1992) *op.cit.*, p.14

de público e mantêm um modelo fechado em suas próprias coleções, atendendo aos valores específicos das elites culturais. O autor anuncia um novo paradigma, que privilegia a qualidade na interação com o público⁹ e redefinição do papel social dos museus e dos seus objetivos.

No que compromete a questão de que tudo é musealizável, a memória surge indissociável da indexação e seleção presentes na constituição de um acervo, coleção, ou em última estância, a criação de um museu. Cumulativamente, esta pretensão de recorrer a todo um campo universal e representativo da realidade, *a posteriori* extraído e (re)valorizado, tornou-se alvo de uma reflexão museológica que questionava o conceito de *museu integral*, como decorria por exemplo, do *Museu Integral de Santiago*, favorecendo uma (re)definição para museu integrado¹⁰.

Segundo esta ordem de ideias, Desvallées (1992) considera necessária uma transformação dos museus pela aproximação de relação *museu-público*, desde a seleção que constitui o acervo museológico, até às suas potencialidades interpretativas, que conduzem a condições favoráveis para sua compreensão pelo público.

As proposições sobre a nova museologia surgem discutidas nas publicações de *Vagues* (1992-1994) com a apresentação de alguns exemplos seus contemporâneos: Anacostia Neighbourhood Museum (EUA, 1967); Casa del Museo (México); Em França, os parques naturais de Armorique (Finistére) e Grande Lande (Landes) e os primeiros ecomuseus, em Ouessant (1968) e Marquèze (1969)¹¹. Todos estes adotam uma relação específica imbricada entre o homem e natureza, colmatando a orientação tradicional centrada na coleção, como base da musealidade, sempre que para isso, seja necessário recorrer a uma abordagem ecológica, isto é, integrada.

⁹ Cf. DESVALLÉES (1992), op. cit., p. 19.

¹⁰ Veja-se: Definição de museu integral serviu de reflexão na declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Vinte anos após a Mesa de Santiago, ocorreu o seminário “*A Missão do Museu na América Latina hoje*” (1992) em Caracas, Venezuela. A declaração de Caracas, com o objetivo de refletir sobre a missão do museu, contribuiu para a reformulação do termo, passando de *Museu Integral* para *Museu Integrado*. Por estar implícito a necessidade de relação horizontal entre a instituição, seus profissionais e a própria comunidade, contando com a sua participação e memórias. Cf. “*O Museu Integral: panorama histórico*” [Disponível Online] (Consultado a 25/05/2019, 15:25h) Em: <http://vidaculturadiversaoearte.blogspot.com/2015/06/o-museu-integral.html>

¹¹ Cf. DESVALLÉES, 1992, op. cit., p. 26. Em: CÂNDIDO, Manuelina M. D. (2002) “*Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia*” p. 5

Pelo que podemos constatar, as experimentações decorrentes da *Nova Museologia*, estariam na origem dos museus integrados, museus comunitários, museus de vizinhança e dos ecomuseus.

Peter Van Mensch (1992), teve um importante papel no esclarecimento dos significados atribuídos à expressão da Nova Museologia, quanto à sua inovação epistemológica focada na compreensão do seu objeto de estudo¹². Nesta sequência, ao abordarmos a viabilidade da sua integração museológica, para o pensamento museológico internacional da produção do ICOFOM, admite-se uma posição que conduz a uma integração de museus interdisciplinares¹³, nas suas diferentes vertentes patrimoniais, disciplinas e setores de atividade.

De Varine retoma a necessidade interdisciplinar no seio dos museus, “*Ce musée présente tout en fonction de l'homme: son environnement, ses croyances, ses activités, de la plus élémentaire à la plus complexe. Le point focal du musée n'est plus l'‘artefact’ mais l'Homme dans sa plénitude*” (DEVARINE, 1969 *Abud DESVALLÉES*, 1992: 59). Desta forma, o autor evidencia a desmaterialização do objeto de museu, encarado enquanto portador de toda fenomenologia museal. Por conseguinte, estabelece que o museu deve focar-se na plenitude da experiência humana, que comporta uma multiplicidade de elementos, dos mais naturais a complexos.

Mensch (1991) em “*Modelos Conceituais de Museus - e suas relações com o património natural e cultural*” distingue duas revoluções no universo dos museus¹⁴. A primeira revolução ocorreu nos finais do século XIX, quando o museu se internacionaliza com profundas alterações nas competências profissionais e novas abordagens ao nível da linguagem expositiva. A segunda revolução, decorrente da *Nova Museologia* nas décadas de 1960 e 1970, desmistifica como referido, a centralidade de uma coleção para os processos museológicos¹⁵ com o reconhecimento do papel sociocultural no seio dos museus. Sob esta perspetiva de compromisso social, surgem organizações aliadas à participação e experimentação social, como M.N.E.S.¹⁶ e

¹² Cf. MENSCH, Peter Van (1994) *O objeto de estudo da Museologia*. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas, Escola de Museologia, Museu Universitário Gama Filho, *Pretexos Museológicos I*.

¹³ Cf. CÂNDIDO, Manuelina M. D. (2002) “*Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia*” p.5

¹⁴ Cf. MENSCH, Peter Van (1991) *Modelos conceituais de museus e sua relação com o património natural e cultural*. ICOFOM - LAM.

¹⁵ Cf. CÂNDIDO, Manuelina M. D. (2002), op. cit., p.4

¹⁶ Associação M.N.E.S. (*Muséologie nouvelle et expérimentation sociale*), criada em 1982, por Évelyne Lehalle, Chantal Lombard, Alain Nicolas e William Saadé.

MINOM¹⁷. Ambas, encaram a *Nova Museologia* como uma viragem dos paradigmas tradicionais, propondo novas funções para os museus e seus profissionais.

Mensch (1992) distingue através da metodologia ideológica conduzida pelo ICOFOM, as seguintes perspetivas principais: *i*) Estudo da finalidade e organização dos museus. *ii*) Estudo da integração de atividades afetas aos museus, decorrente da sua preservação e transmissão de herança cultural; *iii*) Estudo dos objetos museológicos e musealidade, como define Stránský (1970); *iv*) Estudo de uma relação específica entre homem e realidade. Em suma, podemos identificar as principais diretrizes conduzidas pela *Nova museologia*, que ditaram o futuro dos museus contemporâneos, tal como conhecemos nos dias de hoje.

Para Burlon (2015), a ecomuseologia surgiu enquanto uma representação utópica da democratização da memória¹⁸. Surge da intenção de internacionalizar as práticas museológicas, questionando o modelo tradicional importado pelo sistema colonial, principalmente em países da América-Latina. Seguidamente, pretendeu unificar todos aqueles que raramente partilhavam a sua história e cultura, em virtude de um mecanismo museológico inclusivo. Reivindicando uma cultura, que no sentido antropológico do termo, superava a cultura erudita das elites que dominava o panorama museológico¹⁹.

Inserindo-se nesta discussão, Hugues de Varine (1969) em “*Le musée au service de l'homme et du développement*” esclarece, com efeito, que o modelo tradicional encontrava-se em crise e destinado a desaparecer pela volatilidade do tempo, do mundo e da classe social que o criara. Para o autor, o fenómeno de museu decorre no presente, abolindo as noções de passado e futuro, otimizando uma comunicação vivida entre o indivíduo e a humanidade que o congrega. Em suma, a noção estática de conhecimento é substituída pela transmissão de enriquecimento permanente, que sustenta o desenvolvimento cultural.

Nesta ordem de ideias, introduz uma metodologia que convida a repensar as funções do museu, nomeadamente através de: *i*) integração da instituição na comunidade; *ii*) formação do profissional de museu (científica, técnica e de

¹⁷ Movimento Internacional para uma Nova Museologia, surge a partir da Declaração de Québec (1984)

¹⁸ Cf. BURLON, Bruno (2015) *A Invenção Do Ecomuseu: O Caso Do Écomusée Du Creusot Montceau-Les-Mines, E A Prática Da Museologia Experimental*, p.265.

¹⁹ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p.268

desenvolvimento); *iii*) abandono do caráter unidisciplinar do museu; *iv*) adaptação de atividades inclusivas para comunidade local; *v*) associação por representantes da comunidade local, elaboração de programas e avaliação institucional permanente; *vi*) orientação do museu para a “animação”; *vii*) vocação para desenvolvimento territorial²⁰.

Em Portugal, reconhece-se a influência dos princípios ecomuseais em vários museus criados nas décadas de 80 e 90 do século passado, nomeadamente associados à valorização do património natural, técnico e industrial. Sobre o panorama teórico e metodológico introduzido pela filosofia ecomuseal, retomaremos adiante na dissertação com uma análise sistemática dos princípios enunciados pela programação do EMS.

4. Estrutura do Trabalho

A dissertação apresenta-se sequenciada em duas partes: Fundamentação teórica e Investigação empírica. Na primeira parte, pretende-se uma contextualização dos principais temas introduzidos pelo objeto de estudo. No 1º capítulo, particulariza-se um enquadramento histórico da Antiga Fábrica da Mundet, através de uma análise documental, visa compreender as funcionalidades das oficinas no seu processo de produção e transformação de matérias-primas em produto acabado, constituir uma análise sobre as infraestruturas, organização e relações de dependência dentro do complexo industrial. Refletir também sobre o contributo da Mundet para o desenvolvimento económico do concelho do Seixal, impacto na vida dos trabalhadores e principalmente, seu contributo e relevância para a indústria corticeira.

No 2º capítulo adota-se uma análise teórica sobre as principais perspetivas da museologia, enquanto campo disciplinar e científico, que conduz a um entendimento mais focado no objeto de estudo, por introdução do seu contexto institucional e da fenomenologia que assume. Segundo este ponto, identifica-se o objeto de estudo inserido no tema do património industrial, estabelecendo-se uma análise sobre as reflexões e contributos que validaram esta modalidade nas práticas museológicas, pela vigilância e salvaguarda do património a que se inscreve. Sucintamente, compreender também os critérios que determinaram o seu processo de patrimonialização, refletindo em particular, a génese e o desenvolvimento de um projeto museológico no concelho do Seixal.

²⁰ Cf. DE VARINE, Hugues (1969) "Le musée au service de l'homme et du développement" Em : DESVALLES, 1992, op. cit. p. 60-61. Veja-se também : CÂNDIDO, Manuelina M. D. (2002) "Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia" p.10

No 3º capítulo foca-se a investigação no que realmente compromete a sua dimensão cultural e institucional, com uma análise sobre o papel ativo do Ecomuseu Municipal do Seixal, no qual se integra o núcleo museológico da *Mundet*. Tem como objetivos clarificar a sua estrutura institucional, missão e funções que desempenha junto da população. Recorre-se a uma análise sintetizada dos núcleos museológicos que constituem o EMS, e as principais atividades e projetos realizados ao longo dos anos de atuação. Pretende-se um diagnóstico pela afirmação das políticas e princípios defendidos pela entidade, na preservação do património natural e industrial, em conformidade com a filosofia que assume – a *Ecomuseologia*, reforçando o seu papel social e de participação com a comunidade.

A segunda parte incide sobre as contribuições do investigador orientado para o questionamento e reflexão dos temas introduzidos. Estabelece para essa finalidade, uma problematização do objeto de estudo segundo critérios extraídos com o decorrer da investigação empírica.

No 4º capítulo, centra-se a investigação para o levantamento do projeto de requalificação da *Mundet*, como se anuncia no título da dissertação. Decorre primeiramente, de uma análise sumariada das propostas, modalidades e entidades a serem integradas no complexo *Mundet*. Por conseguinte, particulariza-se uma abordagem sobre o núcleo museológico da *Mundet*, revisitando projetos e programas preliminares estabelecidos pelo EMS para incorporar em novas instalações e funcionalidades. Adota-se para tal, uma análise aprofundada sobre a requalificação do edifício “de rebaixar”. Na sequência deste capítulo, pretende-se uma avaliação dos critérios a respeitar para preservação e recuperação do património imóvel, através das considerações dos principais intervenientes. No último capítulo, equaciona-se uma reflexão crítica sobre o tema da inovação e sustentabilidade cultural. Estabelece-se uma revisão sobre as implicações e contributos do projeto de requalificação da *Mundet*, para o desenvolvimento de contexto social e territorial.

5. Metodologia de Investigação

O presente trabalho de investigação estabelece uma metodologia de pesquisa empírica, que compromete procedimentos teóricos e técnicos no âmbito disciplinar da sociologia, para conhecer e dar a conhecer determinada realidade social. Incide sobre um estudo de caso, especificamente, de um lugar – o sítio patrimonial da antiga fábrica da *Mundet* - que comporta consigo uma multiplicidade de fenómenos associados.

Em conformidade com os objetivos do trabalho, torna-se necessário a seleção de critérios, para estabelecer no seu diagnóstico final, que clarifique: *i*) a sua dimensão temporal, face ao período de atividade da fábrica; contributos para o desenvolvimento concelhio e indústria corticeira; *ii*) a sua dimensão museal, face à atuação do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) e contributos para museologia; *iii*) a sua dimensão espacial e social, comprometido no levantamento do projeto de requalificação vigente no sítio patrimonial; contributos para a inovação, sustentabilidade do património cultural.

De forma a prescrever as dimensões enunciadas, o trabalho apresenta-se dividido em duas partes: I) *fundamentação teórica* e II) *Investigação empírica*. Sucintamente, na primeira parte são introduzidos conceitos e temas que se relacionam diretamente com o núcleo da *Mundet*, utilizando, enquanto método de investigação, a análise documental de fontes primárias, periódicos, monografias e arquivo (CDI-EMS). Na segunda parte, a investigação decorre da análise de documentos internos e arquivo, também, através da realização de entrevistas, comentários e relatos orais.

A pesquisa empírica decorre da formulação de uma pergunta inicial sobre uma realidade específica. Esta, por sua vez, determina um conjunto anterior de teorias e conceções sobre essa realidade, que poderá condicionar *a priori* o seu conhecimento. Contudo, mesmo que efetivamente comprovado, o seu questionamento convida a um novo olhar, onde se desdobram outras relações, por vezes, outras realidades. É, portanto, transformada em questões e hipóteses, desencadeando um conjunto de mecanismos teóricos, metodológicos e técnicos, que encaram a pesquisa como um processo reflexivo²¹.

A partir da reflexividade das questões e hipóteses colocadas, podemos distinguir que o trabalho compromete uma estratégia de investigação *intensiva e qualitativa*.

²¹Veja-se: ALMEIDA (1995) “Metodologia da pesquisa empírica” p. 194

Trata-se de analisar em profundidade as características, as opiniões e as problemáticas relativas a determinada população ou realidade social, segundo vários ângulos e pontos de vista²².

Nessa sequência, este trabalho compromete uma análise documental da autoria de alguns intervenientes diretos com o objeto de estudo. Trata-se de testemunhos, contributos e reflexões na primeira pessoa com base na investigação empírica, que reportarei ocasionalmente, e, que complementarei com entrevistas semi-diretivas. Este método permite compreender de que forma uma experiência singular estará associada ao contexto institucional envolvente.

Na sequência dos objetivos de investigação anunciados, segue-se uma etapa metodológica da explicitação de hipóteses. Visa descobrir elementos teóricos que sustentem a inclusão do problema a estudar em quadros já definidos, expressos e testados noutras investigações já realizadas²³. São alguns dos assuntos problematizados: sustentabilidade, inovação e participação social.

Pretende procurar-se diferentes abordagens teóricas, no sentido de confrontarem perspetivas diferentes de entender o problema. Em suma, reunir os discursos que refletem a problemática do objeto de investigação, de forma a conduzir à sua fundamentação e reflexão.

²²C.f. “Privilegia-se a abordagem direta das pessoas nos seus próprios contextos de interação, através da observação participante ou não, utilizam-se entrevistas de diferente tipo, analisam-se documentos variados referentes ao presente e ao passado. Fazem-se estudos de caso, monografias, isolam-se problemáticas que se estudam intensivamente.” Em: ALMEIDA (1995) “Estratégias de investigação” p. 198

²³ Cf. AZEVÊDO, Carlos A. Moreira, e AZEVÊDO, Ana Gonçalves de (2004) “Investigação científica” Em: *Metodologia Científica: Contributos práticos para elaboração de Trabalhos Académicos*, 7^a edição UCE: Lisboa, p. 25

6. Contributos da Investigação

O autor desta dissertação beneficiou de uma observação no terreno, tendo recorrido à consulta presencial no *Centro de Documentação e Informação* (CDI-EMS) localizado no edifício-sede do Ecomuseu Municipal do Seixal, integrante do Núcleo *Mundet*. Esta unidade acolhe e orienta os utilizadores na exploração dos seus recursos, na definição de estratégias de pesquisa e responde a pedidos de informação bibliográfica. Os recursos de informação disponíveis são respeitantes à gestão e documentação do acervo museológico (móvel e imóvel) do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) e ao desenvolvimento de projetos de investigação, comunicação e educação²⁴. O CDI dispõe de monografias que versam aspectos da história e etnografia do concelho do Seixal, da sua economia e património. Também, periódicos e revistas especializadas nas áreas da Museologia, Educação, Etnografia, Arqueologia ou Património.

A investigação recorreu a reuniões de acompanhamento com alguns intervenientes, nomeadamente: *i*) Dr.^a Fátima Afonso, responsável de área do Património Histórico e Museus e coordenação de EMS (primeira reunião realizada a 3 de Abril de 2019, entrevista realizada a 08 de Maio de 2019, veja-se Anexo 1); *ii*) Dr.^a Graça Filipe, Técnica superior do EMS (realizada a 18 de Março 2019) orientação na fundamentação teórica, recolha de comentário (veja-se Anexo 2) e contributos de sua autoria na investigação técnica na área da Museologia e Património, recomendação de fontes bibliográficas e documentação; *iii*) Dr. Manuel Pires, Vereador do Pelouro do Património Histórico e Cultural – Câmara Municipal do Seixal (primeira reunião realizada a 11 de Outubro de 2018, segunda realizada a 29 de Março de 2019) apuramento sobre projeto aprovado, principais critérios para sua realização, disponibilização de documentos internos para consulta e levantamento de relato oral;

²⁴ Veja-se: “Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal. Guia de Apoio ao Utilizador” (2018) Município do Seixal – Câmara Municipal DCP. Disponível em: https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/cdi_guia_de_apoio_ao_utilizador.pdf

PARTE I

Fundamentação Teórica

1. Antiga Fábrica da Mundet: Contextos, História e Indústria Corticeira

Neste presente capítulo é apresentado uma das principais atividades económicas que caracterizou o concelho do Seixal, enquadrando-se uma realidade geográfica e histórico-social, que inscreve o nosso objeto de estudo.

O território concelhio do Seixal, compreendido pela Margem Sul do Estuário do Tejo (MSET), pertence ao distrito e península de Setúbal²⁵, Área Metropolitana de Lisboa²⁶ e região da Estremadura.

É a partir do século XIX que se distinguem as principais atividades económicas do concelho, que constituem uma verdadeira herança protoindustrial²⁷: desde a agricultura (considerando as indústrias rurais – lagares de azeite, adegas, moinhos de maré, de vento, vapor e mecânicos), pesca (secas de bacalhau, fábrica de conserva de peixe), silvicultura (serração e fábrica de resina), construção naval (estaleiros navais, armazenamento e tratamento de madeiras), entre outros.

Segundo Sabino (2013), os primeiros estabelecimentos industriais surgiram entre 1831 a 1850, dedicados ao setor têxtil (estamparia, calçado e curtumes). Nos anos que se seguiram, o concelho foi palco de grandes oscilações, com início da Regeneração e a crise de 1890, evidenciando-se a atividade das fábricas de *C.ª de Vidros na Amora* (CVA) e *C.ª de Lanifícios da Arrentela* (CLA)²⁸. Posteriormente, com impacto da 1^a Guerra Mundial que se prolongou até 1930, as empresas mostraram alguma resiliência, surgindo no concelho as primeiras indústrias no setor de cortiça e explosivos. Este último, trata-se da instalação da *Fábrica de Pólvora Negra* (FPN) em Vale Milhaços (Corroios), adquirida em 1898 por *C.ª Africana de Pólvora, SARL*.

²⁵ Área de cerca de 1.421 Km² faz fronteira com Alentejo Litoral (Sul), Alentejo Central (Leste) e Grande Lisboa (Norte). Abrange os concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

²⁶ A Área Metropolitana de Lisboa é uma região com 18 municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal (*Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira*)

²⁷ “A herança proto-industrial englobava moinhos de vento e de maré, estaleiros navais, lagares de vinhos e de azeite, oficinas de calçado, fornos de cal e de tijolo, tanoarias e oficinas de ferreiro” Cf. SABINO, Fátima (2013) “*Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um Conhecimento Geral e Aplicado ao Concelho do Seixal*, p. 713

²⁸ “Os setores têxtil e do vidro eram os que tinham maior relevância, em termos de capital social, apetrechamento tecnológico e número de trabalhadores.” Cf. SABINO, Fátima (2013), op. cit., p. 716

Sucintamente, é notório o impacto no desenvolvimento do território, detendo um acentuado crescimento no processo evolutivo da industrialização, compreendido num período de 1830 a 1960²⁹.

No séc. XX, estabeleceu-se a indústria corticeira, têxtil, vidreira, e mais recentemente, a indústria siderúrgica e metalúrgica, enquanto principais recursos de desenvolvimento económico, afirmado pelo condicionamento industrial e o apoio das organizações corporativas das indústrias e do plano de dinamização da economia no I Plano de fomento³⁰. Estas firmas mantiveram a sua atividade durante décadas, aliando a constante evolução tecnológica da indústria transformadora e contribuindo para um aumento dos níveis de emprego e especialização técnica da população.

Trata-se efetivamente, de um território com muitos testemunhos materiais herdados da pré-industrialização, protoindustrialização, industrialização, e dos consequentes efeitos da desindustrialização. (SABINO, 2013)

Nesta sequência, é essencial uma abordagem sobre a indústria corticeira, que marca profundamente a historiografia e representação cultural do território português. Surgindo no Alentejo no decorrer do séc. XVIII, deteve um aparecimento tardio em relação ao território da Catalunha (Espanha), considerado um dos primeiros focos de produção de rolhas para *Champagne* no mercado europeu.

1.1. Origem e Enquadramento face ao Concelho do Seixal

Adota-se uma análise de investigações realizadas a partir de fundos documentais e fontes primárias que concorrem diretamente para uma contextualização da indústria corticeira no concelho do seixal, particularizando a origem e história da firma *Mundet & C.ª, Lda.* que se afirmou no seu plano regional e nacional, como uma das maiores firmas corticeiras do século XX.

Primeiramente, evidenciamos a relevância da indústria corticeira como importante setor de atividade económica portuguesa, visando uma compreensão do

²⁹Veja-se: Segundo estudos no âmbito de “inventário e estudo do património industrial do concelho”(2003/2005) realizados por EMS, Seixal. Em: FILIPE, Graça (Coord.) (2005)*Ecomuseu Municipal Industrialização no concelho do Seixal: séc. XIX e XX*, documentos de apoio[Texto policopiado] EMS, DCA,nº3,2 vol., Seixal. Disponível no CDI-EMS. Veja-se também: SABINO, Fátima (2013), op. cit., p.711

³⁰Cf. SABINO, Fátima (2013), op.cit., p. 743

processo de industrialização na MSET³¹, em concreto referimos os fatores que convergiram ao estabelecimento do setor industrial corticeiro no Seixal.

A firma *Mundet* desdobrou-se originalmente da Catalunha, por resultado de um desfavorecimento no desenvolvimento do setor corticeiro em Espanha. Viviam-se dificuldades socioeconómicas, tornando-se emergente uma deslocação por motivos que favoreciam a posição de Portugal. Nomeadamente, os custos salariais dos trabalhadores, potencialidade de produção de matérias-primas a baixo preço, e redução de tarifas alfandegárias na exportação de produtos³², entre outros fatores.

No início do século XX, impulsionou-se a aquisição de imóveis no concelho do Seixal, nomeadamente, de antigas estruturas fabris desativadas para instalação de fábricas corticeiras. Em conformidade com alguns fatores decisivos, apresentavam uma proximidade com o rio Tejo, vias ferroviárias e localização privilegiada em relação à cidade de Lisboa.

Por esta ordem de ideias, favorecia-se o acesso de fragatas para o transporte de matérias-primas, escoamento de águas residuais e efluentes líquidos resultantes das fábricas. Já pela proximidade aos caminhos-de-ferro existentes no Barreiro, em que se previa um prolongamento das ligações ferroviárias com Cacilhas³³, constituía também um fator condicionante para instalação das unidades corticeiras no concelho, recebendo as matérias-primas provenientes da produção de cortiça pelas ligações Sul e Sueste. Em relação à sua proximidade com Lisboa e ligações marítimas, reconhece-se as vantagens com as rotas comerciais, exportação e necessidade de importação de produtos subsidiários à indústria corticeira³⁴.

³¹ Veja-se: denominação introduzida por autora. Em: CRUZ, Maria Alfreda (1973) *A Margem Sul do Estuário do Tejo: fatores e formas de organização do espaço*. Ed. da autora, Lisboa.

³²Cf. AFONSO, Maria de Fátima (2000) *Levantamento e identificação de unidades industriais da cortiça no concelho do seixal – dados para a história da indústria corticeira na margem sul do estuário do tejo*. p.4

³³ Cf. “O prolongamento do Barreiro a Cacilhas é o mais importante complemento da linha Sul e Sueste. A sua construção foi autorizada pela base 4^a da lei de 14 de Julho de 1899. Diversas circunstâncias demoraram o uso dessa autorização. [...] a sua construção, será seguramente continuada no futuro ano económico”. Em: *Diário do Governo* (1904), n.º 296 de 31.12.1904, pp. 4611 - 4612.

³⁴Cf. “A partir dos Boletins de Cadastro Industrial reportados às grandes fábricas do concelho – *Mundet & C^a, Lda., C.G. Wicander, Lda. e Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.* –, perspetiva-se a necessidade de importar, para além de muita da maquinaria, combustíveis, equipamento e produtos fundamentais à indústria.” Em: AFONSO, Maria de Fátima (2000), op. cit., p. 4

Do mesmo modo, na região periférica da vila do Seixal, reuniam-se condições de prevenção para albergar indústrias qualificadas como insalubres ou perigosas³⁵ que resultariam na libertação de fumos, resíduos tóxicos, águas residuais e risco constante de incêndio.

No concelho do Seixal, as atividades económicas eram na sua maioria estabelecidas pela agricultura, moagem, construção e reparação naval, artesanato, pesca e comércio local, como referido anteriormente.

Porém, face à difícil subsistência em condições de trabalho sazonal ou intermitente, veio progressivamente a consolidar-se uma mão-de-obra voltada para a indústria, que reunia vantagens no trabalho assalariado e operariado. Congregou também para um aumento da migração, resultante de um substancial aumento salarial na região da grande Lisboa. A população operária corticeira tendeu a diminuir no sul do país, face à instabilidade laboral e à migração dos capitais corticeiros que vieram a estabelecer na margem sul do Tejo (LOURO, 1929).

A empresa *L. Mundet & Sons* adquire as suas instalações no Seixal, na *Quinta dos Franceses*, no ano de 1905. No mesmo ano, registado no *Annuário Commercial de Portugal*, identifica-se a origem da industrialização no setor corticeiro inserido no concelho do Seixal, contudo, registando uma expansão e desenvolvimento antecipado do concelho de Almada, Barreiro, Montijo (antiga denominação: *Aldeia Galega*) e Moita³⁶.

Em 1917, ano em que a firma passa-se a denominar *L. Mundet & Son, Inc.*, é adquirido a segunda fábrica no concelho, na Amora. Nesse ano, registou-se no *Boletim de Trabalho Industrial*, um total de 38 unidades corticeiras existentes na MSET, com três unidades do setor instaladas no concelho do Seixal - *Mundet & C^a, Lda., C.G. Wicander e Companhia de Agricultura de Portugal* - empregando um total de 603

³⁵ Veja-se: Indústria corticeira abrangida pelo *Regulamento das indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas* por Dec. N.^o 8.364 de 22.08.1922.

³⁶ Veja-se: Regista-se principais unidades corticeiras em atividade na MSET (1905): Almada (*Henry Bucknal & Sons Lda., Comp.ª Londres & Lisboa, John & Wilson, Symington & C^a, Vilarinho & Caldas e William Rankin & Sons*) Barreiro (*Bensaúde & C^a, Dundas, Wilborg & C^a e O. Herold & C^a*) e Moita (sete firmas, entre as quais, *Creswell & C^a* e a *H.S. Bucknall*) Cf. Ministério do Trabalho (1907) *Boletim do Trabalho Industrial. Relatório anual da 3^a Circunscrição*, 1905, Direção Geral do Trabalho, Imprensa Nacional, N.^o 2, Lisboa, p. 13.

trabalhadores. Este número constituía cerca de 28% do total de população operária corticeira na MSET³⁷, revelando uma expansão determinante para a firma *Mundet*.

A elevada concentração de operariado, estabelecido num número restrito de grandes fábricas corticeiras no Seixal, revela um desenvolvimento centralizado em comparação com os restantes concelhos, onde se verificava uma repartição em maior número de unidades de menor dimensão³⁸. Esta tendência na concentração de operariado culminou nos anos 40, representando cerca de 1/3 da mão-de-obra corticeira em todo o distrito de Setúbal e cerca de 15% a nível nacional³⁹.

Por conseguinte, a firma expandiu-se nos seguintes anos para uma fábrica no Montijo, cobrindo também no Alentejo, importantes unidades da firma *L. Mundet & Son, Inc* – em Mora (1914), Vendas Novas (1907) e Ponte de Sor (1927).

Segundo (AFONSO, 2000:6-7) o estabelecimento de unidades industriais corticeiras no concelho, com 38 unidades industriais identificadas até ao momento, realizou-se em duas fases:

i) Período de 1901-1920: Instalação das primeiras unidades corticeiras por reaproveitamento de antigas infraestruturas industriais, perfazendo 18,5% do total de empresas (estabelecidas até ao momento). Inicialmente, *L. Mundet & Sons, Arps & C^a, Lda.*, *E. Jeremias & C^a, Lda.* e *C.G. Wicander, Lda.* Nos anos 20, surgem a *Companhia de Agricultura de Portugal* e a *Sociedade Industrial de Cortiças, Lda.* Na década seguinte, surge a firma *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.*

ii) Período de 1941-1960: pulverização acentuada de instalações corticeiras de pequenas dimensões, repartida em vários processos de fabrico, registando-se cerca de 32% do total de empresas. A década de 40 deteve um maior número de empresas, cerca de 12 fábricas estabelecidas no concelho e, como referido anteriormente, uma elevada concentração operária. A partir dos anos 60, verifica-se um decréscimo acentuado no

³⁷ Cf. “Estatística Industrial, Ano de 1917”, *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, nº 116 (1926), pp. 60-61. Em: AFONSO, Maria de Fátima (2000), op. cit., pp. 2-3

³⁸ Veja-se: Montijo reunia um maior número de operários, face a um total de 2740 operários distribuídos por 96 fábricas em atividade (na sua maioria, 48 identificados na categoria “Caseira (com mais de 10)”; Já o Seixal reunia 2075 operários num total de 10 fábricas identificadas, estando a Mundet registada em categoria “Muito Grande (> 1000)”, admitindo uma maior concentração de operariado a seguir ao Montijo. Veja-se Também: Quadro 18 “Repartição das fábricas de cortiça em funcionamento pelos concelhos da margem sul do estuário do Tejo” EM: CRUZ, Maria Alfreda (1973), op. cit., p. 147

³⁹ Cf. FILIPE, Graça (1992) “Breve abordagem à história da indústria da cortiça no concelho do Seixal”. *Almada*. Centro de Arqueologia de Almada. II^a série, n.º 1, Almada, pp. 63-68.

estabelecimento de novas instalações fabris, que a autora justifica ser uma consequência da deslocalização dos interesses corticeiros para o Norte do país⁴⁰.

Podemos concluir que, durante mais de meio século, a indústria corticeira no seixal teve uma expressão apreciável na economia da região e mesmo a nível nacional, empregando um elevado número de trabalhadores.

1.2. Funções, Trabalho e Atividades da Indústria Corticeira

Nos últimos séculos, o sobreiro tendo vindo a concentrar-se nas bacias do Tejo e do Sado, cobre atualmente uma área total distribuída por cinco distritos no centro e sul do país (Setúbal, Beja, Évora, Portalegre e Santarém).⁴¹ O sobreiro tradicional (*Quercus Suber L.*) insere-se no sistema *agro-silvo-pastoril*, sendo uma árvore com características únicas, designadamente, possuir uma casca de grande espessura cuja sua extração natural remota para uma utilização milenar – a cortiça, tal como a conhecemos.

É através da exploração deste recurso natural, renovável e biodegradável que a indústria corticeira se veio a estabelecer em território português, começando por ser um país exportador de cortiça natural, para se tornar, predominantemente, exportador de cortiça transformada. É reconhecido o seu valor ambiental enquanto “presença indispensável da nossa paisagem, da nossa cultura, da nossa memória histórica e geográfica e da nossa riqueza económica e ambiental” (VIEIRA, 2010:196)

Segundo (CRUZ, 1973:138) a indústria corticeira desenvolve-se em várias modalidades de fabrico, distinguindo-se: a indústria preparadora e as indústrias transformadoras *simples*, *granuladora* e *aglomeradora*. Respetivamente, a primeira decorre da seleção de cortiça por qualidade, e segue para o processo de cozedura forte, com pressão de prensas, para obtenção de pranchas. A transformadora *simples* corresponde ao método mais artesanal do tratamento das pranchas para obtenção de produtos essenciais, como as rolhas de cortiça natural. As restantes tipologias, *granuladoras* e *aglomeradoras*, tratam de processos de reutilização do desperdício (*refugo*) e tratamento de cortiça de inferior qualidade, respetivamente, através da Trituração, da aglutinação e grânulos com ou sem cola. Os produtos obtidos eram mais

⁴⁰Cf. AFONSO, Maria de Fátima (2000), op. cit., p.7

⁴¹Cf. VIEIRA, José Neiva (2010) *O sobreiro no contexto florestal português. Distribuição do Sobreiro em Portugal* (02.3.1) Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça Diz Mundet*, CMS-EMS, Seixal, p.196

variados, desde papel, pranchas para revestimentos, isolamentos, aos discos e rolhas, por reaproveitamento da cortiça natural.

A cortiça, proveniente de várias zonas na região centro e sul de Portugal, nomeadamente Alentejo Litoral, Península de Setúbal, Baixa Estremadura, Serras Algarvias e parte do Ribatejo era recebida na secção da prancha, onde iniciava o processo de transformação industrial.

Por conseguinte, era introduzido o processo de secagem, onde permanecia armazenada em monte durante seis meses, permitindo assim a perda de humidade e seiva, além de estabilizar a sua estrutura.

Uma primeira triagem era feita, separando a cortiça boa para produção, da cortiça com defeitos ou características irregulares, entre os quais: *Raspa espessa, barriga irregular, manchas amarelas, prego, esfoliação, galeria de insetos*⁴², entre outros, que impediam o seu aproveitamento para produção de rolhas ou discose, não sendo desperdiçada, era reencaminhada para trituração, onde servia de matéria-prima para os aglomerados negros⁴³, produzidos na fabrica que a empresa detinha no Montijo.

Depois de realizada esta primeira seleção, as pranchas de cortiça eram colocadas em caixas molde, criando-se fardos de formato retangular e dimensões específicas, fechadas com correntes de ferro, onde permaneciam comprimidas, sendo transportadas para as caldeiras onde os operários descarregavam e introduziam água em ebulação.

A primeira cozedura da cortiça era um processo fundamental para a sua transformação, levando à volta de uma hora, a uma temperatura que rondaria os 100°C, essencial para a remoção de terra e parasitas, amaciando a cortiça, que, consequência da cozedura, apresentava uma maior flexibilidade e volume (espessura), passando de seguida para um local coberto, onde esta iria arrefecer e arejar, durante duas a quatro semanas, permitindo a sua perda de humidade e a forma “encanudada”, obtendo consistência para futura transformação.

⁴² Cf. CARRASCO & AFONSO (2010) “A Cortiça na Fábrica: A Preparação” Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet*, EMS/CMS, Seixal, p.61

⁴³ “A fábrica (Montijo) estava em condições de produzir aglomerados puros, quer fossem negros quer fossem simples ou brancos. Ambos foram descobertos nos EUA na última década do séc. XIX. Os aglomerados puros expandidos, vulgarmente denominados aglomerados negros, tinham sido descobertos em 1891-92 (...)” Cf. SABINO, Fátima (2010) “Granulados e Aglomerados: Complementaridade entre as Fábricas Mundet do Montijo, do Seixal e de Amora” Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010), op. cit., p.167

Transportadas para um local de repouso, seguia-se uma inspeção de qualidade, onde *traçadores*, *recortadores*, *escolhedores* e *calibradores*, inspecionavam as pranchas, procurando aquelas que melhor se adequavam a produção, com a espessura (calibre) certos.

Os *traçadores* removiam por corte, os bordos imperfeitos e traçando-as em pedaços menores assim, procediam logo a uma primeira triagem por calibre, separando a cortiça em *delgada*, *média (meia marca)* e *grossa*.

Junto aos *traçadores*, os *recortadores* faceavam as pranchas, de forma a deixarem evidente a sua qualidade e o seu calibre.

Eram os *escolhedores* que avaliavam a sua qualidade, associada a presença ou ausência de defeitos, parâmetros como a porosidade, aspetto da barriga e da costa e o tipo de defeitos existentes na prancha.

Depois de todas as inspeções de qualidade realizadas, eram criados lotes de pranchas com espessuras idênticas, mediante a classe da qualidade. Consoante o calibre, depois do processo de cozedura, correspondia a uma das seguintes designações: *delgadinha*, *delgada*, *meia-marca*, *marca*, *grossa* e *triângulo*, utilizando um instrumento, que na época era chamado de “*pé de linha*” ou “*tira-linhas*”, chamado hoje de paquímetro, ajudava os *calibradores* a medir as linhas de cada prancha (o calibre de cada prancha teria de ter 2,2mm)⁴⁴.

Existia algumas pranchas de cortiça mais valiosas, cortiça essa, que depois de cozida, apresentava uma boa qualidade e espessura média, seriam estas as mais adequadas para a produção de rolhas de cortiça natural, contendo 24mm de diâmetro. Concluída a inspeção de qualidade, todas as pranchas eram transportadas ate à *báscula*, onde eram pesadas e empilhadas de acordo com a classificação que lhe tinha sido atribuída, identificando o calibre e a sua qualidade por placas, contendo letras e algarismos respetivamente.

⁴⁴Cf. CARRASCO & AFONSO (2010) “*Processo de Seleção da Cortiça depois de Cozida: Traçar, Recortar, Escolher e Calibrar*” Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010), op. cit., pp.62-63

Uma segunda cozedura apurava todas as características da matéria-prima já evidenciadas após a primeira cozedura, existindo uma equipa de operários constituída por *enfardadores, caldeireiros e empilhadores*.

Os *enfardadores* preparavam as pranchas de cortiça para serem introduzidas nas caldeiras, retiravam-nas de uma pilha armazenada, viravam-nas de barriga para baixo e colocavam-nas novamente em caixas molde acorrentadas.

Os operários responsáveis pela cozedura da cortiça, tinham como tarefa colocar os fardos de cortiça na caldeira, iniciando o processo de *transvase*, onde toda a água era retirada da caldeira, permitindo um colocação dos fardos com mais facilidade, utilizando um *trincho* (pequena plataforma de madeira com o qual pressionavam os fardos na caldeira) uma tarefa dificultada devido a flutuabilidade da matéria-prima, e de novo o *transvase*, enchendo novamente a caldeira com água fervente, de modo a que todos os fardos ficassem submersos. Muitos dos operários recorriam ao peso do próprio corpo, para manter os fardos submersos, procedimento este que iria contra as regras de segurança da fábrica.

Na *Mundet*, a produção com a cortiça enquanto matéria-prima era variada, “em cortiça natural e aglomerada, rolhas de todos os tipos e tamanhos, discos, papel de cortiça, corkskin, boias, punhos para canas-de-pesca, palmilhas a calcanhares, lã de cortiça, placas de aglomerado para isolamento, decorativos, entre outros.” (AFONSO, 2000:8)

1.2.1 Discos de Cortiça

As pranchas davam entrada na secção de fabrico de discos, toda a cortiça passava pela *máquina de espaldar*, tirando o exterior de 2mm sendo este a parte mais áspera da casca do sobreiro, de seguida, na *máquina de rabanear*, eram cortadas em tiras de 85mm de largura⁴⁵.

Seguiam para as máquinas de lâmina circular, onde eram cortadas em duas ou três peças mais finas, (com o calibre compreendido entre os 2,2mm e os 2,7mm) calibre este que viria a ter os discos, aproveitando toda a matéria-prima e reduzindo o

⁴⁵Cf. AFONSO, Fátima (2010) “Discos de Cortiça – Um dos Produtos de Referência da Mundet”Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet*, EMS/CMS, Seixal, pp. 79-121.

desperdício. Dados estes processos, as peças de cortiça, eram colocadas em recobro, permanecendo guardadas durante 2 ou 3 dias.

Após o período de recobro, as peças eram introduzidas em máquinas automáticas, com lâmina cilíndrica (*brocas*) onde em cada corte, eram retirados uma série de discos por vez.

Depois de feitos os discos, estes eram lavados, centrifugados para perder o excesso de humidade e secos ao ar livre ou por secadores mecânicos.

Eram então escolhidos, por meio de transporte em tapete de lona sem-fim, por operárias, que descartavam todos os discos que apresentassem porosidade ou imperfeições.

Alguns discos, por exigência dos clientes, ainda passavam por um processo de *parafinação*, tendo, depois deste processo, um poder de retenção maior de gases de carbono ou líquidos.

1.2.2 Papel de Cortiça

Para a produção de papel de cortiça, estavam presentes as seguintes fases: Preparação dos quadros de cortiça para o papel; Laminagem; Escolha e preparação das folhas; Colagem; Passagem, Secagem e Lixagem; por fim, Bobinagem e Embalagem⁴⁶.

As pranchas de cortiça, destinadas á produção de papel, eram novamente *rabaneadas* (cortadas em tiras), com o objetivo de obter peças de cortiça com uma maior largura do que as que se destinavam à produção de rolhas. Iniciava-se o processo de *quadrar*, que consistia em preparar quadros com medidas muito específicas e bem calibradas, para laminar em folhas de tamanho padrão⁴⁷.

As máquinas de laminar, manuseadas por operários especializados, tinham uma grande precisão de corte, laminando os quadros em folhas com exatos 0,058mm de espessura (58 *microns*), em que 1mm daria para retirar 17 folhas⁴⁸.

Feita a laminação, as folhas passavam por um processo de escolha num tapete de lona sem-fim, em que o aspetto, cor e dimensões iria determinar qual a sua finalidade. As folhas eram endireitadas e as *escolhedoras*, cinco por mesa, retiravam com a ajuda

⁴⁶ CARRASCO, Carlos (2010) "Cortiça Ao Milímetro – O Papel de Cortiça Mundet (1915-1988)" Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet*. EMS-CMS, Seixal. pp. 122-164

⁴⁷ *Ibidem*, p.137

⁴⁸ *Ibidem*, p.139

de uma espátula, distribuindo-as por caixas de madeira de diferentes cores, vermelhas, amarelas e brancas, cores estas que identificariam o tamanho e a qualidade da folha de cortiça.

Na secção de bobinagem ou contagem, era onde as folhas de cortiça eram prensadas sob uma mesa, com a ajuda de uma bomba-prensa hidráulica criando um rolo contínuo de papel enfardado, pronto a seguir para o próximo estágio, que seria a colagem. Na secção de colagem, os rolos eram desenfardados e desenrolados continuamente sobre um rolo de cola na máquina de colar e fixados a papel de seda, era este que lhe conferia a continuidade necessária, alem de lhe conferir resistência (necessária na industria tabaqueira, pela tração das máquinas) e elasticidade. Terminado o processo de colagem, um rolo de papel contava agora com 0,91mm (91 microns) de espessura e 34mm de largura, com algumas variações, resultantes de irregularidades da cortiça ou da espessura da cola⁴⁹.

Na Secção de secagem, os rolos permaneciam em estufa, a secar com ajuda de ventoinhas de ar quente.

Após a secagem, passavam pelas *máquinas de lixar*, onde o papel era desenrolado e lixado para eliminar pequenas imperfeições, passando posteriormente por uma inspeção visual, onde dai seguiam para o corte, onde os rolos já bem apertados, passavam pela máquina de bobinar, para que fossem cortados em bobinas com a largura desejada e um comprimento que variava em múltiplos de 300 metros, podendo atingir os 1200 metros. Eram embrulhadas em papel parafinado, para evitar ganhar humidade, sendo depois distribuído em caixas de 50 ou paletes de 256 bobinas⁵⁰.

1.2.3 Rolhas de Cortiça

À semelhança das modalidades de fabrico já referidas, inicia-se o processo com a preparação para a produção de rolha, compilado pelas seguintes funções: *Escolha*, *Rabanear* ou *Quadrar*. Por conseguinte, realiza-se a produção de diferentes tipos de rolhas, dos quais distingue-se: A obtenção de rolhas brutas, provenientes da cortiça natural a partir dos quadros de cortiça, operação realizada através de uma máquina de

⁴⁹Cf. CARRASCO, Carlos (2010) “Cortiça Ao Milímetro – O Papel de Cortiça Mundet (1915-1988)” Em: *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet*.EMS-CMS, Seixal. p.142

⁵⁰*Ibidem*, p.145

desbaste (*Galorpa*) e acionamento de uma broca de vazamento para obter a forma cilíndrica de rolha⁵¹.

Outras operações seriam o *lixar*, *rebaixar* e *balear* das rolhas, processos que respetivamente, significariam a correção do comprimento da rolha, o tratamento da sua superfície para conferir um diâmetro correto, através da inclinação da lâmina conferir um formato cónico e por último, o *chanframento* da rolha ou conferir efeitos na sua superfície. Estes processos eram realizados na “*Oficina de Rebaixar*”, edifício construído em 1943, que comportava dois pisos superiores e um térreo. As operações de *lixar*, *rebaixar* e *balear* eram realizadas em máquinas semiautomáticas e manuais localizadas no piso intermédio, sendo efetuado a distribuição das rolhas a partir do piso superior, por conseguinte, a seleção e *ensacamento* das rolhas após o seu tratamento estabelecia-se no piso térreo.

Esta interdependência entre setores de produção anuncia um aproveitamento da força gravítica e otimização da operacionalidade na oficina *de Rebaixar*, que analisaremos na segunda parte do trabalho, quando confrontado com um processo de musealização do espaço, por parte do EMS.

O último processo de acabamento engloba a lavagem das rolhas, seguido da sua secagem, processo de escolha, coloração e por último, a *parafinagem* seguindo a sua expedição pós-produção.

Num período inicial, de 1908 a 1910, as vendas da firma em território nacional são exclusivamente de produtos corticeiros transformados, tratando-se na sua maioria, da venda de rolhas⁵². Contudo, já neste período a *L. Mundet & Sons* (Seixal) exportava produtos para a América do Norte, América Latina, Grã-Bretanha e Canadá, também, em menores quantidades para França, Índia, Austrália e Alemanha. Demonstrando complementaridade com as fábricas da própria firma e associados, distribuídos por vários pontos do mundo afirmando-se no mercado internacional, nomeadamente, em Nova Iorque, Catalunha, México e Londres.

⁵¹ Veja-se: “*Cadeia Operatória da Produção de Rolha*”. Cf. LUZIA, Ângela (2000) “*Trabalho e Identidade na Indústria Corticeira*”, Câmara Municipal de Almada. pp.4-6 Em: “*Cortiça Património Industrial e Museologia*” (2003) Conferência, Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, CMS-EMS, 2000, Seixal[Documento eletrónico disponibilizado em CD-ROM]

⁵²Cf. “*Produção, Comercialização e Exportação*” Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet*.EMS-CMS, Seixal. p.36

Das tipologias de rolhas identificadas como *Regulares*, *Pontudos* e *Champanhe*, é registado nos períodos que se seguiram (1912-1914) uma representação, respetivamente, de 24,6%, 10,1% e 2,6% do total de vendas por produtos fabricados na *L.Mundet & Sons, Inc.* (Seixal)⁵³

1.3. Energias e Tecnologias Aplicadas na *Mundet* (Seixal)

Nesta sequência, recorremos a uma análise dos sistemas energéticos que alimentavam a atividade na fábrica, permitindo ao longo do tempo assegurar um avanço tecnológico que acompanhasse o processo evolutivo do complexo industrial, desde a sua fundação (1905) ao período que a firma opta pelo fornecimento externo de eletricidade (1940), por parte da *União Elétrica Portuguesa* (UEP).

A *Mundet* (Seixal) comprometeu, além dos meios técnicos aplicados a uma indústria corticeira, um alargado sistema tecnológico de equipamentos ligados à força motriz e produção de eletricidade, com capacidade para operar maquinaria e iluminação elétrica existente em toda a fábrica. A firma recorreu a diversos motores produtores de energia e tinha à sua disposição várias fontes de energia para consumo, desde carvão a óleos pesados, que por ação de dínamos ou alternadores existentes nos motores geravam a energia elétrica⁵⁴.

As instalações da fábrica comportam também um aproveitamento e versatilidade das energias geradas, por exemplo, face à inclinação dos terrenos, interdependência de oficinas e funções produtivas, tipologias dos imóveis com pisos superiores, verifica-se uma intenção de rendibilizar a energia gravítica.⁵⁵ Outro exemplo, coloca em evidência a utilização da energia a vapor como um elemento estruturante, não apenas no processo de transformação das matérias-primas, mas também enquanto aliado da produção de eletricidade e aquecimento térmico.

Este recurso era convertido em energia química, quando associado ao carbono, transformando-se em *gás pobre*, em energia mecânica por intermédio da máquina de

⁵³ Veja-se representação em quadro “*Valor das Vendas por Produto (1912-1914)*” Em: *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet* (2010) EMS/CMS, Seixal, p.41

⁵⁴ SABINO, Fátima (2000) “*Energias e Tecnologias Aplicadas à Indústria da Cortiça – Um Estudo de Caso: A Mundet*” Em: “*CortiçaPatrimónio Industrial e Museologia*” (2003) Conferência, Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, 2000, CMS-EMS, Seixal [Documento eletrónico disponibilizado em CD-ROM]

⁵⁵ SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 1

vapor, ou em energia térmica por intermédio das caldeiras de vapor que auxiliavam também a preparação da cortiça no seu processo de *cozer*.

Segundo Sabino (2000) é possível identificar cronologicamente três fases que compõem processo de adição, conversão dos sistemas energéticos da *Mundet*, aplicados na produção elétrica e transformação de cortiça:

i) Período de 1909 a 1926: A fábrica dispõe de uma central produtora de energia alimentada a gás pobre, a *central Stockport*. Inicialmente, detinha um motor de sistema *Crossley* (45 c.v) que comportava um *gasogénio*, onde era gerado o gás pobre enquanto seu combustível, este aparelho permitia a passagem de uma corrente de vapor de água sobre carvão ao rubro. Distingue-se a necessidade da fábrica em anexar e agrupar novos equipamentos em instalações próprias, designadas, respetivamente, por *casa da máquina*, casa do *gasómetro* e *gasogénio*, depósitos de carvão, tanques de água, entre outros. Mais tarde, estabeleceu-se uma *casa do dínamo* para o respetivo gerador de corrente contínua, e uma *casa das caldeiras e gasogénios*⁵⁶. Decorre, desde o início da fundação da fábrica, uma instalação progressiva de caldeiras geradoras de vapor, duas registadas em 1916, da marca da *Dauegand & Anvift* de Nova Iorque (4 e 6 c.v.)⁵⁷

ii) Segundo período de 1926 a 1940: inicia-se no ano que marca a instalação da *central Babcock*, equipada com um motor diesel da *Babcock & Wilcox, Lda.*⁵⁸ de 82,5 c.v. e um dínamo. Posteriormente, recorreu-se à instalação de um segundo dínamo reservado à alimentação da bateria elétrica que fornecia iluminação para a fábrica⁵⁹. A firma comportava duas centrais elétricas que forneciam energia através da instalação de cabos aéreos. Assegurada a capacidade para o acionamento da maquinaria e iluminação artificial no complexo industrial, é registado neste período um impulso significativo

⁵⁶ Veja-se: Alterações das designações atribuídas aos espaços permitem também identificar os processos evolutivos dos sistemas energéticos, posteriormente, é atribuído novas designações como “*dínamo*”, “*casa da bateria*” e “*arrecadação de materiais elétricos*”. A autora justifica - “*Elas apontam claramente no sentido da produção de energia elétrica de corrente contínua, ao passo que antes se estaria perante a produção de energia mecânica*” SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 4

⁵⁷ Cf. *Registo de Correspondência recebida pela Administração do Concelho do Seixal, 11.08.1915*. EMS-CDI. Em: SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 3

⁵⁸ Motor n.º 928; N.º de construção: 20/7082; Tipo: D – h – 1; rotações por minuto 250; potência: 82,5 c/v; classe – 1^a; N.º de cilindros: 1. Em: *Livro de Registo de Motores, Caldeiras e Recipientes de ArComprimido*, SEM/CDI, p. 29. Cf. SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 5

⁵⁹ SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 16

dasua produção.⁶⁰ Neste período o grau de mecanização do fabrico dos produtos era reduzido, registando-se em 1936, a existência de dezasseis motores elétricos (potência 141,2 c/v). No ano seguinte, foi solicitado à 3.ª *Circunscrição Industrial* a legalização de vinte e dois motores elétricos (potência 171 3/8 c/v) para assegurar a demanda de encomendas, face ao crescimento do mercado referente aos produtos corticeiros⁶¹. Nesta sequência de análise, a *Mundet* detinha uma elevada capacidade de produção de vapor, depois da transferência do Montijo de uma caldeira geradora de vapor *Babcock & Wilcox* (1938),⁶² o que permitiu a substituição das antigas caldeiras de cozer de fogo direto e sem fogo direto.

iii) Terceiro período de 1940 a 1964: inicia com o ano que marca a disponibilização de eletricidade fornecida pela UEP, conduzindo à construção de um *Posto de Transformação* de alta tensão para baixa tensão, sob forma de corrente alternada, modernizando o abastecimento por corrente contínua das antigas centrais elétricas. O Posto Transformador recebe dois transformadores *Siemens* (100 KVA), tendo sido substituídos em 1947, por outros de maior potência (450 KVA). A *Mundet* instalou uma nova central elétrica a vapor – denominada de *central Sulzer*, equipada com a máquina a vapor *Sulzer* e um alternador da *Pöege* de 135 KVA. Este período é marcado pela eletrificação crescente do complexo industrial, requerendo uma aquisição de novos equipamentos, adaptação dos antigos edifícios e reformulação dos circuitos elétricos⁶³.

De igual forma, a firma aumentava a sua capacidade de mecanização através da instalação dos circuitos elétricos que forneciam força motriz aos motores instalados nos seus respetivos setores de produção, explica a seguinte citação: “Havia sectores onde a mecanização e uma certa automatização do trabalho conviviam: no rebaixar, na

⁶⁰ “Neste período, a montagem de uma nova central elétrica a diesel deu um novo impulso à empresa no Seixal, já que as suas instalações se alargaram significativamente e os seus produtos se diversificaram. Além da rolha, produzia-se papel de cortiça, boias e discos. Mas dado o número e a dimensão das instalações afetas à produção, acabamento, escolha, embalagem e armazenagem de rolhas, estas eram, sem dúvida, o produto preponderante.” Cf. SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 6

⁶¹ “Embora a intenção de instalar novos motores possa parecer contraditória, ela é parte integrante dum plano de ação mais abrangente, que englobava o aumento da capacidade de preparação da cortiça enquanto matéria-prima e o aumento significativo da disponibilidade em força motriz.” Cf. SABINO, Fátima (2000), op. cit., pp. 6-7.

⁶² Caldeira n.º 3.331; N.º de construção: 23.244; Ano de fabrico: 1923; Tipo: D; Superfície da grelha: 4,74 m²; Categoria: 1.ª; Capacidade com ebulidores: 14, 800 m³; timbre: 12 kg/cm². *Livro de Registo de Motores, Caldeiras e Recipientes de Ar Comprimido*, p. 6 Cf. SABINO, Fátima (2000), p. 7

⁶³ “As instalações elétricas respeitantes quer à força motriz quer à iluminação foram objeto de uma completa transformação, procedendo-se, além disso, a uma reformulação da rede de distribuição que passou a organizar-se em circuitos” Cf. SABINO, Fátima (2000), op. cit., p. 9

marcação, nas brocas (rolhas e discos) [...] A mecanização envolvia todas as atividades complementares ou associadas à produção: peneiração e parafinação de discos, secagem das rolhas, transporte de aparas e de discos, captação do pó de cortiça, ventilação das oficinas.” (SABINO, 2000:10)

Em 1942, é construído um novo edifício destinado a albergar um conjunto de caldeiras de cozer⁶⁴ conhecido por “As Caldeiras dos Moços”. Este projeto implicava o abastecimento de vapor da antiga geradora de vapor *Babcock & Wilcox*, que desde 1938, abastecia os antigos tanques de cozer e caldeiras instaladas junto aos telheiros de pranchas, que por sua vez, seriam substituídos.

Na década seguinte, é construído o edifício das caldeiras *Babcock & Wilcox* (1951-1952) tal como é atualmente apresentado no núcleo museológico EMS da *Mundet*.



Imagen 1) Fábrica de cortiça, Mundet & Cª. Lda, Seixal. Aspetto de Caldeiras de cozer cortiça nos anos 80. Trabalhadores a cozerem cortiça nas Caldeiras de Cima. Negativo 35 mm, preto e branco. Fotografia por Cruz, Nelson. EMS, Seixal;

⁶⁴Veja-se: Segundo Autorização por despacho, publicado no *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, 3ºano, nº278, 6 de Janeiro de 1943: “a firma Mundet & C.ªLda., a instalar na sua fábrica licenciada pelo Alvará nº3:718, sita na Estrada da Arrentela, na vila do Seixal, 4 tanques a vapor, para cozer cortiça (...) em substituição de 8 tanques e caldeiras antigas”. Cf. “As Caldeiras dos Moços: Edifício e Função” Em: FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça, Diz Mundet*, pp. 64-65

2. Património Industrial

2.1. Origens e Contextos – Emergência de Investigação Museológica e Científica

“Arqueologia Industrial afirmou-se [...] , em termos de espaço e de tempo, como uma Arqueologia da Contemporaneidade”(CUSTÓDIO, 2015: 93)

Neste capítulo pretende-se uma reflexão sobre os conceitos introduzidos através da interdisciplinaridade do património cultural, enquanto um campo muito discutido na primeira década do séc. XXI. Segundo perspetivas e construções sociais que condensam várias dimensões de análise, no que compromete a relevância do património para as comunidades e própria identidade cultural, comprehende-se a sua construção a partir da memória coletiva e identificação de contextos organizacionais ou sociais, que, quando admitidos em determinadas realidades congreguem a sua fundamentação. Pretende-se estabelecer uma ancoragem sobre um dos campos do património cultural, que congrega a *Arqueologia Industrial* enquanto seu campo teórico e disciplinar. Por conseguinte, consolida-se uma análise sobre o *Património Industrial*, que surge enquanto seu objeto de estudo⁶⁵. Particulariza-se de uma forma imediata, por dar a conhecer o desenvolvimento técnico e industrial do homem.

2.1.1 Arqueologia Industrial – Arqueologia de um passado recente

Comecemos por contextualizar a *Arqueologia Industrial* enquanto uma disciplina que inscreve o nosso objeto de estudo. A arqueologia surge categorizada por períodos cronológicos que remetem para o seu objeto de análise. Podemos distinguir uma pluralidade de domínios técnicos como a arqueologia pré-histórica, clássica, medieval ou moderna, contudo, para definir uma arqueologia contemporânea é

⁶⁵ “Património Industrial é o objeto. Arqueologia Industrial é a ciência, a disciplina ou o ramo do saber.” Entrevista realizada a Prof. José Amado Mendes (Universidade de Coimbra/Univ. Autónoma de Lisboa) (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (coord.) (2018) “Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens” Sobral: Edições UVA, p.33

sustentado um conceito diferenciador - *Arqueologia Industrial* - que confere uma dimensão de análise sobre a indústria e o seu papel na transformação da sociedade.⁶⁶

O conceito de indústria desdobra-se desde processos de transformação de matérias-primas e auto-suficiência do ser-humano ao longo da história, pelo que se distingue a indústria de fábrica (mecanizada) e de oficina (artesanal)⁶⁷. Por outras palavras, a indústria acompanha o desenvolvimento da sociedade⁶⁸ desde dos primeiros processos evolutivos, conhecidos desde a pré-história pela utilização do fogo, adaptação dos povos recolectores na natureza, criação de utensílios e instrumentos para assegurar a sua sobrevivência. Sejam processos pré ou protoindustriais, que surgem desde a antiguidade clássica, como por exemplo, os aquedutos, enquanto infraestruturas de distribuição introduzidas pelos romanos, aos mais relativamente recentes moinhos de maré, que utilizam energias naturais para a transformação de matérias-primas.

Sucintamente, pretendeu-se constituir uma disciplina que utiliza o método científico da arqueologia, podendo se aplicar a um passado remoto como um passado recente⁶⁹. Existe uma arqueologia industrial, comprometida pelo período histórico inaugurado pela revolução industrial, porém, distingue-se uma extensão da sua prática para um período anterior à industrialização como a arqueologia pós-medieval, medieval, clássica ou pré-histórica (Cordeiro 2000:407).

A designação de Arqueologia Industrial (*Industrial Archaeology*) surge em meados da década 1960, com maior atuação na Grã-Bretanha, onde o património industrial tem uma grande presença. Alguns artigos pioneiros na consolidação dos conceitos foram de Michael Rix (1955; 1967) com "*Industrial Archaeology*" que cunhou esta nova disciplina⁷⁰ e os primeiros periódicos publicados por Kenneth Hudson

⁶⁶ Cf. Entrevista realizada a Prof. Dr. José Manuel Lopes Cordeiro (2015). Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) "Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens". p.85

⁶⁷ Cf. Entrevista realizada a Prof. Dr. José Amado Mendes (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) p.33

⁶⁸ "Há que perceber que o conceito de Arqueologia Industrial era tudo o que se relacionava com as fases da Revolução Industrial e da industrialização, e havia a Arqueologia Pré-industrial, das sociedades anteriores (Idade Média, mas também Roma, Antiguidade)." Cf. Entrevista a Prof. Jorge Custódio (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) p.55

⁶⁹ Veja-se CORDEIRO, José M. (2000) "Arqueologia Industrial:Uma estratégia eficaz para a investigação do passado recente" Em: "Terrenos" da arqueologia da Península Ibérica. ADECAP, Porto, pp.406-411

⁷⁰ RAMOS, Paulo Oliveira. (2017). "The beauty of Industrial Archaeology is that it can be practised anywhere"- Nos 50 anos do livro *Industrial Archaeology* de Michael Rix. Arqueologia Industrial, 4^a Série,

(1965) em que apresentam uma diferenciação entre Arqueologia e Património Industrial.

Numa breve introdução, Rix define Arqueologia Industrial⁷¹ como “recording, preserving in selected cases and interpreting the sites and structures of early industrial activity, particularly the monuments of the Industrial Revolution” (RIX, Michael, 1967:5). A disciplina estava associada aos emergentes trabalhos de campo realizados no meio académico, utilizando os vestígios da industrialização espalhados pela Grã-Bretanha para experimentação técnica da arqueologia, dando origem aos primeiros trabalhos de investigação e publicações. O seu desenvolvimento originou um movimento de sensibilização para a salvaguarda e preservação destes vestígios, ao que o autor sublinhou uma emergência para se proceder ao inventário dos sítios e monumentos industriais (RIX, Michael, 1967).

Para este fim, formaram-se as primeiras associações e organizações especializadas, como *Industrial Archaeological Research Committee* (IARC) em 1959, desenvolvido pelo *Council for British Archaeology* (CBA), com o objetivo de exponenciar a atividade e investigação sobre a disciplina, assegurar a monitorização dos procedimentos de inventário, registo e classificação de sítios industriais. Em Portugal, aparecem tardivamente, com a criação desde 1980 da *Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial* (APAI) e a *Associação Portuguesa de Empresas com Museu* (APOREM) fundada em 1992, que tiveram um papel importante na preservação do património e memória associada às empresas, destacando-se a salvaguarda da documentação e arquivos empresariais.

Nos métodos utilizados para inventariação e preservação de sítios industriais, é recorrente o recurso à escavação arqueológica *stricto sensu*, visando uma adaptabilidade dos métodos tradicionais na recolha e construção do conhecimento técnico e estrutural de uma fábrica⁷². Sucintamente, compromete vários processos de construção, adição ou

VII (1-2), pp. 81-84.(Prof. Universidade Aberta e Instituto de História da Arte / FCSH / Universidade Nova de Lisboa) Disponível online: <https://www.researchgate.net/publication/324543517>

⁷¹ Michael Rix (1913-1981) Prof. de *Architectural History*, Departamento de estudos extramural da Universidade de Birmingham. Veja-se: RIX, Michael (1955) *Industrial Archaeology* The Amateur Historian, Vol. 2, No. 8, Outubro-Novembro de 1955, pp. 225-229; RIX, Michael (1967) *Industrial Archaeology*. Historical Association pamphlets. General series, no. 65.

⁷² “Arqueologia Industrial estudava também os espaços de laboração, as áreas da fábrica, as áreas de trabalho, (...) Por exemplo, num mesmo território encontram-se sobreposições de alterações de processos fabris e de organização industrial, num mesmo espaço, (...) é exigível a intervenção

subtração, que surgem por camadas nas infraestruturas ou setores de produção. Entende-se por esse motivo, que uma reconstituição da atividade fabril ao longo do tempo, constitui um verdadeiro território de análise para a arqueologia⁷³. Resumindo, em citação, “Os movimentos de construção dos conceitos e o campo da arqueologia industrial encontram-se intimamente ligados aos processos de preservação e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do património industrial.” (SILVA&CORDEIRO 2017:16)

Nesta sequência, reconhecemos uma generalização entre os dois termos, que surgem indissociáveis um do outro. É apresentado em 2003, num documento designado de Carta de Nizhny Tagil, TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*) com vinculação de ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) destinado a um reconhecimento junto dos órgãos preservacionistas, quanto a Arqueologia Industrial tratar-se de um método universalista, reunindo informação metodológica que estabelece-se numa relação restrita com o Património Industrial.⁷⁴

Para o campo da arqueologia, esta generalização, por um lado incorre numa definição da sua temporalidade ou temática, no que compromete uma análise sobre a arqueologia contemporânea (CASIMIRO& SEQUEIRA, 2019:89) para muitos autores torna-se passível de debate ou critismo. Por outro lado, “*Industrial archaeology is an interdisciplinary method of studying all the evidence, material and immaterial, of documents, artifacts, stratigraphy and structures, human settlements and natural and urban landscapes, created for or by industrial processes.*” (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH: 2003). Sucintamente, é evidenciado princípios de valorização e proteção no domínio do património industrial que abrange conhecimentos técnicos

arqueológica para observar as transformações muito sequenciais e rápidas dos espaços fabris e de trabalho, porque uma das características da própria industrialização é a revolução permanente dos meios de produção, que sempre estão a modificar-se e se refletem na organização fabril, até morrerem e, se inovam, continuam a gerar trabalho, não morrem ali, naquele tempo” Cf. Entrevista a Dr. Jorge Custódio (2015)Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) p. 67

⁷³ “A investigação arqueológica de espaços industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo rigor científico e metodológico aplicados, em outros períodos históricos ou culturais” (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, 2003:5) Cf. SILVA & CORDEIRO (2017), “Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial”, p.22

⁷⁴ CASIMIRO, T. & SEQUEIRA, João. (2019). *Os Deuses devem estar loucos...ou a emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal*. Centro de Arqueologia de Almada (CAA), Al-madan online (revista online) II^a Série, nº 22, Jan. 2019, 3. pp. 88-97.

interdisciplinares, no que reporta à atuação dos profissionais da cultura sobre novas formas de (re)pensar o património.

2.1.2 Fundamentos do Património Industrial

Na segunda metade da década de 60, surge o conceito designado por Património Industrial (*Industrial Heritage*), tornando-se particularmente importante uma fundamentação face ao seu carácter interdisciplinar. Desta sequência que se prolongou na década 1970, acentuava-se uma estruturação sobre o termo por parte de investigadores, especialistas e técnicos da cultura, adquirindo um reconhecimento face à sua importância no âmbito cultural. Evidenciava possibilidades interdisciplinares que necessitavam de ser visionadas e debatidas. Com correlação entre testemunhos orais obtidos, participação da comunidade local e preservação dos sítios industriais, com atuação nos seus territórios de origem, tornou-se evidente um desenvolvimento dos primeiros processos de musealização *in situ*⁷⁵, ou seja, com a criação de museus dedicados à técnica e à indústria.

Na década de 1980, face à crescente desindustrialização e terciarização das atividades económicas, tornou-se particularmente importante uma revalorização destes espaços, que por sua vez, constituíam um vasto universo para interpretação museológica e museográfica, com o objetivo de assegurar uma transmissão do seu conhecimento científico e técnico, em virtude do seu contributo histórico e social.

Seguidamente, conduz-se uma reflexão sobre o seu carácter interdisciplinar, como já apresentado, para isso, entenda-se que quando se refere questões de património industrial, não se interpreta exclusivamente os bens culturais monumentais. Em cumprimento com um diagnóstico sobre os bens culturais, são identificados um conjunto de critérios de natureza social, técnica ou industrial, que por sua vez, condensam uma análise também ligada à inovação e organização das empresas em

⁷⁵ “Quer dizer que muitos dos museus em Portugal estão instalados em antigas instalações do Património Industrial; seja, por exemplo, o Museu da Eletricidade, aqui em Lisboa, seja no Porto o Museu do Carro Elétrico, seja o Museu dos Lanifícios na Covilhã. Outros museus, nos seus conteúdos, têm objetos do Património Industrial, como coleções, máquinas ou tecnologias.” Cf. Entrevista realizada a Prof. José Amado Mendes (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (coord.) (2018) “Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens” Sobral: Edições UVA, p.23

determinado contexto social e económico⁷⁶. Estes bens culturais, quando percecionados pela sua multiplicidade de significados e representações, podem constituir verdadeiras heranças da sociedade.

Os autores Silva e Cordeiro (2017) conduzem um entendimento sobre os campos do património cultural discutidos neste presente capítulo, afirmando que correspondem a uma “interdependência entre os conceitos de história, memória e cultura”⁷⁷ que fluíram e transformaram a própria sociedade, sendo que uma das particularidades do conceito atual de Património Industrial, se refere à criação de novas identidades sociais, muito caracterizadoras de determinado território face à atuação e representatividade de algumas empresas industriais junto da população local.

Dos anos 1960 a 1990, era sobretudo identificado uma cultura material, alguns autores da disciplina de antropologia ou etnologia abordavam uma cultura técnica, que configurava questões de profissionalização e que, comumente, era denominado por o “saber-fazer”.

Contudo, as metodologias agregadas ao estudo do património industrial não comprometiam uma visão que englobasse os valores intangíveis numa homogeneidade entre cultura material e imaterial⁷⁸. Inicialmente privilegiava-se a monumentalidade dos edifícios, segundo opinião de Jorge Custódio:

“Não é apenas a arquitetura mas algo mais. O património industrial não são edifícios nus. Isto não quer dizer que todos tenham que ter património técnico integrado, ou seja, aquilo que foi retirado dos edifícios e que depois vai constituir as coleções de museus, por exemplo (...) É ainda aquilo que é sinal social da identidade do património industrial (...) no fundo, é a identidade e a memória. Essa identidade e memória têm que ser valorizadas.” (MATOS & BESSA, 2018:49)

⁷⁶ Cf. Entrevista a Prof. Dr. Jorge Custódio (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) p.46

⁷⁷ “As organizações produtivas são identificadas como responsáveis não somente pelo desenvolvimento económico, mas também pelas relações sociais, e ainda, como formadoras de uma cultura própria às comunidades industriais” Cf. SILVA & CORDEIRO (2017), “Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial”, p.8

⁷⁸ Cf. Entrevista a Prof. Jorge Custódio (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018), p.47

Com isto, hoje é possível distinguir uma cultura imaterial dentro do património industrial. Esta, por sua vez, compromete um fenómeno irreversível por apresentar-se numa descontinuidade temporal, quando cingimos a sua análise para determinado período cronológico de atuação. Quando remetemos para um sítio industrial em que a sociedade contemporânea se inova e distancia progressivamente dos padrões iniciais, é importante uma preservação dos saberes técnicos e sua valorização cultural. Segundo comentário de Graça Filipe, comprehende-se uma emergência para o revisionamento deste conhecimento técnico e operacional, que muitas vezes apenas é adquirido através de testemunhos orais de antigos trabalhadores, sendo fundamentais para uma reconstituição museográfica. Em citação, “contextos de desindustrialização em que há um reconhecimento do valor associado a sítios, espaços, saberes técnicos que foram descontinuados, há uma certa rotura nesse processo de aplicação do saber técnico.”⁷⁹

Segundo Lameiras (2000, EMS) O “*meio técnico*” define-se como um conjunto organizado de processos técnicos, praticado por determinado grupo humano, síntese de memórias internas e externas, que regularizam todo um sistema de transformação e conversão de recursos no seu meio-envolvente, conjugando uma relação de transformação técnica e relação de comunicação plurimodal: *i)* segundo códigos de interação e de intercomunicação validados entre o grupo e a sua envolvente mais próxima; *ii)* segundo “códigos veiculares” de interação e intercomunicação entre o grupo e grupos humanos externos, numa cadeia de interdependência e subsistemas. Compreender estes fenómenos, no seu plano tecnológico e museológico, permite compreender os diferentes dinamismos que caracterizam o meio técnico⁸⁰ como hoje se apresenta.

Das reflexões afetas ao património Industrial, consolida-se uma abordagem *integrada*, ou seja, que coloque em evidência a complexidade e dimensão que integra determinado património identificado. Deste seguimento, ressalta-se a importância dos testemunhos humanos e preservação do meio técnico, adequando para isso um trabalho constante de investigação, que clarifique todas as possíveis dimensões de análise. Em última estância, esse conhecimento deverá ser transmitido através do tratamento museológico, de forma integrada, “porque temos essa tríade, quer dizer, a

⁷⁹Cf. Entrevista a Drª Graça Filipe (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) p.130

⁸⁰Cf. LAMEIRAS, Maria Olímpia (2000) “A Noção de “Meio Técnico”: Génese e Aplicação na Museologia das Técnicas” Em:Cortiça, Património Industrial e Museologia, Conferência Internacional, realizada a13-17 de Abril, 2000 – EMS, Seixal.

documentação técnica (o arquivo técnico), o lugar (o objeto), e a documentação oral (a possibilidade de inquirir informações das fontes orais, a experiência), isso é importante.”⁸¹

Em Portugal, segundo as autoras Matos e Sampaio (2014) os projetos museológicos dedicados ao património industrial, que decorreram na década de 1990, procuraram expressar as tendências da *nova museologia*, assumindo-se como museus de território e com forte ligação às comunidades industriais.⁸²

Por conseguinte, referem que cabe aos Museus da Ciência, da Técnica e da Indústria, um papel muito importante, concretamente, “a educação pela técnica, divulgação da cultura tecnológica, promoção do conhecimento e as diversas aplicações da tecnologia na atualidade” (MATOS & SAMPAIO, 2014:109) que resultam em última análise, na difusão da cultura técnico-industrial. Estes museus têm como função a preservação das estruturas industriais, linguagens arquitetónicas e preservação da memória coletiva, admitindo, porém, que os museus deveram estar capacitados para corresponder aos respetivos critérios de preservação, linhas programáticas e discursos expositivos.

As autoras sustentam esta análise, com uma demonstração do panorama museológico português, entre os anos 2000 a 2005, face a uma crescente valorização do património móvel pelos setores públicos e privados, com o desenvolvimento de políticas culturais como a requalificação dos museus nacionais. Entre outros, distingue-se a criação da *Rede Portuguesa de Museus* (RPM) em 2000, seguido da aprovação da *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, em 2004. Contudo, atualmente verifica-se uma redução orçamental no setor cultural, progredindo significativamente para uma falta de recursos e carência de meios, implicando muitas vezes a suspensão de trabalhos no âmbito da investigação, inventariação e conservação das coleções e equipamentos culturais.⁸³

Para concluir, entre as várias definições e princípios enunciados pelo Património Industrial identifica-se respetivamente: *i) No início da disciplina da Arqueologia*

⁸¹Cf. Entrevista a Dra Graça Filipe (2015) Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (2018) p.137

⁸²MATOS, Ana Cardoso de & SAMPAIO, Maria da Luz (2014) “*Património Industrial e Museologia em Portugal*” Em: *Museologia & Interdisciplinaridade*, Vol. III, nº5, Maio/Junho de 2014, Revista do programa de pós-graduação em ciência da informação da universidade de Brasília, p.109

⁸³MATOS, Ana Cardoso de, & SAMPAIO, Maria da Luz (2014) p.107

Industrial, defendia-se na Inglaterra que a disciplina reportaria exclusivamente a um período onde vigorou a 1^a Revolução Industrial, posterior aos finais do séc. XVIII. Contudo, esta disciplina veio a redimensionar-se, compreendendo que uma análise sob este domínio da industrialização, seria abruptamente cortante cingir um processo contínuo e cíclico ao período da revolução industrial, concluindo que estes processos operam-se lentamente e prolongam-se por gerações. Entenda-se, por isso, que a arqueologia industrial ocupa-se dos “vestígios do desenvolvimento”.⁸⁴

ii) *Inclusividade*; o património industrial compõe um pressuposto metodológico de centralização numa realidade local ou territorial, comprometendo o estudo dos processos de desenvolvimento em torno de determinada comunidade ou população local. Por sua vez, podemos deduzir que, o estudo destas comunidades industriais e expressões de cultura própria, eram negligenciadas em detrimento de outros critérios e representações mais significativas para o património cultural (SILVA & CORDEIRO, 2017). Resultante do dinamismo social gerado em torno das práticas museológicas de carácter experimentalista, se verificou nos anos 80 por adequação da *Nova Museologia*, que abordaremos seguidamente, distinguindo-se enquanto uma disciplina que admite o componente participativo.

iv) *Integração*; abordagem sobre o património industrial e técnico integrado, que admite uma revisão dos seus componentes materiais, imateriais e intangíveis.

v) *interdisciplinaridade*; compreendido na seguinte citação⁸⁵:

“O estudo dos vestígios materiais em si mesmos, sem dar a estes uma dimensão antropológica, seria um exercício intelectual estéril. Somente através das relações significativas entre diferentes fenómenos a arqueologia industrial poderá, com o seu enorme potencial de conhecimento interdisciplinar, contribuir para uma análise dos fatos e para uma explicação dos mesmos que, pelas características do seu material informativo, despojado dos elementos simbólicos das fontes escritas, servirá para nos revelar de maneira mais objetivas as condições de trabalho e de existência nas sociedades industriais.” (FORNER 1989:24 *abud* CORDEIRO 2000:409)

⁸⁴ “A arqueologia industrial ocupa-se do estudo, preservação e reutilização dos vestígios, materiais e imateriais, do desenvolvimento económico e da evolução tecnológica.” Cf. Entrevista realizada a Prof. José Amado Mendes, Julho de 2015. Em: MATOS, Ana Cardoso de. & BESSA, Telma (coord.) (2018) “Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens” Sobral: Edições UVA, p. 31

⁸⁵ Cf. MUÑOZ, Salvador Forner (1989) “Patrimonio recente y patrimonio industrial”, Canelobre, Alacant, 16, p. 24

2.2. Perspetivas e Reflexões de Museologia

“Museologia: uma ciência aplicada,
a ciência do museu.”

Georges Henri Rivière (1981)

Segundo Desvallées e Mairesse (2013) são apresentadas cinco definições em torno do termo *museologia*⁸⁶:

- i) Remete para as funções aplicadas no seio do museu; distinguem-se geralmente pelo derivado de “museológico” para definir os departamentos, funcionalidades e profissionalização⁸⁷.
- ii) Etimologia do termo associado ao “estudo do museu” que concede uma definição disciplinar e científica dentro do meio universitário a partir dos anos 1950, concentrando na sua designação um conjunto de técnicas específicas no âmbito de pesquisa e investigação⁸⁸. Esta evidência determina que o “estudo do museu” pode isolar-se da sua prática, o primeiro corresponde com o significado de “museologia” e o segundo congrega-se através da “museografia”.
- iii) A museologia considerada “como um verdadeiro campo científico de investigação do real” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013:62). Esta perspetiva influenciou particularmente o ICOFOM nos anos 1980-1990, originando um conceito fenomenológico assente na própria museologia, estabelecido enquanto “relação específica do homem com a realidade”.

De acordo com Stránský (1980) a museologia é definida como uma disciplina científica, centrada no *homem* enquanto seu objeto de estudo, que, por vínculo das ciências sociais, documentais e mnemónicas, contribui para a compreensão do *homem*

⁸⁶ s. f. – Equivalente em francês: *Muséologie*; inglês: *Museology*, *Museum Studies*; Veja-se definição “Museologia” Em: DESVALLÉES, André&MAIRESSE, François (Ed.) (2013) *Conceitos-chave de Museologia*, Armand Colin, Bruno Brulon Soares e Marilia Xavier Cury (Trad.) pp. 61-64.

⁸⁷ Vejam-se profissões reconhecidas e regulamentadas pela aceção do termo, em países anglo-saxónicos e latino-americanos - como *museólogos* (Portugal e Brasil), *conservateurs* (França); Em: DESVALLÉES, André &MAIRESSE, François (Ed.) (2013), op. cit., p. 61

⁸⁸ Utilização de domínio científico aplicado à museologia, em que privilegia-se no meio *anglo-americano* a expressão *Museum Studies* (Inglaterra) ao termo *Museology*. C.f. Ibidem, p. 61

no seio da sociedade e por conseguinte, testemunhar os modos relacionais que estabelece com a sua realidade⁸⁹.

Sob esta pretensão, a museologia adota uma metodologia para corresponder a determinados critérios epistemológicos, que sustentam uma realidade ou valor cultural específico percecionado pelo *homem*, intervindo na sua conservação e transmissão. Para tal, esta perspetiva pretende advogar que o objeto de estudo da museologia seja o museu em si, por este se estabelecer mais recentemente face à longa história da humanidade⁹⁰ e sua incapacidade de prescrever todo o campo do património.

iv) Surge a partir dos anos 1980, um movimento ideológico renovador na museologia que se difundiu internacionalmente. Designado de *nova museologia*, partiu da contribuição de alguns teóricos e investigadores franceses pela oposição ao modelo clássico dos museus.

v) A quinta aceção da museologia pretende englobar todas as outras descritas, resultando uma teorização e reflexão crítica sobre o campo museal. Qualquer experiência sobre o campo da museologia pretende-se voluntariamente experimental, aberta a pesquisa e investigação pela sua apreensão direta⁹¹, naturalmente caracterizada pelo seu denominador comum de “relação específica entre o homem e a realidade”.

Sucintamente, desta abordagem destaca-se duas linhas diretrizes para estabelecer um mapeamento do campo museal: uma respeitante às funcionalidades museológicas (documentação, indexação, apresentação, preservação, pesquisa, comunicação); E, em segunda estância, o campo museal considerado através das diferentes disciplinas que o suportam.

Na linguagem da museologia, a noção de *sociedade*⁹² é entendida na sua contextualização geral como um conjunto humano que estabelece modos relacionais e sistemas de troca, integra um reagrupamento de comunidades composta por indivíduos em torno de estruturas institucionais. Porém, o conceito de *comunidade* distingue-se

⁸⁹C.f. “A museologia é uma disciplina científica independente, específica, cujo objeto de estudo é uma atitude específica do Homem sobre a realidade, expressão dos sistemas mnemónicos, que se concretiza por diferentes formas museais ao longo da história. A museologia tem a natureza de uma ciência social, proveniente das disciplinas científicas documentais e mnemónicas, e ela contribui à compreensão do homem no seio da sociedade” Cf. STRÁNSKÝ Z. (1980) “Museology as a Science (a thesis)”, Museologia, 15, XI, p. 33-40. Em: DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (Ed.) (2013) *Conceitos-chave de Museologia*. p. 62

⁹⁰C.f. DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (Ed.) (2013), op. cit., p. 62

⁹¹C.f. *Idem*, *Ibidem*, p. 63

⁹²Cf. *Idem*, *Ibidem*, pág. 89-91

desta fenomenologia, geralmente utilizado para designar grupos mais restritos e homogéneos, enquanto a designação *sociedade* destina-se aos conjuntos mais amplos e heterogéneos. Podendo se tratar de uma coletividade que partilha os mesmos pontos de vista ou coabitam em determinado território, não admitindo necessariamente uma comunidade estruturada pelas instituições.

Nessa perspectiva, estabelece-se duas categorias de museus – os *museus de sociedade* e os *museus comunitários* – para definir a especificidade da atividade museológica em torno da sua ligação com determinado público.

Configura-se em torno de uma definição mais ampla de museus de sociedade, como demonstram os museus tradicionais de etnografia e antropologia, uma relação forte com os seus públicos. Segundo Barroso e Vaillant (1993) “os museus que compartilham de um mesmo objetivo: estudar a evolução da humanidade em seus componentes sociais e históricos, e transmitir os marcos e pontos de referência, para o entendimento da diversidade das culturas e das sociedades” (DESVALLÉES & MAIRESSE 2013:89). Esta proposição reivindica uma posição interdisciplinar com legítima preocupação no entendimento da humanidade e transmissão desse mesmo conhecimento.

O museu comunitário compromete a participação e integração de um grupo social, cultural, profissional ou territorial.⁹³ Como exemplo, os museus de vizinhança “*neighborhood museum*”⁹⁴ e os ecomuseus, que focalizam a sua influência e representatividade em torno da identidade cultural reveladora de determinada comunidade. Distingue-se pela operacionalidade e gestão de responsabilidade local, geralmente compromete competências profissionais como também tende a surgir de iniciativas locais, organizações comunitárias ou associativismo.

O termo *musealização*⁹⁵ sugere no seu sentido mais amplo, um processo de transformação de testemunhos humanos, históricos ou naturais, que comprometam na sua legitimidade a criação de um museu. Por sua vez, o termo *patrimonialização* surge

⁹³ DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (2013) *Conceitos-chave de Museologia*. pág. 90.

⁹⁴ Com origem nos Estados Unidos, trata-se de museus comunitários detentores de direitos cívicos e inclusão social. Veja-se o caso mais paradigmático em Washington, D.C – *Anacostia Community Museum*, que deveu-se à participação de John Kinard com *Smithsonian Institution* (1966) Cf. FILIPE, Graça & DE VARINE, Hugues (2015) *Que Futuro para os Ecomuseus?* p. 21.

⁹⁵ s. f. – Equivalente em francês: *muséalisation*; inglês: *musealisation*; espanhol: *musealización*; alemão: *Musealisierung*; italiano: *musealizzazione*. Cf. MAIRESSE, François (2011) *Muséalisation*. Regard & Analyse. Em: *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Armand Colin, Paris, pp. 252-269.

indissociável ao processo de musealização descrevendo o princípio de preservação e salvaguarda de um objeto ou lugar, comprometendo uma “(re)definição daquilo que constitui património, *in situ* e deslocalizado, contemplando os procedimentos de inventariação patrimonial e/ou museológica.”⁹⁶

Sucintamente, é a partir da operação de musealização que se estabelece a apropriação de um objeto, comprometendo a sua extração do meio natural e cultural. Remete para a mudança do seu contexto físico ou conceitual, conferindo-lhe um estatuto museal⁹⁷. Identificado este processo de seleção e transformação, Stránský (1970) designou-lhe de *musealium* ou *musealia*⁹⁸. Trata-se de um objeto reconfigurado num fenómeno de *musealidade* que opera uma mudança do estatuto do objeto, assumido no seu sentido epistemológico uma evidência material ou imaterial para o homem, que, uma vez dentro do museu, adquire uma abordagem museal, específica da relação humana com a realidade (STRÁNSKÝ, 1987).

Simultaneamente, desta operação compromete-se um processo científico na recolha de informação, tratamento museográfico e posteriormente a transmissão desse conhecimento, que configuram uma multiplicidade de atividades afetas ao museu. Este tratamento de preservação, pesquisa e comunicação incorre “à produção de uma imagem que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados. (...) Este modelo de realidade construído no seio do museu, constituí a *musealidade*, como um valor específico que emana das coisas musealizadas”. (DESVALLÉES & MAIRESSE 2013:58)

Importa perceber, que o reconhecimento destes neologismos - *musealidade* e *musealização*, refletem uma abordagem filosófica e semiológica sobre a teoria da museologia⁹⁹. Para alguns investigadores, a museologia poderá definir-se, em última análise, como o estudo da musealização e da *musealidade* (MENSCH, 2004:6).

⁹⁶ Veja-se em ANEXO II) Comentário de Graça Filipe, técnica superior da CMS – Divisão de Cultura e Património (Ecomuseu Municipal do Seixal) Seixal, 30 de Abril de 2019.

⁹⁷ Veja-se “*Traduzindo o campo de exercício do museu, compreendido como uma relação específica do homem com a realidade, será designado como o museal.*” Em: DESVALLÉES, André&MAIRESSE, François (Ed.) (2013) *Conceitos-chave de Museologia*, p. 68-72

⁹⁸ Veja-se “*Objeto [de museu] ou Musealia*” Em: *Ibidem, Idem*, p. 68-72

⁹⁹ Cf. “(...) a noção de *musealidade*, e o ato de atribuição de valor específico aos objetos de museu, levam o próprio Stránský a se enveredar pela definição necessária da “musealização”, como processo social criador da qualidade à qual ele almejava se referir.” Em: BURLON, Bruno (2018) *Passagens da Museologia: a musealização como caminho*, p. 191.

Estes conceitos concorrem e surgem paralelamente associados, por um lado a transferência conceitual e/ou física, material ou imaterial, por apropriação de objetos do seu contexto original para um contexto museológico, por outro, os sentidos traduzidos pelos objetos e atribuição de valor específico museal, que resultam e são a causa do processo de musealização¹⁰⁰.

Burlon (2018) explica que a Museologia contemporânea tem, no entendimento da musealização como processo ou como passagem criadora, uma abertura sem precedentes de seu campo de pesquisa empírica e experimental.

Segundo Stránský (1980), atribui-lhe o seu significado enquanto “(...) uma abordagem específica do homem frente à realidade, expressão disto é o fato de que ele seleciona objetos originais desta realidade, coloca-os dentro de uma nova realidade com o propósito de sua preservação, apesar da característica natural da mudança pela qual todo objeto passa e da inevitabilidade da decadência, e os utiliza de uma nova forma que supra sua demandas.”¹⁰¹

Citando o autor Georges Henri Rivière, considerado um precursor da *ecomuseologia*, é proposto uma definição disciplinar que é amplamente aplicada¹⁰².

“Museologia: uma ciência aplicada, a ciência do museu. Ela o estuda em sua história e no seu papel na sociedade, nas suas formas específicas de pesquisa e de conservação física, de apresentação, de animação e de difusão, de organização e de funcionamento, de arquitetura nova ou musealizada, nos sítios herdados ou escolhidos, na tipologia, na deontologia.” (RIVIÈRE, 1981)

2.3. Processo de Patrimonialização

De modo a antecipar uma introdução da problemática, que se evidencia no presente trabalho, adequa-se neste capítulo uma análise sugestiva sobre os princípios

¹⁰⁰ Cf. “Dois termos chaves são dignos de serem mencionados: “musealização” e “musealidade”. Ambos foram cunhados pelo museólogo tcheco Zbynek Stránský. No caso dos Museus, a musealização significa a transferência conceitual e, normalmente, também física, de objetos de um “contexto primário” para um “contexto museológico”. Musealidade se refere aos sentidos traduzidos pelos objetos que são a causa do processo de musealização, ou que são o resultado desse processo. A museologia podia ser definida como o estudo da musealização e da musealidade.” (MENSCH, 2004:6 abud VAZ: 40) Em: MENSCH, Peter Van (2004) *Museology and Management: Enemies or friends?* In: *Museum management in the 21st century*. Museum Management Academy, Tokyo, p. 7

¹⁰¹ STRÁNSKÝ, Z. (1980) *Museology -Science Or Just Practical Museum Work?* MuWop Nº 1, ICOM, 1980, pp.42-44

¹⁰² Veja-se: RIVIÈRE G. H. (1981) *Muséologie* Em: RIVIÈRE, G.H. (1989) *La muséologie selon Georges - Henri Rivière : Musée et société aujourd’hui*, Ed. Dunod, Paris.

que sustentam a valorização e validação patrimonial, recorrendo à opinião de investigadores que cursaram na definição do que é admitido enquanto património cultural, convidando a um (re)visionamento dos processos metodológicos e pressupostos classificativos assentes ao património cultural.

Nesta sequência, foi anteriormente explicitado os conceitos-chave atribuídos à museologia, retratando no seu âmbito disciplinar o que se entende por processo de musealização. Nesta análise estabelece-se uma distinção ontológica entre dois processos, indissociáveis por se apoiarem mutuamente, contudo, configurando fenómenos e dimensões paralelamente distintos.

Trata-se de um processo designado por *patrimonialização*, apesar do termo ter surgido há cerca de trinta anos, sua formalização conceitual é recente (DAVALLON, 2010). Devemos dirigir-nos a uma noção de património (cultural ou natural) quanto à sua singularidade e principais “gestos” que o legitimavam. Também importa adotar uma reflexão sobre este fenómeno na atualidade¹⁰³, que surge continuamente sobre novas configurações sociais, políticas e culturais.

Entenda-se, em citação, “Globalmente, a evolução confirma e aprofunda o alargamento do conceito de património, cuja interpretação requer um crescente esforço de interdisciplinaridade, passando mesmo a exigir a superação transdisciplinar de fronteiras abstratas do ponto de vista da percepção dos públicos.” (FILIPE 2000:302)

Segundo Jean Davallon¹⁰⁴, entre as três grandes mudanças que afetaram o mundo dos museus e do património no decorrer das duas últimas décadas do séc XXI, ocorreu uma alteração do contexto decisório, em geral, ligada às tutelas administrativas e financeiras e à emergência e racionalização de políticas culturais. *i*) Instituições museológicas e atividades culturais, definição de critérios, essencialmente políticos, de validação e de financiamento baseados em dados de ação com os públicos; *ii*) Ordem organizacional: os museus desenvolveram-se, os seus fundos e acervos foram acrescentados, intensificaram-se as atividades de difusão e os seus públicos aumentaram; *iii*) Nível social e simbólico, consistindo no alargamento e no

¹⁰³ Veja-se DAVALLON, Jean. (2010) “*The Game of Heritagization*” Em: ROIGÉ, Xavier & FRIGOLÉ, Joan (Dir.) (2010) *Constructing Cultural and Natural Heritage: Parks, Museums and Rural Heritage*, IRPC Libres, nº4, Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural, Girona, pp. 39-62

¹⁰⁴ Cf. DAVALLON (1997), op. cit., pp. 39-47

acrescentamento do que foi considerado como património e, portanto, digno de ser conservado

Entenda-se, em citação: “Os tempos de hoje são de manifesta inflação patrimonial e, enquanto tal, a patrimonialização serve também os propósitos do mercado e do turismo.” (FORTUNA, 2012:25)

Segundo comentário de Graça Filipe (2019) (Veja-se em Anexo 2) fonte primária da presente dissertação, redigido pela autora, na qualidade de técnica superior do EMS) coloca-se em evidência o processo de patrimonialização da Mundet que teve projeção no Ecomuseu Municipal a partir de 1990. (FILIPE, 2000:319)

“Uma coisa é o chamado processo de patrimonialização da antiga fábrica da Mundet no Seixal, outra coisa é a criação do núcleo museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal, na Mundet. Considerando que o Ecomuseu, de tutela municipal, teve um papel incontornável na ativação do processo de patrimonialização, creio que na situação presente são dois os desafios principais, indissociáveis um do outro. Por um lado, a (re)definição daquilo que constitui património, in situ e deslocalizado, representativo da Mundet, contemplando os procedimentos de inventariação patrimonial e/ou museológica. Por outro lado, a assunção, por parte do Município (através dos inerentes meios técnicos e legais, desejavelmente de modo inclusivo através de uma dinâmica participativa) de uma (re)programação museológica do Ecomuseu, no qual os recursos patrimoniais e a envolvente urbana da Mundet são cruciais; e, reciprocamente, o Ecomuseu Municipal pode constituir um eixo vital de ativação patrimonial, também no caso da Mundet.” (FILIPE, Graça, 2019)

Através uma breve definição de *Patrimonialização* (DAVALLON, 2018) e uma breve síntese dos gestos que a caracterizam, uma primeira parte analisa a emergência na França da noção de património (nos anos setenta e oitenta), bem como as críticas iniciadas entre sociólogos e historiadores por causa de sua extensão. Em uma segunda parte são apresentadas duas formas de patrimonializar objetos tangíveis, a institucional, com o exemplo do inventário, e etnológica como exemplo de nível social. A terceira parte trata da especificidade de patrimonializar o património imaterial cultural em conexão com seu modo de existência alográfica (como o objeto ideal separado da sua manifestação). O ponto de vista adotado aplicado nas três partes leva eventualmente a

tomar em consideração o questionamento que esta perspetiva sugere hoje sobre a extensão do património cultural imaterial a (re) definição do património natural¹⁰⁵.

A *Patrimonialização* é o processo pelo qual um coletivo reconhece o estatuto patrimonial dos objetos tangíveis ou imateriais, para que esse coletivo se torne o herdeiro de quem os produziu e que, nessa capacidade, ele tem a obrigação de manter a sua transmissão e salvaguarda.

O autor define os principais “gestos” que caracterizam metodicamente um processo de patrimonialização, que requerem desde o reconhecimento ideológico, a apropriação cultural de determinado objeto por parte da população, estabelecendo por fim a sua transmissão e significação.

i) O primeiro gesto trata-se do interesse generalizado por um objeto, correspondendo a um coletivo ou grupo social, mais ou menos amplo e organizado. Isto implica um reconhecimento, quase que sensorial do *valor* de um objeto, antes de qualquer determinação é necessário reconhecer os seus valores.

ii) O segundo gesto corresponde à produção de conhecimento sobre o objeto e seu mundo de origem. Não existe um reconhecimento generalizado do estatuto de património cultural, sem que seja feito a mobilização do seu conhecimento técnico, histórico ou ontológico, que estabeleça uma natureza e origem do objeto, seja de natureza material ou imaterial.

iii) O terceiro gesto é a declaração do seu estatuto patrimonial. Um objeto torna-se património a partir do momento em que é declarado como tal. Esta afirmação é um ato performativo cuja forma pode variar, desde o simples enunciado público até ao ato jurídico, administrativo, procedimento de registro ou classificação. Esta declaração alberga três fundamentalismos, obrigações constitutivas: *a)* A obrigação de salvaguardar os objetos patrimoniais materiais e imateriais, procedendo à sua conservação e salvaguarda do seu estatuto; *b)* A obrigação de uma disposição simbólica destes objetos para o coletivo pelo qual eles fazem património e que os considera como um "bem comum"; *c)* A obrigação de transmissão a futuras gerações. O quarto e o quinto gestos dizem respeito, respetivamente, à implementação dessas duas últimas obrigações.

¹⁰⁵ DAVALLON, JEAN (2018) “À propos des régimes de patrimonialisation: Enjeux et questions” (Traduzido) “Sobre o Regime de Patrimonialização: Problemas e Questões” Em: *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*

iv) O quarto gesto é o de organizar, programar o acesso do coletivo ao objeto patrimonial. Ele pressupõe que os membros do coletivo são de fato os beneficiários da existência desse património e de sua exposição (daí a relação com o primeiro gesto). A exposição é então o ritual pelo qual o público pode reviver o momento da "descoberta" e experimentar o sentimento de sublime, reconhecer a herança de um passado histórico como parte de sua identidade.

v) O quinto gesto trata-se da transmissão para as futuras gerações. Estabelece-se uma continuidade no tempo, um relacionamento, desde o presente, entre o passado e o futuro.

3. Ecomuseu: Organização, Funções e Preservação de Património Natural e Industrial

3.1 Ecomuseologia – Origem, Filosofia e contextualização

Como adiantado anteriormente, a *Ecomuseologia* surge como uma filosofia introduzida pela Nova Museologia, que configura uma dimensão mais acessível, participativa e sustentável, de corresponder com a fenomenologia sociocultural associada às práticas museológicas. É particularmente inovadora, enquanto filosofia que propõem um sistema integrado e interdisciplinar para corresponder na sua totalidade, diferentes dimensões que comportam o papel do museu. Sucintamente, dimensões que determinam a sua relevância histórica ou cultural, que testemunham uma herança patrimonial, por integração de paisagem natural ou território delineador, representação para uma comunidade local, construção de identidade própria e memória coletiva, protagonizando um importante contributo para a investigação científica, entre outras dimensões (sociológica, antropológica, historiográfica, artística).

O Ecomuseu privilegia uma abordagem integrada entre três verdadeiros constituintes da Sociomuseologia - *Território, Património e População*. Entenda-se nesta expressão, uma realidade que atribuí ao museu uma efetividade na pertença e participação por parte de determinada comunidade, ou seja, quando o museu é a (da) comunidade¹⁰⁶. Segundo Reis (2018) trata-se de uma ecologia comunitária, de vizinhança, onde o homem e território intercomunicam ao longo do tempo. Esta

¹⁰⁶ REIS, JUDITE LOURENÇO (2018) “*Património (i)material: uma herança (des)valorizada?*” Em: FILIPE Graça, VALE José & CASTAÑO, Inês (Coord.) (2018) *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*, IHC - NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa, p. 427

descentralização do objeto convida ao envolvimento das comunidades pela apropriação museológica. Referencia-se também a necessidade para a transmissão da memória conduzindo um diálogo inter-generacional sob o papel dos museus¹⁰⁷.

Nesta sequência, revisitamos as contribuições de Hugues De Varine e Georges-Henri Rivière, considerados os fundadores da filosofia ecomuseal, que complementa os princípios anunciados pela nova museologia. Como já foi referido, tratou-se de um marco importante, que rompeu com o conceito de museu tradicional assente nos modelos predefinidos, em benefício de uma coleção, edifício e fruição de público(s).

Analisaremos alguns contributos de pensamento museológico de Rivière, segundo uma análise de Fernando S. Pessoa (2001), coordenador de projeto para um Ecomuseu na Serra Da Estrela, tendo como principal ótica de análise a museologia ecológica que visa a permanência dos valores culturais, sobretudo associados à paisagem e sistemas museológicos para áreas naturais protegidas.

Mediante várias formulações que se impuseram em vários projetos intervencionados pelo autor, que procuraram aplicar uma política patrimonial em articulação com uma estratégia de conservação da natureza, no que compromete os organismos com designação ou conceção europeia de parque natural, permitiu ao autor a introdução da ecomuseologia enquanto uma dimensão museológica indispensável¹⁰⁸.

A descoberta do conceito ecomuseal estabeleceu-se no contato direto do autor com Georges-Henri Rivière. Servir-nos-emos deste texto e testemunho para contextualizar a definição que acompanha o nosso objeto de estudo.

Tratamos de compreender também o modo de aplicação do conceito ecomuseal à realidade portuguesa, nos anos 80 do século passado. Em citação, entenda-se a relevância desta atribuição: “As propostas fundamentais presentes na conceção do ecomuseu, tais como a da ligação a um território devidamente caracterizado, o da investigação da sua realidade cultural numa perspetiva de interdisciplinaridade e a do

¹⁰⁷ PARAFITA, Alexandre (2007) *Património Imaterial do DouroNarrações Orais: Contos. Lendas. Mitos*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, p. 12

¹⁰⁸ Cf. “O ecomuseu perfilar-se-ia no âmbito do quadro de intervenção gerado como o complemento mais adequado para a prossecução de uma estratégia de intervenção patrimonial cuja oportunidade e urgência seriam postas em evidência por testemunhos exteriores altamente qualificados, inclusive no plano internacional” Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho “Um Contributo Para A Divulgação do Pensamento Museológico Português” Em: PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Ed^a Afrontamento, Porto, pp. 7 - 13

envolvimento das populações num processo conducente à sua promoção, patenteiam-se claramente num programa cuja execução chegaria um patamar significativo.”¹⁰⁹

Sobre George-Henri Rivière (1897-1985), foi diretor do *Internacional Council of Museums* (ICOM), da UNESCO, onde se tornou um dos pioneiros a fomentar por todo o mundo a criação de museus regionais e de história. Segundo (PESSOA, 2001) tinha uma personalidade própria com um cunho humanista, um intelectual em permanente atualização, contou com um enriquecimento pessoal no convívio e ligações com a corrente surrealista e elite intelectual da capital francesa¹¹⁰.

Reinterpretou desde cedo os museus tradicionalistas na criação de uma linha de pensamento que visionasse uma nova dinâmica museológica. Alimentou uma teoria museológica que concretiza uma nova apresentação, maior comunicabilidade e capacita o papel didático nas exposições, atividades e práticas associadas aos museus¹¹¹.

Rivière, detinha uma preocupação fundamental sobre a atuação dos museus perante o seu território, nomeadamente, através da capacidade em transmitir a relação do homem com a sua realidade biofísica. Em citação, evidencia-se esta preocupação:

“O museu de uma região ou de uma cidade deve ser a síntese das relações homem-território, ensinando aos visitantes a cronologia e a simultaneidade dos fenómenos, revelando os elos que existem na realidade dinâmica do nosso mundo entre o passado e o presente” (PESSOA, 2001:27)

O neologismo *Ecomuseu* surge em 1971, utilizado publicamente por Robert Poujade, Primeiro-Ministro do Meio Ambiente na França, por altura do simpósio “*Museu e Ambiente*”. No mesmo ano, é criado *Maison de l'Homme et de l'Industrie* em *Creusot*¹¹², que conduziu diretamente para a necessidade desta redefinição (DESVALLÉES 1992:26). Contudo, o termo foi criado por Hugues De Varine, sucessor

¹⁰⁹ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho “Um Contributo Para A Divulgação do Pensamento Museológico Português” Em: PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Ed^a Afrontamento, Porto, pp. 7 - 13

¹¹⁰ Cf. PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, p.26

¹¹¹ Cf. “pensava que os museus deviam ser fontes vivas de cultura, testemunho eloquentes das civilizações, dos hábitos e dos êxitos das sociedades humanas” Em: PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, p.26

¹¹² BURLON, Bruno (2015) *A Invenção Do Ecomuseu: O Caso Do Écomusée Du Creusot Montceau-les-Mines E A Prática Da Museologia Experimental*, MANA Vol. 21(2), Rio de Janeiro, p.280

de Rivière na direção do ICOM, de 1964 a 1974 e presidente de Honra da M.N.E.S, que assume esta nova conceção museológica¹¹³.

Entenda-se a afirmação dos princípios anunciados em ecomuseologia, em citação: “O museu apresenta tudo em função do homem: o seu ambiente, as suas crenças, as suas atividades, da mais elementar à mais complexa. O ponto focal do museu não será mais o artefacto mas o Homem na sua plenitude.” (DE VARINE, 1969 Apud PESSOA, 2001:134)

No seu texto “*Le musée au service de l'homme et du développement*” (DE VARINE, 1969), evidencia que o modelo tradicional dos museus encontrava-se em crise, predestinado a desaparecer em detrimento de uma sociedade europeia, classe intelectual burguesa ou então designada “alta” cultura, que o originou. A necessidade de uma reformulação institucional profunda, está presente nas contribuições do autor (DE VARINE, 1969 *Abud DESVALLÉES*, 1992:59) afirmando que o museu deverá desprender-se das noções do passado e futuro, a sua atuação é patenteada no presente e em constante atualização por intermédio do objeto museal, erradicando uma noção estática de conhecimento, “substituída pela dinâmica do enriquecimento permanente, portanto, desenvolvimento”¹¹⁴.

Das principais contribuições de Rivière sobre a definição do ecomuseu, tornou-se claro não possuir uma definição definitiva ou fixa, por acompanhar os próprios territórios e sociedades humanas, que em última análise, perfazem realidades muito diversificadas, de caso para caso. Contudo, retira-se uma associação metafórica:

“É um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou continuidade das gerações”.
(RIVIÈRE, George-Henri *Abud PESSOA* 2001:28,34,42,133)

¹¹³ Cf. “(...) designou a conceção museológica evolutiva através da qual se revela na Natureza e a evolução do homem no território onde vive.” Em: PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, p.28

¹¹⁴ Cf. DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria (2002) “*Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia*” pp. 9-10

Rivière, defende a participação ativa da população como uma afirmação fundamental da ecomuseologia¹¹⁵. O Ecomuseu destina-se primeiramente à população local, perante o objetivo de salvaguardar a herança cultural que estabelece-se através de uma ligação intrínseca com o território. Sucintamente, é necessária uma instrumentalização dos ecomuseus pela própria comunidade, capaz de estabelecer uma presença de culturas próprias e tradicionais¹¹⁶ em detrimento de um desenvolvimento urbanístico ou mudanças socioculturais, que se desenrolam inegavelmente perante a perpetuidade dos tempos.

Das reflexões levadas a cabo pelo autor (PESSOA, 2001) sobre a ecomuseologia que transitam perante uma normalização do século XXI, distingue-se uma análise crítica sobre as instalações museológicas que preservam o aspeto da memória local ou regional, contudo não transmitindo um conhecimento global, sociológico ou técnico, entre outras dimensões, com o objetivo de clarificação do conceito. Também, a possibilidade de constituir uma rede museológica com um espírito inovador da ecomuseologia, porém, devendo existir uma participação da população, cada vez maisdinâmica e empenhada.

¹¹⁵ Cf. “*Como característica fundamental que George-Henri Rivière atribuía ao ecomuseu ressalta a participação ativa da população, que se deverá envolver quotidianamente na rede museológica; sem esta participação o museu será um museu de sociedade, um museu etnográfico, (...) mas não realmente um ecomuseu como museu vivo.*” Em:PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, p. 134

¹¹⁶ Cf. “*(...) com o ecomuseu as populações reaprendem a sua tradição, conhecimentos seculares, reafirmam a sua memória coletivas e traços identitário que caracterizam o seu território, hábitos e práticas humanas.*” Em: PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, p. 35

3.2 Processo de Musealização do Ecomuseu

“Um museu das técnicas e dos costumes, das peças e dos homens e mulheres que trabalharam ao longo de séculos na área do concelho”

(PEREIRA, 1981:3)

O Museólogo, António Nabais (2000) faz uma breve apresentação do Museu Municipal do Seixal, propondo a divulgação do seu processo de desenvolvimento desde 1970 a 1987. Partilhando o motivo pelo qual, cada vez mais, é importante expor a experiência museológica.

“Pretende-se muitas vezes criar museus sem conhecer o que na verdade é uma instituição museológica e tudo o que é necessário para o seu funcionamento, desde o programa museológico, os projetos do edifício e das exposições, até à gestão das coleções/património museológico, à conservação preventiva, à investigação, aos orçamentos, aos planos de atividade e ao quadro de pessoal.” (NABAIS, 2000)

É talvez, sob esta declaração que tomamos como objetivo no presente capítulo, compreender a entidade museológica desde o seu desenvolvimento inicial ao modo como atua em conformidade com o território e comunidade.

Sucintamente, a operação que iniciou o projeto do Museu Municipal tratou-se do levantamento histórico-cultural do concelho em 1979, que consistiu na contratação de uma equipa especializada composta por quatro historiadores (Maria Adelaide Fonseca, Maria da Conceição Soares Araújo, Manuel António Pereira e António Nabais)¹¹⁷. Segundo o autor, a base para a investigação foi primeiramente o tratamento do Arquivo histórico Municipal, levantamento bibliográfico, fontes escritas e iconográficas, e por último e não menos importante, as recolhas orais, que contribuíram eficazmente para um conhecimento histórico do concelho, através da aquisição de objetos juntos das cooperações das juntas de freguesia, das coletividades, das paróquias, das comissões de trabalhadores, das empresas e entidades privadas, permitindo a elaboração de uma pré-inventariação do património móvel e imóvel.

Em 1981, foi possível avançar para a próxima fase de classificação, preservação, valorização e fruição de património cultural e ambiental, existentes no território concelhio. Identificou-se a prioridade na preservação dos moinhos de maré, que foram

¹¹⁷ NABAIS, António (2000) *Ecomuseu Municipal do Seixal - Génese e Desenvolvimento (1979-1987)* Al-madan, II^a série, nº 9 Outubro, 2000. Centro de Arqueologia de Almada. pp. 178-182

classificados como Imóveis de Interesse Público, foram adquiridos os moinhos de Maré de Corroios e o dos Paulistas pela CMS. A recuperação das embarcações tradicionais do Tejo, às quais foram adquiridas quatro (*fragata, varino, bote de fragata e canoa*).

Segundo (NABAIS, 2000:178), “com a identificação das tipologias do património cultural e a investigação sobre o concelho, estavam dados os primeiros passos para a sua musealização.” Contudo, tratava-se de um processo muito embrionário quanto ao recurso de informação técnica disponível a nível nacional, esclarecedora da estruturação ou fundamentos de gestão aplicados aos museus municipais/lokais. Cumulativamente, face ao património industrial existente e identificado no concelho, era necessário um aprofundamento de conhecimentos em museologia e arqueologia industrial.

Em Novembro de 1981, é inaugurada a primeira exposição deste projeto patrimonial, com o tema “*O Trabalho na História do Concelho do Seixal*”¹¹⁸. Exibida na Associação Náutica do Seixal, consistiu na exposição de objetos e documentos representativos do património histórico do concelho, agrupados em núcleos temáticos, permitindo apresentar uma variedade de objetos de forma clara e sintetizada¹¹⁹. Eram dominantes os elementos expositivos referentes ao património industrial (máquinas, ferramentas, documentação gráfica e iconográfica), também, focados no património natural do concelho.

Este projeto deteve um forte contributo da população local, através da cedência e doação de objetos, que vieram a constituir futuros espólios representativos de cada núcleo museológico. Por conseguinte, destacou-se a relevância dos testemunhos orais, das declarações, da transmissão do conhecimento técnico por parte da população. Entenda-se este processo como uma fase integrante do levantamento histórico-cultural, em citação, “o conhecimento do concelho baseou-se em dois tipos de fontes: as pessoas do concelho e os arquivos. Dito de outro modo, procurou-se a memória coletiva e a história.” (DOMINGUES, 1986:9)

¹¹⁸ PEREIRA, Fernando (1981) “*Por um Museu do Concelho do Seixal*” In: Catálogo de Exposição: *O Trabalho na História do Concelho do Seixal*, EMS, pp. 1-5

¹¹⁹ Foram atribuídos os seguintes núcleos: 1) *História Antiga*, 2) *Agricultura e Pesca*, 3) *Moinhos de maré*, 4) *Transportes fluviais*, 5) *Indústria, Fábrica de lanifícios da Arrentela, Fábrica de Vidros da Amora*, 6) *Outras Indústrias - Mundet, Wicander, Fábrica da Pólvora – C^a Africana de Vale Milhaços, Sociedade Portuguesa de Explosivos, Siderurgia Nacional*, 7) *Tempos Livre*.

Dado este envolvimento clarificou-se os objetivos deste projeto museológico, em citação, “tendo em vista sensibilizar a população do concelho para a defesa do património histórico-cultural e oferecer a todos os municíipes um conhecimento do Seixal real e histórico”¹²⁰

Por um lado, declara-se a necessidade de sensibilização da população para preservar os elementos fulcrais e estruturantes assentes na memória coletiva. Por outro lado, a capacidade em materializar, tornar visível e acessível à população um conceito alargado de património.

Realizou-se, na prática, uma exposição que condensou várias interpretações perante um espólio cedido pela população e entidades locais, quanto à sua tipologia, funcionalidade e registo histórico¹²¹. Segundo (PEREIRA, 1981), um museu a albergar um espólio complexo e multidimensional deverá adotar uma determinação que respeite amplamente um conceito de património que representa. Nesta sequência, o autor constrói um raciocínio em torno das diferentes tipologias de museus¹²², demonstrando que cada uma das tipologias não esclarece, integralmente, a identidade do futuro museu. Por outras palavras, “por si só, não define a terra e as gentes no seu viver coletivo. E o que é um museu se não o melhor repositório - que se quer vivo e atuante – da memória coletiva de uma comunidade?” (PEREIRA, 1981:2)

Do ponto de vista etnográfico, entende-se os costumes e tradições populares que se têm vindo a alterar progressivamente, desde já o impacto da industrialização e crescente urbanização do concelho, que condicionam os modos de vida da população e atividades tradicionais. O autor reconhece o desenvolvimento técnico-científico que contribuiu para uma mudança significativa nos costumes e hábitos da população local, “constituindo assim um dos poucos casos, a nível nacional, em que as técnicas industriais e, por conseguinte, a componente operária da população têm profundas raízes históricas.” (PEREIRA, 1981:2)

¹²⁰ Nota explicativa do Catálogo “O Trabalho na História do Concelho do Seixal” (1981) Em: NABAIS, António (2000) *Ecomuseu Municipal do Seixal - Génese e Desenvolvimento (1979-1987)* Al-madan, II^a série, nº 9, Outubro, Centro de Arqueologia de Almada. p. 179.

Veja-se também: “Idealizada fundamentalmente como sensibilização da população do concelho para a salvaguarda do seu património histórico-cultural, tendo em vista, ainda longinuamente, a criação do futuro museu” Cit. PEREIRA, Fernando (1981) “Por um Museu do Concelho do Seixal” Em: *Catálogo de Exposição: O trabalho na História do Concelho do Seixal*, p.1

¹²¹Cit. “(...) a exposição aparece, assim, como uma antevisão do futuro museu, em que se inclui desde já, um razoável número de peças, quer em exposição, quer em reserva.” PEREIRA, Fernando (1981) p. 1

¹²² Cit. “Várias opções se nos põem: um museu de arte, de etnografia, de arqueologia, de história, de arqueologia industrial, museu misto (um pouco de cada coisa)...” PEREIRA, Fernando (1981) p. 1

Para entender a ação desenvolvida pelo Ecomuseu Municipal do Seixal, colocam-se quatro eixos de atividades que decorriam do papel efetivo do setor cultural perante o património, comunidade e território. Segundo (DOMINGUES, 1986:10) os quatro eixos são: *i*) sensibilização da população para os valores patrimoniais; *ii*) investigação; *iii*) inventariação e conservação; por último, *iv*) divulgação das suas atividades.

A primeira alínea colocava a necessidade para uma função pedagógica, no que respeita aos serviços educativos orientados para receber as escolas, desenvolver atividades junto de uma comunidade diversificada, prestando uma ação social acessível a todos, que apelasse à participação ativa da população e recuperação das técnicas artesanais enquanto método de aprendizagem, coesão e transmissão inter-geracional.

Do que se veio a designar por um museu polinucleado, é o resultado da densidade e dimensão do espólio patrimonial que foi possível identificar, com respeito à segunda e terceira alínea, que o autor (PEREIRA, 1981:3) justificou como sendo um museu “disperso”,¹²³ afigurando-se um cenário em que “o museu que se idealiza e programa vai viver de uma pluralidade de lugares de grande interesse histórico-cultural disseminados pela área do concelho.”

Face á última alínea, a divulgação das atividades e investigações decorrentes da primeira exposição eram publicados no *Boletim Municipal* da CMS¹²⁴, mais tarde atravésdo boletim trimestral do EMS – *Ecomuseu Informação*¹²⁵, informando a população com derivada sensibilização para o património e procurando envolvê-la na sua promoção e salvaguarda. O setor do património histórico-cultural (Serviços Culturais CMS) promovia igualmente visitas guiadas e atividades culturais relacionadas com o museu (FILIPE 2000:79).

¹²³ “O museu será pois constituído por um conjunto de lugares e de percursos, um edifício sede central e secções/setores dispersos. Desta forma procura-se preservar as espécies no seu contexto original sendo transferidas para a sede as que já não seja possível integrar no local original, as que necessitem de cuidados especiais de conservação ou as que sejam indispensáveis para a “perspetiva histórica global” a apresentar no edifício sede.” Cf. PEREIRA, Fernando (1981) “Por um Museu do Concelho do Seixal” Em: *Catálogo de Exposição: O trabalho na História do Concelho do Seixal*, p. 3

¹²⁴ Publicação periódica da CMS, distribuído em papel desde Abril de 1975, publicação digital desde Abril de 1999.

¹²⁵ Boletim trimestral do Ecomuseu Municipal do Seixal - *Ecomuseu Informação*, editado pela CMS desde 1996 a 2011.

Em Abril de 1982, António Nabais elaborou o *Programa do Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)*¹²⁶. Também, em colaboração com o setor do Património Histórico-Cultural, elabora a *Proposta de criação do Museu Municipal do Seixal* (1982)¹²⁷, apresentada e aprovada por unanimidade em Sessão Administrativa em Maio de 1982.

Os responsáveis pela génesis e proposta do que viria a ser o Ecomuseu do Seixal, procuraram ter contato direto com a Ecomuseologia e novas correntes da museologia, decorrente de visitas ao museu de *Creusot* (França) e participação em 1983, num estágio organizado pelo *Mouvement Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES) em Grenoble. Em 1984, António Nabais participa no *I Atelier Internacional de Ecomuseus* no Canadá, que se distingue pela realização da "Declaração do Québec" (MINOM) que anuncia os princípios base da Nova Museologia. Participa na Comissão Organizadora com Mário Moutinho na realização do *II Atelier Internacional de Ecomuseus* (1984), em Lisboa e no Seixal. A sua experiência é apresentada em artigo, "Le développement des écomusées au Portugal" (NABAIS 1985: 211-216), em que promove um enquadramento da Ecomuseologia no panorama museológico português, à dimensão das iniciativas autárquicas¹²⁸.

Do que já apuramos, o processo fundador do Ecomuseu iniciou-se nos anos 80 do século passado. Tratou-se efetivamente da afirmação de um “movimento renovador da museologia” que começou a alastrar-se em âmbito nacional por influência de correntes da Nova Museologia. Segundo (FILIPE: 2000) que atribuí esta designação em título de sua dissertação, distinguem-se três fases de desenvolvimento do Ecomuseu seguindo uma linha cronológica: fase de anteviés (1980/1981), fase de criação do

¹²⁶ NABAIS, António (1982) "Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)", Abril de 1982.

¹²⁷ Sucintamente, a proposta apresenta uma definição institucional do museu enquanto “uma instituição permanente, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e aberto ao público, que tem por objetivo contribuir para a defesa, conservação e estudo, compreensão e animação do património cultural concelhio (...) utilizando todos os meios legítimos para a correta prossecução destes objetivos” (Referente a Artigo 2º) e certifica um acervo museológico “constituído por coleções de materiais referentes à história do concelho, peças de etnografia, de arqueologia naval, e de arqueologia industrial.” (Referente a Artigo 4º) Cf. NABAIS, António (1982) *Proposta de criação do Museu Municipal do Seixal*, Setor do Património Histórico-Cultural, 3 de Maio de 1982; Veja-se também NABAIS, António (1981) *Museu Municipal do Seixal*, APOM - Informações, nº 26, 1980-81, pág. 11-15

¹²⁸ Cf. FILIPE, Graça (2000) *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*, p. 88

museu (1982-1984) e fase de afirmação do museu polinucleado com abertura dos núcleos ao público (1984-1999).¹²⁹

Em conclusão, encara-se a necessidade de salvaguardar estas raízes que sustentam a identidade cultural do concelho, sobretudo numa fase inicial, em que se pretende fundamentar uma ideologia que antecedesse a criação de um museu municipal. Inicialmente, sustentava-se a ideia de um museu do trabalho e das tradições do povo do concelho,¹³⁰ dando-se origem a esta primeira exposição.

Esta breve análise evidencia uma ancoragem sobre um percurso cronológico anterior à criação do museu, apresentando uma proposta de trabalho face à emergência de um projeto cultural para o concelho do Seixal, transmitindo-nos algumas das primeiras impressões e objetivos no âmbito da museologia, que denominaram os futuros princípios do EMS¹³¹. Este recuo permite-nos realizar uma abordagem comparativa face aos mais recentes acontecimentos protagonizados pela entidade museológica, encarando a transparência de conduta no processo inicial de institucionalização do museu.

¹²⁹ FILIPE, Graça (2000) *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*

¹³⁰ Cf.. “É procurando preservar essas raízes que deverá formar-se a ideia de um Museu como pelo de desenvolvimento e animação cultural das populações do concelho. Ora as raízes comuns da população que vive e que viveu em épocas recuadas no concelho é o trabalho nas suas diferentes formas. Um museu do trabalho, pois! E também das tradições do povo do concelho.” Em: PEREIRA, Fernando (1981) p. 3

¹³¹ Veja-se: FILIPE, Graça (2004) *Antecedentes da criação de um museu no concelho do seixal. Das Ideias e ações anteriores a 1974, à emergência de um projeto cultural e do museu municipal*. Musa, nº 1, p. 51-60

3.3 Desenvolvimento do projeto museológico na Mundet

Segundo (FILIPE:2000) o projeto de municipalização da Mundet colocou contornos fundamentais para a própria evolução do EMS enquanto instituição museológica. O futuro deste núcleo museológico, claramente integrado num contexto de paisagem urbana e do meio social envolvente, sustentava a questão de reordenamento do território e de requalificação da área urbana industrial¹³².

O Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) instituído em 1982, comprometeu-se inicialmente com a recolha de máquinas e objetos industriais, ainda quando a fábrica se encontrava em funcionamento. Após o seu encerramento, recebeu uma doação de espólio pela Comissão de Trabalhadores, recorrendo também ao levantamento sumário e inventariação do sítio industrial *Mundet*.

Em 1991, o sítio industrial é inserido na zona de proteção do Núcleo Urbano Antigo do Seixal, no que consta do “*Regulamento de Proteção aos Núcleos Urbanos Antigos do Concelho do Seixal*”, publicado em Edital N.º 91, de 3 de Julho de 1991 CMS.¹³³ É através de deliberação da CMS, que decorreu a 11 de Janeiro de 1995, juntamente com a Assembleia Municipal, em 23 de Fevereiro de 1995, que o complexo industrial é considerado Imóvel de Interesse Concelhio.

A municipalização das instalações *Mundet* decorre no ano seguinte, através da sua compra em hasta pública pela CMS em 1996. É a partir desse ano que se estabelece uma ligação orgânica entre a entidade e o lugar, dando inicio, ao que a autora designa por um processo de (re)perspetivação e de renovação, face ao programa museológico e princípios institucionais assumidos pelo EMS. Deste processo, é possível referenciar algumas das questões iniciais que anunciam uma renovação profunda da instituição.

Às questões colocadas pela autora, evidencia-se alguns objetivos e princípios tomados como missão institucional, correspondendo na prática aos desafios assentes no processo de musealização do Núcleo *Mundet*.

¹³² FILIPE, Graça (2000) *Cortiça, Património Industrial e Museologia: Recursos de Desenvolvimento à escala do território do Seixal*. Em: Conferência Internacional “*Cortiça, Património Industrial e Museologia*”, Seixal, 2000; *Cortiça, Património Industrial e Museologia* (2003) [Documento eletrónico]. Multimédia. EMS-CMS, Seixal.

¹³³ Cf. “*Carta do Património do Concelho do Seixal - O sítio industrial da Mundet (Seixal) inventário de património cultural imóvel*” (2008) Em: *Ecomuseu Informação*, Boletim Trimestral (Jan. Fev. Mar.), N.º 46, p. 17

Segundo (FILIPE, 2000:2), “i) Que valor atribuía a comunidade ao espólio da Mundet e que lugar ocupava na memória dos antigos trabalhadores? ii) Qual o modelo orgânico e quais as formas por que se deveria proceder à aplicação de funções museais ao sítio, aos edifícios, aos equipamentos industriais, às memórias presentes da vida na/da fábrica? iii) Qual o âmbito e a dimensão da intervenção municipal, com que parceiros se iria relacionar e que lugar assumiria o ecomuseu, quanto ao património industrial corticeiro da Mundet?”

É através da *Carta do Património do Concelho do Seixal*, que são estabelecidas as medidas de proteção e valorização do sítio industrial¹³⁴, face ao desenvolvimento de um programa museológico representado *in situ*, conduzindo à preservação e manutenção do edificado e envolvente paisagística, anunciando possibilidades de reconversão face ao ordenamento de território, planeamento urbanístico e desenvolvimento sociocultural do Seixal, com vista à patrimonialização do sítio industrial. Segundo este documento (AFONSO, 2008) estão sequenciadas as medidas de proteção e principais intervenções realizadas na reconversão do núcleo Mundet, que tratamos de sintetizar seguidamente.

Em Maio de 1999, é entregue a proposta de classificação de património cultural do imóvel à Direção Regional de Lisboa do *Instituto Português de Património Arquitetónico* (IPPA). Atualmente, pertencente à *Direção Geral do Património Cultural* (DGPC), tendo sido agregado ao *Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico* (IGESPAR).¹³⁵

Durante a fase inicial de musealização da Mundet, são configurados projetos de conservação do edificado e adaptação do espaço expositivo¹³⁶, nomeadamente no edifício das Caldeiras Babcock & Wilcox (imóvel 96), com a sua abertura em Junho 1997. O Edifício recebeu neste período de consolidação, designadamente, a exposição fotográfica de Rosa Reis, “*Mundet – No pulsar do Tempo*” e de Luís Badosa,

¹³⁴ Cf. “*Carta do Património do Concelho do Seixal - O sítio industrial da Mundet (seixal) inventário de património cultural imóvel*” Em: AFONSO, Fátima (2008) Ecomuseu Informação, Boletim Trimestral (Jan. Fev. Mar.) n.º 46, p.17

¹³⁵ Em 2007, é criado o IGESPAR, no âmbito do *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado* (PRACE), que resultou da união do *Instituto Português do Património Arquitetónico* (IPPA), *Instituto Português de Arqueologia* (IPA) e *Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Em 2011, é criado a DGPC, no âmbito do *Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado* (PREMAC) que agregou os serviços do IGESPAR e do *Instituto dos Museus e da Conservação* (IMC).

¹³⁶ FILIPE, Graça (Coord.) (2002) “*Água, Fogo, Ar, Cortiça - Exposição Temática sobre a Mundet*” Catálogo, EMS, Câmara Municipal do Seixal.

“Iconografia Industrial”. Em 2000, o núcleo estendeu-se para cobrir o edifício das Caldeiras de Cozer Cortiça (*imóvel 89*), antigamente designado *Caldeiras dos Moços*, integrando-o num programa expositivo com recurso a uma narrativa transitiva entre os dois edifícios, ao que se intitulou a exposição de “*Água, fogo, ar, cortiça*” (2000-2002). Pretendia-se a constituição de um percurso expositivo com representação *in situ* do equipamento industrial, conduzindo à transmissão de conhecimento técnico sobre os principais processos de fabrico na indústria corticeira e interdependência entre as oficinas que resultava no reaproveitamento energético do vapor. Da mesma forma foram reconvertisdos o edifício dos refeitórios (*imóvel 14*) para adaptação de um espaço expositivo, o edifício da *Casa da Infância* (*imóvel 84*) para constituição do Serviço de Inventário e Estudo de Património Industrial e extensão das Reservas EMS.

Entre as exposições apresentadas, distinguem-se a exposição permanente “*Quem diz Cortiça diz Mundet, Quem diz Mundet diz Cortiça*” e a exposição temporária “*Cortiça ao Milímetro*” (2008-2009) que focava nos produtos acabados e processos de fabricação resultantes da indústria corticeira¹³⁷, como o fabrico do papel de cortiça na *Mundet* (1915-1988).

A autora refere uma ideia de transitoriedade¹³⁸, inerente ao processo de preservação de património, ao qual, as metodologias de intervenção são tendencialmente (re)contextualizadas em virtude de uma reutilização do espaço e práticas museológicas assumidas no disposto património.

Em 2001, é aprovado o *Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu* (PQDE) pela CMS, que convoca uma futura integração da *Mundet* no Circuito de Património Industrial do Seixal, como analisaremos mais à frente.

Entre 2003 e 2004, é elaborado um levantamento topográfico e arquitetónico dos edifícios das Caldeiras *Babcock & Wilcox*, Caldeiras de Cozer, Casa de Infância, Oficinas de Rebaixar, balneários, entre outros imóveis destacáveis. Também em 2006, marcado com a instalação dos serviços centrais do EMS no edifício da antiga *Casa da Infância*, são realizados sucessivos projetos de levantamento topográfico que se

¹³⁷ AFONSO, Fátima (Coord.) “*Exposições- Núcleo da Mundet EMS*” (2008) Ecomuseu Informação, Boletim Trimestral (Jan. Fev. Mar.) n.º 46, p. 3

¹³⁸ FILIPE, Graça (Coord.) (2002) “*Água, Fogo, Ar, Cortiça - Exposição Temática sobre a Mundet*” Catálogo, EMS, Câmara Municipal do Seixal, p. 16

prolongam até 2008, no âmbito do *Programa de Apoio à Qualificação de Museus* (PAQM) integrado na *Rede Portuguesa de Museus* (RPM).

Segundo a *Proposta de Regulamento do EMS*¹³⁹, apresentados em 2007 pela *Divisão de Património Histórico e Natural* (DPHN), unidade orgânica da CMS a que o EMS reporta. Podemos distinguir os principais objetivos referentes ao Núcleo da Mundet, sendo designadamente: *i*) Divulgação da história e a transmissão da memória da fábrica, do *Núcleo Urbano Antigo do Seixal*, da comunidade e do território concelhio; *ii*) Preservação, investigação, interpretação do património industrial, constituído por o acervo museológico e imóvel com representação *in situ* dos seus valores patrimoniais; *iii*) Promoção e valorização da cortiça na atualidade, transmitindo um conhecimento técnico dos processos de fabricação e preparação corticeira, identificando a relevância cultural da cortiça, enquanto um elemento simbólico e identitário no seu contexto nacional.

¹³⁹ Cf. *Proposta de Regulamento do EMS* (2007) redigido por Divisão de Património Histórico e Natural-CMS, Ecomuseu Municipal do Seixal, p. 4/27

4.4 Estrutura territorial, Missão e Funções Museológicas

Segundo o *Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu* (EMS, 2001) é estabelecido a disposição dos núcleos museológicos que integram o Ecomuseu Municipal do Seixal. O programa formaliza uma estrutura territorial descentralizada, contudo detendo uma organização funcional centralizada do Ecomuseu.¹⁴⁰ As unidades museológicas do EMS são apresentadas, como demonstrado seguidamente em *Mapa 1*) integrando organicamente um conjunto de cinco núcleos, de três extensões museológicas, incumbido da gestão de duas embarcações tradicionais.

Do conjunto de cinco núcleos estão identificados: A) Núcleo da Mundet; B) Núcleo da Quinta da Trindade; C) Núcleo Naval; E) Núcleo do Moinho de Maré de Corroios; e F) Núcleo de Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. Das extensões identificadas distinguem-se: G) Extensão na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Círculo da Pólvora Negra); H) Extensão na Quinta de S. Pedro; I) Extensão do Espaço Memória – Tipografia Popular do Seixal.¹⁴¹ Restando nos referir, D) Embarcações Tradicionais.

Os denominados núcleos são constituintes de gestão direta da CMS, em que as funções museológicas são da responsabilidade do EMS. Por sua vez, as extensões museológicas são constituintes de gestão mista (CMS e entidades privadas ou semipúblicas), em que as funções museológicas são articuladas entre o EMS e entidades correspondentes¹⁴².

Segundo a *Proposta de Regulamento do Ecomuseu Municipal* (DPHN-CMS, 2007) é declarado quanto missão do EMS, em citação “(...) investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho do Seixal com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para um desenvolvimento local sustentado.” (FILIPE:2011)

¹⁴⁰ FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. EMS – Divisão de Património Histórico e Museus, Documento de Arquivo EMS, pp. 18

¹⁴¹ Acresce á estrutura EMS em 2010, não constando no *Programa de Qualificação e de Desenvolvimento* (2001).

¹⁴² FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. p. 5/18

Mapa 1) Mapeamento dos Núcleos integrantes do Ecomuseu Municipal do Seixal, com classificação e descrição adaptada do *Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu* (EMS-CMS 2001, atualização em 2006/2007)

A

Núcleo da Mundet

Imóvel Inventariado – Carta do Património do Seixal CPCIMS.00031
Classificação proposta pela CMS ao IPPAR em 1999

Serviços: Direção; Serviço Administrativo e de Atendimento ao Pú-
blico; Centro de Documentação e Informação (CDI); Serviço Educa-
tivo; Serviço de Património Marítimo; Serviço de Inventário e Estudo
de Património Industrial; Áreas de Investigação e de Projeto
(Moinhos de Maré, Património e Cultura Fluvio-Marítimos);
Apoio a Serviço de Conservação e Inventário Geral.

Exposições de longa duração e temporárias;
Edifício das Caldeiras Babcock & Wilcox,
Edifício das Caldeiras de Cozer.



B

Núcleo da Quinta da Trindade

Imóvel Inventariado – Carta do Património do Seixal CPCIMS.00014
Imóvel classificado de Interesse Público

Serviços: Serviço de Arqueologia; Serviço de Conservação e Inventário
Geral; Reservas; Área de Arquitetura/Património Cultural Imóvel.



C

Núcleo Naval

Exposições de longa duração e temporárias;
Oficina de Construção de modelos de barcos;
Áreas de apoio.



D

Embarcações Tradicionais

Áreas de apoio instaladas nos Núcleos da Mundet,
Naval e da Quinta da Trindade.



E

**Núcleo do Moinho de
Maré de Corroios**

Imóvel Inventariado – Carta do Património do Seixal CPCIMS.00004
Imóvel Classificado de Interesse Público

Serviços de apoio; Conjunto/equipamento e sala de moagem;
Exposições de longa duração e temporárias;
Espaços multiusos e equipamento audiovisual.



Mapa adaptado de: FILIPE, Graça (2000) *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, pp. 131,134

Descrição Adaptada de: *Programa de Desenvolvimento e de Qualificação do Ecomuseu* (2001) Cf. FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. EMS
Divisão de Património Histórico e Museus, Documento de Arquivo EMS, p. 1-18



F

**Núcleo de Olaria Romana da
Quinta do Rouxinol**

Imóvel Inventariado - Carta do Património do Seixal CPCIMS.00018
Imóvel Classificado como Monumento Nacional
Sítio Arqueológico; Área de apoio



G

**Extensão na Fábrica de Pólvora
de Vale de Milhaços (Círculo da Pólvora Negra)**

Imóvel Inventariado – Carta do Património do Seixal CPCIMS.00030
Imóvel com classificação homologada de Interesse Público.
Equipamento conservado em funcionamento e visitável; Áreas de apoio.



H

Extensão na Quinta de S. Pedro

Imóvel Inventariado – Carta do Património do Seixal CPCIMS.00051
Sítio Arqueológico.



I

**Extensão do Espaço Memória
Tipografia Popular do Seixal**

Exposições de longa duração e temporárias; Oficina de Tipografia

Fonte de imagens: A) <https://expresso.pt/economia/2019-02-07-Onze-imagens-para-ver-aquela-que-ja-foi-a-maior-fábrica-de-cortica-e-agora-vai-ser-um-hotel-de-luxo/>; B) <https://www.flickr.com/photos/cmseixal/>; C) <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/núcleo-naval> D) <https://lifecooler.com/artigo/atividades/ecomuseu-municipal-do-seixal/>; E) <https://lifecooler.com/artigo/atividades/moinho-de-mar-de-corroios/>; F) <http://jars.amrs.pt/> (Jornadas Arqueológicas da Região de Setúbal); G) <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/fábrica-de-pólvora/>; H) <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/quinta-de-s-pedro/>; I) <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/tipografia-popular/>

Nesta sequência, identificamos as principais linhas programáticas do EMS, assentes em três campos temáticos: *i) Arqueologia e história regional e local*, tendo com principal referência o território e população do concelho; *ii) Património técnico e industrial*, que reportam para as unidades industriais, práticas artesanais e contextos técnicos na laboração reportadas no território concelhio; *iii) Património e Cultura Flúvio-marítimos*, que reportam diretamente para as atividades tradicionais exercidas no estuário do Tejo e Baía do Seixal¹⁴³.

3.5 Contribuições de Programação Museológica EMS

Neste tópico focamos uma análise sobre as contribuições de uma entidade museológica, alguns antecedentes e análise do testemunho de Graça Filipe¹⁴⁴ sobre o processo iniciado com a aprovação do *Programa de Qualificação e Desenvolvimento do EMS*, aprovado em 2001.¹⁴⁵ Este texto terá como base o *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet* (FILIPE, 2011). A autora expõe abertamente alguns fatores determinantes na tomada de decisão, coesão em processo de apreciação, aprovação e atualização de documentos requeridos aos museus credenciados e de tutela autárquica, que se estabelece da sua estreita relação com a CMS, mantendo o seu estatuto integrante da RPM.

A gestão da entidade museológica polinucleada obedece a um rigoroso trabalho interno na elaboração de documentos desta natureza, destinados a credenciação e normalização das atividades museológicas, desde a Conservação Preventiva ao Plano de Segurança. Contudo, é indispensável uma ação institucional na apresentação sucessiva de propostas ligadas à programação museológica dos núcleos suportados pelo Ecomuseu. Estes projetos programáticos promovem um desenvolvimento e atualização constante das atividades do Ecomuseu, de forma clara e integral, “perspetivando todo o sistema de gestão patrimonial a que o museu na prática corresponde.” (FILIPE, 2011:2)

¹⁴³ FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. EMS-DPHM, P. 2

¹⁴⁴ Técnica superior CMS, área de património e de museologia – Ecomuseu Municipal do Seixal: investigação histórica, estudo e gestão de património (com incidência no industrial e tecnológico) e programação museológica. Foi coordenadora (1989-1995) e diretora do Ecomuseu Municipal do Seixal, chefe de Divisão de Património Histórico e Natural (1995-2009).

¹⁴⁵ *Programa de Desenvolvimento e de Qualificação do Ecomuseu*, aprovado em 2001 pela CMS, com atualizações introduzidas em 2006/2007. Serviu de base para a adesão à Rede Portuguesa de Museus e apresenta uma constituição polinucleada do Ecomuseu, com adequação parcial de funções instaladas em respetivos núcleos, decorrente da instalação dos Serviços Centrais no Núcleo Mundet em 2006.

Em consonância com estes critérios, são assumidas as dificuldades enfrentadas pela equipa técnica para corresponder prontamente aos sucessivos pedidos, em devida conformidade com a sua missão institucional, focada na promoção do património cultural e natural, seja correspondendo com a generalidade da sua gestão, seja com a prestação de serviço ao público em regime diário e regular¹⁴⁶.

A autora reconhece a falta de resultados em sucessivos documentos programáticos e propostas apresentadas pelo EMS, sujeitas a apreciação e aprovação superior. Concretamente, referentes ao *Programa de Qualificação e Desenvolvimento*, decorrente da instalação dos Serviços Centrais no núcleo da Mundet e proposta de Regulamento do Museu¹⁴⁷.

Em 2009, face à integração do núcleo da Mundet à candidatura do projeto *Seixal XXI – QREN – Patrimónios, Tecnologias e Identidades – Valorização e Qualificação do Núcleo Urbano Antigo do Seixal*. Também em 2009, foi elaborado uma proposta de regulamento de gestão do recinto municipal da Mundet. De todos estes, a autora reconhece que não prevaleceu um dos princípios anunciado pela instituição desde 1996, “de que se definisse um plano integrado para a Mundet, independentemente das várias funções a atribuir aos imóveis.” (FILIPE, 2011:3)

Nesta sequência, também o *Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu* adequava uma previsão a concretizar até 2006, face a duas alíneas essenciais: *i) Musealização da Mundet*; através da constituição de um percurso expositivo permanente, com articulação de exposições temporárias, decorrendo na instalação dos serviços centrais EMS na Mundet (1996); *ii) Integração da Mundet*; através da dinamização de um circuito representativo do património industrial, o núcleo é inscrito no *Programa-Base do Circuito Museológico Industrial do Seixal*, aprovado pela CMS

¹⁴⁶ “No entanto, a complexidade, a carência de recursos técnicos/humanos com preparação específica e a situação evolutiva do EMS, têm tornado moroso o processo de elaboração, concretamente de redação e de finalização, de tais documentos” Em: FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. EMS – Divisão de Património Histórico e Museus, Documento de Arquivo EMS, pp. 1-18

¹⁴⁷ Cf. *Proposta de Regulamento do EMS* (2007) redigido por Divisão de Património Histórico e Natural - CMS, Ecomuseu Municipal do Seixal. Em: FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. Divisão Património Histórico e Museus, EMS, P. 2

em 2001¹⁴⁸. As exposições permanentes e temporárias decorreriam no edifício das Caldeiras *Babcock & Wilcox* e no edifício das Caldeiras de Cozer, em que assumiriam um papel central no roteiro expositivo que ligava integralmente o recinto do núcleo da Mundet.

No que respeita à programação em que se admite estas configurações funcionais, é reportado atualmente a impossibilidade de sua concretização, face à musealização de todo o recinto da Mundet. Conjugam-se, porém, as necessidades de requalificação de um conjunto de imóveis, parcialmente integrados no núcleo, com ligação imediata ao percurso expositivo já existente nos dois edifícios identificados, *Babcock & Wilcox* e Caldeiras de Cozer, composto por o conjunto edificado do Edifício *de Rebaixar* e balneários adjacentes.

Apresentadas as sucessivas propostas, decorrentes da reconversão do núcleo da Mundet, tal como o conhecemos, é necessário uma análise sobre um plano de requalificação, a decorrer e vigorar nos próximos tempos (2018-2023). Segundo a autora, deverá ser conseguido por um desenvolvimento sustentável na perspetiva da qualificação e reutilização dos equipamentos existentes, assegurando a preservação do património cultural e paisagístico inscrito no sítio¹⁴⁹. Deverá corresponder com o princípio de integração do núcleo num circuito museológico do concelho, interligado com o Núcleo Urbano Antigo do Seixal, convocando uma ligação direta com a comunidade local e a captação de um maior número visitantes, subordinado à necessidade de desenvolver mais atividades turísticas no concelho.

¹⁴⁸ Cf. “Carta do Património do Concelho do Seixal - O sítio industrial da Mundet (Seixal) inventário de património cultural imóvel” (2008) Em: *Ecomuseu Informação*, Boletim Trimestral (Jan. Fev. Mar.), N.º 46, p. 17

¹⁴⁹ FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*, p. 13

PARTE II

Investigação Empírica

4. Levantamento do Projeto de Requalificação da Mundet

O *Projeto de Requalificação da Mundet* (PRM) trata-se efetivamente de um agrupamento de projetos aprovados pela Câmara Municipal do Seixal, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento sustentável da área que detém, localizada num lugar privilegiado com proximidade direta com a frente ribeirinha e Núcleo urbano antigo do Seixal. Analisaremos também a relevância destes dois elementos estruturantes para o desenvolvimento do território. Apresenta variadas dimensões com possibilidade de análise, tendo como principais responsáveis intervenientes diretos da CMS, o Ecomuseu Municipal do Seixal e outras entidades interessadas, tanto privadas como públicas, desdobram-se na atuação de agentes locais, produtores, promotores e agentes externos ao EMS.

O conjunto de projetos apresenta uma estratégia no âmbito de reordenamento de território e planeamento urbanístico, com conclusão prevista para 2023¹⁵⁰. Localizado na Quinta dos Franceses, representa um lugar de destaque na centralidade do município do Seixal, integrando espaços verdes equiparados para lazer como o Alto Dona Ana, distinguiendo-se também imóveis reabilitados para uso comercial, lúdico-recreativo e restauração. Estabelece também uma proximidade com outros equipamentos culturais e municipais, nomeadamente, com o Fórum Cultural do Seixal - Biblioteca Municipal, Palácio Justiça do Seixal (Tribunal) e Edifício central da Câmara Municipal do Seixal.

Como demonstrado no seguinte mapeamento, as áreas estão representadas por modalidades evidenciando um agrupamento de imóveis respetivos ao EMS e imóveis atribuídos pararentes modalidades. De modo a viabilizar o levantamento afeto ao PRM, a presente investigação suporta uma análise mais reforçada sobre as novas instalações e imóveis integrados ao núcleo museológico do EMS. Porém, estabelece-se para efeitos de diagnóstico, uma referenciação sintetizada de todas as modalidades integradas ao complexo Mundet, como se verifica neste seguimento.

¹⁵⁰“Penso que até 2023 teremos tudo concretizado, tornando toda a Mundet num espaço vivo, de lazer, desporto, cultura e património, tendo em conta a visão de cerca de há 20 anos, altura em que a Câmara Municipal do Seixal adquiriu a antiga fábrica de cortiça.” Cf. Declarações Joaquim Santos, presidenteCMS (2018) Artigo de Imprensa “Diário da Região Setubalense”, 8 de Abril de 2018 (Disponível online, consultado a 17-10-19, 18:00) Em: <https://www.diariodaregiao.pt/local/seixal/2018/04/08/mata-da-mundet-no-seixal-vai-ser-parque-de-lazer-com-cinco-hectares/>

Mapa 2) Mapeamento referente ao levantamento do Projeto de Requalificação da Mundet (PRM) atribuído segundo designação de áreas, limites e modalidades integrantes no ordenamento de território respetivo.



Legenda:						
	Límite da área total compreendida pela antiga fábrica da Mundet		Edificado funcional já existente			
	Límite da área reservada ao Ecomuseu Municipal do Seixal		Edificado existente combinado com alterações na sua atualidade			
	Límite da área verde para recreio		Edificado estabelecido ou alterado na atualidade (2017/2019)			
	Límite da área para serviços de restauração e hotelaria		Projeção de edificado a estabelecer no futuro (2020/2023)			
	Límite da área para atividades recreativas, desportivas ou associativas		Edificado em iminente demolição			
1	Edifício das Caldeiras <i>Babcock & Wilcox</i>	7	Restaurante (Antigos Refeitórios Mundet)	12	Projeto de Requalificação de Frente Ribeirinha e Núcleo Urbano Antigo do Seixal	
2	Edifício das Caldeiras de Cozer	8	Hotel Mundet (Antigos Escritórios Mundet e Oficina de Papel)	13	Antigo edifício das Prensas de Enfardar para Exportação	
3	Edificado conjunto da oficina <i>de Rebaixar</i>	9	Armazém 56 - Arte SX	14	Antigos Conjuntos de Caldeiras de Cozer e Autoclaves	
4	Edifício-Sede do Ecomuseu Municipal (Antiga Casa de Infância)	10	Espaço Memória - Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN	15	Antigos Telheiros da Prancha	
5	Pavilhão Polidesportivo da Mundet	11	Parque Urbano do Seixal do Alto Dona Ana			
6	Escola de Música do Conservatório Nacional - Pólo do Seixal					

Fonte de Imagem: Google Earth, data de processamento de imagem a 10/08/2018, sujeita a manuseamento digital com sobreposição do referente 11) com data de processamento de imagem a 28/07/2019.

4.1. Levantamento Geral e Aplicação – Modalidades e Entidades Integradas

4.1.1. Parque Urbano do Seixal - Alto Dona Ana

A abertura do Parque Urbano do Seixal decorreu em Abril de 2019, fez parte do programa de comemorações do 45º aniversário do 25 de Abril. É considerado um espaço verde localizado no Alto Dona Ana, detendo uma área de implantação de 5,3 hectares e uma cota de 28 metros acima do nível do mar¹⁵¹.

A recuperação deste espaço verde compreende a construção de uma praça de entrada e um anfiteatro natural. Distingue-se uma (re)valorização da biodiversidade natural da flora e vegetação, como os pomar, olivais, sobreiros e carvalhos, que foram recuperados e integrados no percurso da Mundet. O Parque urbano estabelece um percurso pedonal, com caminhos em saibro e estilha que respeitam a integridade da mata e inclinação do terreno, através da construção de uma rampa e passadiços em madeira. O parque adaptou também equipamentos e mobiliário de exterior, como mesas, bancos e zonas de estadia em cortiça, correspondendo com uma estética ecológica e simplicidade na sua funcionalidade. Corresponde também com sinalética interpretativa da fauna (observação das aves) e do património histórico (moinhos de maré e ponta dos corvos), dando a conhecer a natureza paisagística que é observável pelos miradouros¹⁵². A obra foi adjudicada à empresa *Ideal Jardins – Construção e Manutenção*, consignação a Abril de 2018, estabelecido um prazo de execução de 270 dias e com atribuição do valor de 331 mil euros, acrescido em IVA¹⁵³.

¹⁵¹ Veja-se: Descrição do equipamento cultural no site institucional CMS; Fontes online: <http://www.cm-seixal.pt/noticia/parque-urbano-do-seixal-abre-ao-publico-no-dia-25-de-abril>; <http://www.cm-seixal.pt/equipamento/parque-urbano-do-seixal> (Consultado a 16/10/2019, 17:50 h)

¹⁵² Veja-se: “Parque Urbano do Seixal” (2018) Apresentação - Fórum Cultural do Seixal, 7 de Abril de 2018, CMS, (pp.18) [Documento Online]

¹⁵³ Cf. “Empreitada de 331 mil euros, que já foi adjudicada, vai revitalizar o Alto D’Ana e transformar o núcleo antigo urbano da cidade numa zona de contacto com a natureza. Antiga Mundet acolhe também um segundo pavilhão desportivo cuja obra vai custar 591 mil euros.” Em: Artigo de Imprensa “Diário da Região Setubalense”, 8 de Abril de 2018 (Disponível online, consultado a 17-10-19, 18:00)

4.1.2. Pavilhão Polidesportivo da Mundet

O projeto do Polidesportivo a integrar no espaço da Mundet, será destinado à prática desportiva de hóquei em patins, representado pela associação de solidariedade e clube desportivo *CRIAR-T*. O novo edifício integra uma área total de construção de 1.405 m² onde eram estabelecidos os imóveis 73 e 87, que durante a atividade da firma integravam o edifício-sede do *Grupo Desportivo dos Trabalhadores Mundet* (GDM) e posteriormente, espaços reservados ao laboratório da firma.

Sugestivamente, entenda-se a sua relevância patrimonial num registo expositivo “*Desporto na Mundet: Uma Tradição Renovada*” protagonizado pelo EMS, no âmbito de celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, em Abril de 2016¹⁵⁴. Em nota explicativa, “O Grupo Desportivo Mundet (1950-1965) destinava-se ao fomento da prática desportiva e recreativa entre os trabalhadores da empresa, alargada à participação da comunidade concelhia.” (EMS, 2016)

O pavilhão assume uma adaptação arquitetónica das fachadas originais do edifício-sede GDM com uma expansão da sua estrutura em aço, adaptada com cobertura e fachadas em chapa metálica¹⁵⁵. Distingue-se também algumas características arquitetónicas, como pavimento em betão com endurecedor de superfície, ringue com pavimento em madeira (dimensão de 20x40m, área compreendida de 800m²) e bancada metálica em tribuna fixa, com capacidade para 168 pessoas. Introduz também uma área de circulação e uma das fachadas do pavilhão em vidro, com vista para o exterior. A obra foi adjudicada à empresa *NOW XXI – Engenharia & Construções, Lda.*, com consignação e aprovação do *Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde* (DPSS) em Fevereiro de 2018, estabelecido um prazo de execução de 180 dias e com atribuição do valor de 591.443,81 euros, acrescido em IVA¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Cf. Nota explicativa; Exposição “*Desporto na Mundet: Uma Tradição Renovada*”. EMS-CMS, 16 de Abril 2016. Veja-se: “*Pavilhão Polidesportivo*” (2018) Apresentação Fórum Seixal, 7 de Abril de 2018, CMS (pp. 13). Em: https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/pavilhao_mundet.pdf [Documento Online]; Comunicação site institucional CMS, (Disponível online, consultado a 17-10-19, 18:20) Em: <http://www.cm-seixal.pt/noticia/exposicao-desporto-na-mundet-uma-tradicao-renovada>

¹⁵⁵ Cf. “*O arquiteto Luís Caeiro explicou que o pavilhão representará a recuperação de um espaço que acolheu a sede do Grupo Desportivo Mundet e, mais tarde, os laboratórios da fábrica*” Em: Artigo de Imprensa “*Diário da Região Setubalense*”, 8 de Abril de 2018 (Disponível online, consultado a 17-10-19, 18:00)

¹⁵⁶ Veja-se: “*Pavilhão Polidesportivo*” (2018) Apresentação Fórum Cultural do Seixal, 7 de Abril de 2018, CMS, (pp. 13). [Documento Online]

4.1.3. Espaço Memória - Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN

Foi aprovada, em reunião de 5 de Abril de 2018, a celebração de um contrato de comodato de bens imóveis entre a CMS e a *Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional* (CGTP-IN) para a instalação de um centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN¹⁵⁷. O projeto terá a designação de *Espaço-Memória*, tendo cumprido atualmente apenas a fase de aprovação. A presente investigação não dispõe de informação sobre a reconversão dos imóveis, cumprindo apenas interpretar as declarações realizadas em processos de deliberação e comunicação afeta ao público.

Desta forma, a instalação do acervo Intersindical Nacional corresponderá com um espaço dedicado a albergar todas as especificidades de arquivo documental desde bibliográfico, periódico, imprensa, registos fotográficos e audiovisuais. A entidade intersindical assegura as exigidas medidas de proteção, tratamento e acomodamento deste património documental, constituído enquanto acervo¹⁵⁸ de um espaço que prestará um serviço público à população, determinante para o acolhimento de investigadores, estudantes e visitantes interessados.

O acervo documental da CGTP-IN interpreta os sucessivos acontecimentos históricos do sindicalismo em âmbito nacional, adequando a preservação de registos que remontam para os primeiros movimentos operários e associações reivindicativas dos trabalhadores, inserindo-se numa temática particularmente importante que remonta para a própria história da Mundet¹⁵⁹. Este projeto é revelador da historiografia de uma

¹⁵⁷ «Este espaço pretende contribuir para a valorização patrimonial do local, do edifício e do município, na medida em que funcionará como um pólo dinâmico de preservação da história do trabalho e dos trabalhadores.” Cf. Declaração Joaquim Santos, presidente CMS (5/4/2018) Em: “Reunião de Câmara de 5 de Abril: Seixal aprova instalação do acervo da Intersindical Nacional na Mundet”(2018) Boletim Municipal do Seixal nº 705, 12 de Abril de 2018, p. 8

¹⁵⁸Veja-se: “Teremos aqui no concelho o principal acervo do que é a história do património do movimento sindical do nosso país. Qualquer historiador, investigador ou qualquer pessoa que se interesse pela história do movimento sindical, o sítio onde tem de se dirigir não será a Torre do Tombo, mas sim ao Seixal, ao Espaço-Memória que será aqui na Mundet.” Cf. Entrevista a Joaquim Santos, Presidente da Câmara do Seixal (2018) Em: Comércio do Seixal e Sesimbra, Semanário, Sexta-Feira, 20 de Abril de 2018, Ano XI, N.º 360;

¹⁵⁹“Se há Direitos em Portugal, e se há conquistas dos trabalhadores foi porque muitas pessoas se sacrificaram para isso ser feito, e a CGTP tem uma história que remonta há quase um século e por isso merece todo o nosso respeito, uma história que valoriza o trabalho e os trabalhadores, uma história que valoriza também a memória do trabalho e dos trabalhadores da Mundet.” Cf. Entrevista a Joaquim Santos, Presidente CMS (2018), Op. Cit.

entidade que celebra quase 50 anos, desde da fundação do Intersindical em pleno regime de ditadura, em Outubro de 1970, mais tarde sob a denominação CGTP-IN (1977).

4.1.4. Hotel Mundet

Na sequência desta análise, incorpora-se ao levantamento do PRM a aprovação de um projeto para uma unidade hoteleira, a integrar no edifício dos antigos escritórios da Mundet. Até à presente data da investigação, apenas se encontra preservada a fachada original e estrutura parcial do imóvel. Revelando, contudo, muito mau estado de conservação, inclusive, constituindo riscos para a saúde pública. O espaço exigia uma recuperação evidente, tendo sido promovido em anos consecutivos, através das participações da CMS no *Salão Imobiliário de Portugal* (SIL). Foi contudo, por altura da apresentação dos projetos selecionados para participação no SIL¹⁶⁰, que viria a decorrer na *Feira Internacional de Lisboa* (FIL) de 3 a 7 de Outubro de 2018, em que foi comunicado uma estratégia de requalificação para a Frente Ribeirinha, que estabelecesse parâmetros para a captação turística no concelho do Seixal.

Nessa sequência, foram apresentados cinco projetos de construção hoteleira em diferentes locais, atribuídos por um posicionamento estratégico no território, igualmente, representativos de fortes temáticas que viabilizassem a sua exploração e interesse cultural. O projeto apresentado para integrar o núcleo da Mundet, estabeleceu um terreno compreendido em 3680 m² para sua implantação¹⁶¹, tendo como designação, *Hotel Mundet* (Veja-se Anexo 3:Imagens referentes ao projeto do Hotel Mundet)

O concurso foi lançado em 2018, em hasta pública para desenvolvimento do respetivo projeto de uma unidade hoteleira. Estabeleceu-se para esse fim, critérios de seleção dos candidatos que conduzissem a proposta no que pretendia tornar-se num hotel temático, com utilização da matéria-prima representativa da identidade do lugar – a

¹⁶⁰ Veja-se: “No âmbito da estratégia de requalificação das frentes ribeirinhas, o presidente da Câmara Municipal do Seixal apresentou também hoje cinco projetos que permitirão reabilitar toda a zona em torno da Baía do Seixal: O Hotel Mundet, o Hotel da Quinta da Trindade, o Porto de Recreio do Seixal – Hotel Largo dos Restauradores, o Eco Resort da Ponta dos Corvos e o Hotel e Porto de Recreio de Amora” Cf.“Concelho do Seixal presente no SIL 2018“ Em: *Comércio do Seixal e Sesimbra*, Semanário, Sexta-Feira, 20 de Abril de 2018, Ano XI, N.º 360; P. 7

¹⁶¹ Veja-se: “Situada na frente ribeirinha, em pleno núcleo urbano antigo do Seixal, e com uma vista privilegiada para a Baía do Seixal e Lisboa, possui elevado potencial para instalação de uma unidade hoteleira de 4 estrelas ou superior, com implantação num terreno de 3680 m2, com possibilidade de edificar 3 pisos mais 1 recuado e cave para estacionamento, com capacidade para mais de 150 quartos.” Cf.“Concelho do Seixal presente no SIL 2018“ Em: *Comércio do Seixal e Sesimbra*, Semanário, Sexta-Feira, 20 de Abril de 2018, Ano XI, N.º 360; P. 7

cortiça, em elementos arquitetónicos, decorativos e em mobiliário¹⁶². Pretende-se um hotel com um conceito estreitamente associado à indústria corticeira e história da *Mundet*¹⁶³. A sua adjudicação em hasta pública foi aprovada a 27 de Junho 2019, para a alienação de uma parcela de terreno do domínio privado municipal, com área compreendida em 3.680 m², no valor de 462.520 euros, acrescido em IVA. Conclusivamente, adjudicado às empresas *Marmequer* e *Riverfront*, ambos sob designação de *Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, SA*¹⁶⁴.

Segundo o Edital Nº 244/2018, publicado a 27 de Junho de 2018 pela CMS¹⁶⁵, os critérios acreditados no concurso em hasta pública, que dizem respeito à “Integração urbana, solução arquitetónica e compatibilização com o espaço público” que o projeto deverá corresponder, identificava-se os seguintes parâmetros que assegurariam a identidade do *Espaço Público Mundet* (EPM): *i) Preservar a memória e o espaço fabril ligado à cortiça; ii) O EPM é considerado um todo urbano que reflete valores naturais, culturais e sociais; iii) Reforçar e valorizar as áreas afetas à estrutura ecológica, como espaços de referência deste espaço público e das suas componentes; iv) Requalificar a tipologia deste espaço, como interface de ligação e acessos entre o Largo 1º de Maio e o EPM como um todo articulado e coerente, garantindo o acesso pedonal ao eixo central do EPM pelo interior do empreendimento.*

¹⁶² Veja-se: “*Está de acordo com aquilo que o município pretende, nomeadamente, uma ligação à cortiça e ter já unidades em operação (experiência no sector da hotelaria)*” Entrevista Expresso a Joaquim Santos, Presidente CMS; Em: “*Da fábrica de cortiça a hotel de 5 estrelas*” (2018) Expresso, Publicado a 10/06/2018 10:00 h [Disponível Online] (Consultado a 26/10/2019, 17:00 h) Em: <https://expresso.pt/economia/2018-06-10-Da-fabrica-de-cortica-a-hotel-de-5-estrelas>

¹⁶³ Veja-se: “*A proposta a apresentar terá que dar resposta a um programa destinado a uma ocupação na área do empreendimento turístico, mas com uma forte ligação ao espaço em que se insere, a antiga Fábrica da Mundet, como espaço identitário e diferenciador e que pode potenciar uma intervenção de carácter único na área metropolitana de Lisboa, fortemente ligado à sua matéria-prima: cortiça.*” Em: Edital Nº 244/2018 “*Hasta Pública para Alienação de imóvel para construção de Empreendimento Turístico Mundet*”, Retificação ao Edital nº 184/2018 de 19 de Junho. Publicado em 27 de Junho de 2018. P. 6

¹⁶⁴ Veja-se: Edital Nº 500/2018 “*Hasta pública para Alienação de imóvel para construção de empreendimento turístico Mundet.*” Homologação de propostas. 2^a Fase. Ato público. Publicado em 26 de Dezembro de 2018. CMS.

Veja-se também: “*Município do Seixal adjudica Hotel Mundet: Empreendimento turístico na frente ribeirinha integra estratégia ligada ao património.*” Em: Rostos - Diário Digital (Publicado em 27.03.2019, 20:26) (Consultado a 26/10/2019, 17:58h) [Disponível Online] Em: <https://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=14003221&mostra=2>

¹⁶⁵ Cf. Edital Nº 244/2018 “*Hasta Pública para Alienação de imóvel para construção de Empreendimento Turístico Mundet*”, Retificação ao Edital nº 184/2018 de 19 de Junho. Publicado em 27 de Junho de 2018. CMS.



Mapa3) Planta referente ao “*Espaço Público Mundet e Empreendimento Turístico*”, publicado em Edital Nº 244/2018, 27 de Junho de 2018, CMS, p. 6 (Veja-se também: Edital Nº 304/2018)¹⁶⁶

4.1.5. Oficina de Artes – Armazém 56

O PRM enquadra também um espaço de oficina, concebido para o acolhimento de artistas, artesãos e práticas associativas do município do Seixal. O espaço foi inaugurado a 25 de Abril de 2018, projetado para respeitar as fachadas e estrutura do imóvel 56, sendo atribuído essa mesma designação¹⁶⁷.

Trata-se, efetivamente, de um equipamento municipal multiusos, projetado com uma planta aberta, com a capacidade de incluir oficinas de várias modalidades artísticas, entre as quais estão previstas escultura, olaria, azulejaria, tecelagem, serigrafia, pintura, carpintaria e serralharia. O edifício cumpre a sua função social e participativa, através dos grupos associativos que usufruem do espaço, acolhendo atividades formativas e educativas, também, equipado para receber eventos de programação municipal como *Seixal Graffiti*, *Seixal Jazz Clube*, *Março Jovem*, *À Babuja – Festival de Street Art do Seixal*.

O *Armazém 56*, tem como principais objetivos: *i)* Apoiar a criatividade dos artistas do concelho; *ii)* Promover iniciativas que diversifiquem a oferta cultural; *iii)* Formar

¹⁶⁶ Edital Nº 304/2018 “*Hasta Pública para Alienação de imóvel para construção de Empreendimento Turístico Mundet*”, Publicação de Levantamento topográfico, nos termos 9.1 do Regulamento de Hasta Pública - Edital nº 244/2018, de 27 de Junho, Publicado em 17 de Agosto de 2018. CMS [Disponível Online]

¹⁶⁷ Comunicação institucional CMS, “*Armazém 56 – Arte Sx é inaugurado no dia 25 de Abril*” 20 ABR 2018 Em: <http://www.cm-seixal.pt/noticia/armazem-56-arte-sx-e-inaugurado-no-dia-25-de-abril> (Consultado online, 25/10/2019, 19:27)

novos públicos; *iv)* Fomentar interesse e aperfeiçoar técnicas e conhecimentos, *v)* Promover a colaboração entre artistas e divulgação do seu trabalho.¹⁶⁸

4.1.6. Refeitórios Mundet – Restauração

Consta ainda desta análise, a existência de um edifício dedicado à gastronomia, cultura e lazer. Sucintamente, é constituído por um restaurante, designado de *Mundet Factory*, inaugurado em Dezembro de 2016. Este espaço reinventa todo um universo ligado à indústria, preservando a estrutura e fachadas do imóvel, que eram os antigos refeitórios da fábrica Mundet. Reivindica, contudo, uma adaptação do seu interior e decoração, num registo modernizante dos traços identitários e tradicionalistas do sítio. A sua atuação afeta ao PRM, é sobretudo na captação de públicos e de gerar um interesse muito particular ao local. Na qualidade de uma prestação de serviço no setor de restauração, que, em conjunto com um crescimento do número de empresas inseridas nesta atividade económica, instaladas no núcleo urbano antigo do Seixal e frente ribeirinha, conduzem a uma dinamização da área concelhia e captação turística.

4.2. Núcleo Museológico da Mundet – Oficina De Rebaixar

O núcleo da Mundet foi alvo de um levantamento topográfico e arquitetónico, entre o período de 2003/2004, pelo gabinete de Arquitetura e Restauro *Soraia Genin*. Na sequência dos objetivos desta investigação, focamos a nossa análise inicialmente, para o *Programa Preliminar* (2005) efetuado aos Imóveis 47, 89, e 96, descritos no referido documento¹⁶⁹.

Sucintamente, o Imóvel 47, designado por oficina “*de Rebaixar*”, tinha a função de reutilizar a cortiça previamente cortada, destinada ao acabamento de rolha, estando estruturado desde a sua construção em 1943/1944, em três pisos, um dos quais equivale ao aproveitamento do sótão. O seu interior divide-se em 2 pisos separados por uma laje de betão armado, de secção transversal irregular. Acima do 2º piso, apresenta uma estrutura mista em madeira e ferro, que assentava em pilares metálicos de secção redonda, criando mais um nível¹⁷⁰. Cada nível tinha a sua função: o superior continha

¹⁶⁸ Cf. Comunicação institucional CMS. Em: <http://www.cm-seixal.pt/equipamento/armazem-56-arte-sx> (Consultado online em 25/10/2019, 19:25)

¹⁶⁹ Cf. GENIN, Soraia (Arq^a e coord.) (2005) *Núcleo da Mundet: Imóveis 47, 89, e 96 - Programa preliminar*, Soraia Genin - Arquitetura e Restauro LDA, Junho, 2005, EMS-CDI, Seixal, pp. 1-10

¹⁷⁰ “O edifício tem uma área de implantação trapezoidal de cerca de 430 m², um comprimento máximo de 29,73 m (alçado nascente), e de 27,25 m (alçado poente). A largura exterior é constante de 15,02 m,

caixas em madeira que alimentavam as máquinas do nível inferior, no mesmo piso com a matéria-prima. Essa maquinaria transformava o material na sua forma final, sendo depois enviado para o piso inferior, onde era depositado em sacos, para ser transportado.

O edifício apresentava originalmente, três entradas. Tratava-se de dois portões no piso inferior, paralelos um ao outro, uma na fachada a norte e outro a sul. Tinham respetivamente, 2,00 m (Larg.) por 2,5 m e 3,35 m (Alt.). Eram ladeados por dois vãos de janelas, idênticos em cada lado, com caixaria de ferro pintado. A terceira entrada era pelo piso superior, voltada a sul, com acesso por uma escadaria metálica exterior¹⁷¹. Nas restantes fachadas, nascente e poente, existiam quatro vãos de janela alinhados, com 2,50 m (Larg.) por 2,00 m (Alt.). A cobertura do edifício era constituída por chapas onduladas de fibrocimento, com vãos preparados para o aproveitamento de iluminação natural¹⁷².

Segundo o PRM¹⁷³, em vigor na atualidade da investigação, o edifício “de Rebaixar” foi sujeito a obras de reconstrução mantendo a estrutura funcional do edifício e conservando a representação das fachadas originais. Contudo, efetuaram-se alterações dos elementos arquitetónicos mais críticos, que segundo diagnóstico realizado no *Programa Preliminar* (2005), estariam em muito mau estado de conservação. Designadamente, foram retirados todos os vãos de caixaria, escada exterior e cantoneiras em material metálico, assim como, a cobertura do edifício que foi alterado

sendo o alçado sul, por oblíquo em relação às paredes laterais, tem uma frente de 15,28 m. A altura máxima do interior é de cerca de 13,4 m. O piso inferior tem uma área útil de 379 m² e um pé direito de 5,18 m. O piso superior, dividido em dois níveis tem por baixo da estrutura mista uma área útil de 383 m² e um pé direito de 2,70 m; e por cima uma área útil de 132 m², 1,72 m até à altura do arranque da cobertura e de 5,16 m até ao ponto mais alto da cobertura. Cf. “Memória Descritiva: Edifício 47-Rebaixar” (2005) Em: GENIN, Soraia (Arq^a e coord.) (2005) Núcleo da Mundet: Imóveis 47, 89, e 96 - Programa preliminar, CDI-EMS, Seixal.

¹⁷¹ “Apresenta três entradas, duas pelo piso inferior, uma voltada a norte e outra a sul. A terceira, pelo piso superior voltada a sul, à qual se accede por uma escadaria metálica exterior.” Cf. “Memória Descritiva: Edifício 47- Rebaixar” (2005) Em: GENIN, Soraia (Arq^a e coord.) (2005) Núcleo da Mundet: Imóveis 47, 89, e 96 - Programa preliminar, CDI-EMS, Seixal.

¹⁷² Cf. “A cobertura do edifício é suportada por 8 asnas metálicas distantes entre si cerca de 3,30. É constituída por chapas onduladas de fibrocimento e em cada águia existem 6 vãos com cerca de 0,40 m por 0,75 m. Um dos vãos é em chapa ondulada de material translúcido, os restantes onze são claraboias em caixilharia metálica e vidro.” Em: GENIN, Soraia (Arq^a e coord.) (2005), op. cit.

¹⁷³ Veja-se: “Será o terceiro edifício reabilitado com uma exposição da Mundet e vamos a seguir concretizar também, através da requalificação de dois pavilhões fabris, a materialização do acervo material e patrimonial do Concelho que vai ser aqui na Mundet. Ou seja, todas as obras que a Câmara Municipal tem, sejam esculturas ou pinturas, ou do ponto de vista patrimonial, que estão hoje armazenadas em vários locais, serão todas centralizadas aqui no acervo central e onde qualquer cidadão pode vir visitá-las e conhecê-las.” Cf. Entrevista a Joaquim Santos, Presidente da Câmara do Seixal (2018) Em: *Comércio do Seixal e Sesimbra*, Semanário, Sexta-Feira, 20 de Abril de 2018, Ano XI, N.^o 360;

na sua totalidade. Foram alvo de reconstrução todas as anomalias detetadas no referido programa, que remetiam desde fissuras, lacunas, destacamento e fissuração de reboco, colonização biológica, manchas de óxidos, humidade, entre outras¹⁷⁴.

Segundo (SABINO, 2007), foi elaborado um relatório de inventariação da oficina de Rebaixar.¹⁷⁵ A sua redação decorreu entre Julho de 2006 e Abril de 2007, tendo procedido à consulta de um relatório anterior, realizado em 1999 e leitura das entrevistas realizadas a quatro antigos trabalhadores, antigos afinadores e encarregados da respetiva oficina. Constou também, da consulta das plantas da oficina e sua análise comparativa, revelando todos os processos da fábrica, que se mostraram essenciais para a sua compreensão. Interpretaram-se as representações cartográficas, em função do levantamento de campo, com esclarecimentos obtidos em entrevistas realizadas, consulta de documentação e registos fotográficos.

Em suma, o relatório configurou três dimensões de análise – trabalho de campo, pesquisa documental e levantamento oral. Igualmente, procedeu-se à recolha do espólio considerado pertinente para tratamento museológico, como: rolhas de diferente calibração, tamanhos e formatos, produtos corticeiros obtidos nas máquinas de *bolear* e produção de especialidades várias, desde bolinhas para apitos, bolas para volantes de *badminton*, rolhas de champanhe, boias e punhos para canas de pesca. Também, alguns objetos que auxiliavam no fabrico¹⁷⁶ como *bitolas*, mós de afiar facas, *vareta* para fabrico de rolhas de champanhe e *esmeril*.

Segundo (SABINO, 2007), o edifício tinha conservado uma conceção estrutural próxima do original. Internamente, através da articulação individual das máquinas entre pisos, assim como no seu alinhamento em fiadas de tipologia idêntica. No entanto, o imóvel foi sujeito, na década de sessenta do século XX, à adição de novas máquinas para além daquelas instaladas no princípio da década de 1940. A maquinaria corticeira

¹⁷⁴ “As anomalias detetadas remetem desde fissuras, lacunas, destacamento de reboco, fissuração de reboco, reparações, Todas as janelas do edifício apresentam a caixilharia metálica em mau estado de conservação e existem 115 vidros partidos. A escada exterior metálica apresenta-se em mau estado de conservação. A escada metálica de acesso ao nível superior, também apresenta mau estado de conservação. As escadas de betão, existentes no piso 0, junto da entrada norte, e no acesso deste piso ao superior, apresentam cantoneiras metálicas dos degraus em mau estado de conservação. Em: GENIN, Soraia (Arq^a e coord.) (2005), op. cit.

¹⁷⁵ SABINO, Fátima (2007) Mundet & C.^a, Lda. – Relatório da Oficina de Rebaixar, Imóvel 47. Ecomuseu Municipal do Seixal, Inventário do património Industrial, Julho de 2007.

¹⁷⁶ Cf. Revisão de levantamento de Campo (2006), Divisão do Património Histórico e Natural EMS, Levantamento do Património Industrial, Seixal.

utilizada nesta oficina estava associada aos diversos procedimentos de rebaixamento da rolha, ao que a autora do relatório propõe um tratamento museológico, sobre a temática do acabamento das rolhas e a produção das especialidades na Mundet¹⁷⁷.

Nesta sequência, encaramos que a reconversão do imóvel 47, atualmente em vigor, é alvo de um planeamento na sequência de vários anos e da colaboração de diversas equipas técnicas de trabalho e investigação, de acordo com duas linhas de orientação distintas. A primeira, como analisado anteriormente, orientada para a reconstrução das anomalias encontradas, preservação dos edifícios e sua inventariação. A segunda estabelece as condições para visita do local e otimização do espaço para uma possível integração museológica¹⁷⁸.

Segundo o *Programa Preliminar* (2013), é interpretado um levantamento mais direcionado para as funções, serviços e percursos expositivos. Com essa finalidade, adaptamos uma análise referente às condições especificadas em “*Preservação, Adaptação e Acessibilidade.*”¹⁷⁹ Sucintamente, o planeamento destas intervenções, visando a adaptação e acessibilidade do conjunto edificado, pressupõe uma formalização prévia de um futuro projeto museológico.¹⁸⁰

O arquiteto Francisco Rosa (2013), antecipa possíveis modos de utilização do espaço, atribuídos pela seguinte disposição: *i)* amostra das instalações, respetivas máquinas e equipamentos, por um lado integrados originalmente no espaço ou por incorporação de outra origem; *ii)* distinção de materiais expositivos possíveis de integração, desde painéis informativos, conjunto de objetos, entre outros; *iii)* Realização de palestras, exibição de audiovisuais, e atividades específicas *iv)* Associação total ou parcial dos modos de utilização acima referidos.

Da mesma forma, foi elaborado um diagnóstico que respeite as necessidades funcionais e intervenções prioritárias para a requalificação do conjunto edificado “de Rebaixar”, segundo os parâmetros que passamos a demonstrar:

¹⁷⁷ Cf. SABINO, Fátima (2007) *Mundet & C.ª, Lda. – Relatório da Oficina de Rebaixar, Imóvel 47.* Ecomuseu Municipal do Seixal, Inventário do património Industrial, Julho de 2007. p. 190

¹⁷⁸ Cf. ROSA, Francisco (Arq.) (2013) *Fábrica Mundet- Edifícios 46 a 48 Levantamento Arquitetónico, Programa Preliminar*, p. 17

¹⁷⁹ ROSA, Francisco (Arq.) (2013) *Fábrica Mundet- Edifícios 46 a 48 Levantamento Arquitetónico, Programa Preliminar*, Divisão de Estudo e Projetos CMS, Julho 2013, p. 17-26

¹⁸⁰ ROSA, Francisco (Arq.) (2013) *Fábrica Mundet- Edifícios 46 a 48 Levantamento Arquitetónico, Programa Preliminar*, Divisão de Estudo e Projetos CMS, Julho 2013, p. 20

- a) *Definição de percurso acessível;* Importa estabelecer um percurso que garanta o acesso em condições de mobilidade, assegurando a sua normalização, de acordo com *DL 163/2006* de 8 de Agosto. O autor considerou prioritário a realização de obras: No edifício 48, com a instalação de uma rampa para acesso ao balneário; No edifício 47, com colocação de um ascensor ou plataforma elevatória entre o piso inferior e intermédio, colocada sobre a própria escada interior; É previsto a necessidade de abertura de um vão de porta, para permitir o acesso entre o edifício 47 e o edifício 47-A, o implicará instalação de uma rampa, ou em alternativa, a criação de um acesso na fachada sul do edifício 47-A. Estão previstas intervenções no exterior, no pavimento, que limitam o percurso acessível ao conjunto edificado.
- b) *Receção de visitantes;* É necessário criar um espaço para receber os visitantes, entre outras funcionalidades admita o controlo de acesso, segurança, bengaleiro, organização de vista, prestação de informações verbal e escrita, material promocional e publicações. O programa preliminar estabelece como local mais adequado a oficina de “quadrar”, junto das estufas no edifício 48. Um recente levantamento estabelece a instalação de receção a partir dos balneários¹⁸¹.
- c) *Palestras e exibição de audiovisuais;* Estará previsto um local destinado à exibição de audiovisuais, apoio às visitas e realização de palestras. O programa admite que na ausência de um local com características necessárias a esta adaptação, será da responsabilidade de projeto museológico definir a sua localização e dimensão.
- d) *Exibição de materiais especialmente preparados;* Entende-se por esta modalidade, todo o material preparado com objetivo de ser exposto, que pela sua disposição e organização, deve adequar um percurso acessível para os visitantes. O programa adequa uma análise do acomodamento do acervo expositivo, em que está implícito a cobertura, controlo de luz natural, instalação de iluminação artificial e vigilância a estabelecer. Propõe como mais adequados a esse fim, os pisos térreos dos edifícios 46 e 47.
- e) *Espaço para atividade;* Verifica-se a necessidade de um espaço para realização de atividades educativas, para acolhimento de grupos de visitantes organizados. O programa estabelece que este espaço deverá estar afastado, dos espaços onde decorrem visitas, para garantir a sua autonomia e privacidade. Deverá dispor de boa iluminação

¹⁸¹ ROSA, Francisco (Arq.) (2013) *Fábrica Mundet- Edifícios 46 a 48 Levantamento Arquitetónico, Programa Preliminar*, p. 23

natural, água e respetivo esgoto. Para esse fim, propõe-se a parte do piso térreo do edifício 46, desde que seja objeto das necessárias adaptações.

f) *Sanitários Acessíveis*; É necessário criar novas instalações sanitárias, de acordo com os atuais padrões de qualidade, conforto e higiene.¹⁸² O programa recomenda que tenham proximidade da receção. Coloca-se em questão, que o programa museológico estabeleça um aproveitamento dos antigos sanitários, para prescrever enquanto objetos de museu, sendo uma referência da fábrica, o aproveitamento das caldeiras de vapor nos banhos em água quente¹⁸³.

g) *Preparação das atividades*; Caso se venha a verificar a necessidade de um local específico destinado á preparação de atividades, materiais a expor, conservação de máquinas e equipamentos, reservado aos funcionários do museu. A sua localização não está incluída no programa preliminar.

h) *Arrumos de Limpeza e Manutenção*; É considerado a necessidade de um espaço destinado a dar apoio aos serviços de limpeza e manutenção. Propõe-se o compartimento existente no *desvão* da escada interior do edifício 47, ou num compartimento na dependência da receção.

i) *Redes a estabelecer*; Não se prevê a reposição do funcionamento de redes existentes, dado o estado de conservação de redes de energia, água, saneamento e calor. Na sequência do projeto museológico e programa base a desenvolver, estará previsto as redes necessárias ao funcionamento do conjunto edificado, nomeadamente água, saneamento, eletricidade, iluminação, transmissão de dados e voz, vigilância, segurança contra incêndios e intrusão¹⁸⁴.

4.3. Valorização da Baía do Seixal - Frente Ribeirinha e Núcleo Urbano Antigo do Seixal

Na última década do século passado, o concelho do Seixal foi alvo de um plano de valorização da frente ribeirinha e antigo núcleo urbano do Seixal, gerando um processo dinamizador de modernização e qualificação urbanística que se prolonga até aos dias de hoje, ao que procurou-se justificar: “A pressão demográfica e urbanística, a solicitação de agentes económicos e a própria intervenção da autarquia, tornaram

¹⁸²Veja-se: *Decreto-Lei 163/2006*, 8 de Agosto

¹⁸³ Veja-se: ANEXO 1) Entrevista com Fátima Afonso, 2^aParte, realizada a 08 de Maio de 2019. Seixal

¹⁸⁴ ROSA, Francisco (Arq.) (2013) *Fábrica Mundet- Edifícios 46 a 48 Levantamento Arquitetónico*, Programa Preliminar, pp. 25-26

necessário um estudo integrado de regeneração, ordenamento e valorização da Baía Natural do Seixal”¹⁸⁵

Tratou-se de implementar o *Plano de Valorização da Baía do Seixal* (PVBS) enquanto um instrumento da autarquia, orientado com o *Plano Diretor Municipal* (PDM), para fomentar o desenvolvimento económico e bem-estar social, essencialmente, através do objetivo de qualificação da imagem da baía do Seixal e a sua projeção a nível nacional, visando uma aptidão turística, de lazer e tempos livres para a população. No quadro do PDM distinguiu-se um estudo de áreas prioritárias para as intervenções a desenvolver, em que o Plano da Frente Urbana do Seixal¹⁸⁶ se encontrava em primeira prioridade.

O PVBS era complementado também com dois instrumentos de planeamento autárquico, Carta Verde Municipal e Carta do Investidor. Consistiu na integração de propostas de uma equipa técnica pluridisciplinar da Autarquia, como também consagrou propostas submetidas a concurso público promovido pela CMS¹⁸⁷, tendo sido aprovado em Março de 1993. Em complemento, o PVBS envolveu uma parceria com entidades públicas e privadas, tendo em vista, “a promoção da localização estratégica de equipamentos coletivos como elementos dinamizadores da relação entre espaço urbano e a frente ribeirinha.”¹⁸⁸

A necessidade para um reforço de proteção ambiental da Baía do Seixal era evidente, nomeadamente na qualidade das águas fluviais, descontaminação dos solos e qualidade do ar. Um dos passos tomados para a reconversão ambiental e combate à poluição, foi implementado através de um protocolo entre a autarquia com a empresa de serviços (SNES) e empresa urbanizadora que convocava um reordenamento urbano e

¹⁸⁵Cf. “*Valorização da Baía do Seixal e Áreas Envolventes*” (1997) Em: *Notícias do Ambiente*, Ano II, Nº15, Maio de 1997; Artigo periódico, Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal

¹⁸⁶Cf. Área compreendida entre Azinheira e a Quinta dos Franceses, inclui a antiga estação dos Caminhos de Ferro do Seixal, Quinta D. Maria, Estaleiro Socamar, Largo dos Restauradores e Paços do Concelho. “*Valorização da Baía do Seixal e Áreas Envolventes*” (1997) Em: *Notícias do Ambiente*, Ano II, Nº15, Maio de 1997; Artigo periódico, Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal

¹⁸⁷ Veja-se: “*Plano de Valorização da Baía Natural do Seixal*” (Folheto) distribuição CMS; “*Valorização da Baía do Seixal*” (2000) Agenda Cultural, nº19, Julho/Agosto, pp.54-59; Em: Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal.

¹⁸⁸Cf. “*A riqueza que vem do Tejo: Baía do Seixal*” (2001) *Jornal da Região*, 5 de Junho de 2001, Seixal.

paisagístico da área da Siderurgia Nacional¹⁸⁹. Mais tarde, em Fevereiro de 2011, iniciou-se o processo de descontaminação dos solos na área detida pela Siderurgia Nacional (SN) no âmbito do *Projeto Arco Ribeirinho Sul* (PARS).¹⁹⁰

As intervenções de requalificação na frente ribeirinha distinguem-se com a construção de um percurso pedonal e ciclovia, na marginal de ligação Seixal a Arrentela aberto à população em Setembro de 2005, com extensão até ao Parque ribeirinho de Amora, inserido no Núcleo Urbano Antigo da Amora¹⁹¹, tendo sido aprovada em Dezembro de 2009, a sua candidatura para Valorização da Frente Ribeirinha de Amora.

Estas intervenções estiveram inseridas no *Programa de Ação Integrada de Regeneração e Valorização da Frente Ribeirinha de Seixal-Arrentela*, tratou-se de uma candidatura apresentada e aprovada por QREN (*Quadro de Referência Estratégica Nacional*) no quadro de apoio comunitário de 2007/2013. Representou um investimento total na ordem de 12 milhões de euros, sendo comparticipado pelo FEDER (*Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*) em 3,5 milhões. O programa integrou 20 projetos, com participação de 33 parceiros e conclusão prevista para 2011. O *Plano de Pormenor Baía Sul* (PPBS) era um dos instrumentos de gestão de território que assegurava a integração dos projetos de implementação¹⁹².

Em 2010, são apresentados os projetos de Prolongamento do Passeio Ribeirinho do Seixal e *Projeto Integrado de Qualificação do Espaço Público do Seixal* (PIQEP) apresentado pelo Arq. Sérgio Oliveira propondo intervenções numa área que abrange o núcleo antigo do Seixal, com articulação ao projeto de Prolongamento Ribeirinho, apresentado pelo Arq. Tomás Salgado.¹⁹³ Sugestivamente, propõe-se a criação de ruas mistas, com adaptação de novos pavimentos em calçada de tijoleira e em ruas interiores pavimento de granito unificados.

¹⁸⁹Cf. “A Câmara do Seixal assinou um protocolo para a requalificação ambiental da antiga siderurgia, para devolver a zona ribeirinha à população” Em: “Desenvolvimento sustentável do Seixal: protocolo devolve zona ribeirinha à população” *Notícias do Seixal*, Ano II, nº 71, 5 de Março de 2005;

¹⁹⁰ Cf. “Projeto Arco Ribeirinho Sul: Começou a descontaminação dos solos industriais no Seixal e no Barreiro”, *Boletim Municipal*, nº 544, 18 de Fevereiro de 2011

¹⁹¹ Veja-se: “Novo Espaço de Lazer: Passeio Ribeirinho Arrentela-Seixal abre à População” *Boletim Municipal* nº 421, 07 de Outubro de 2005; “Parque Ribeirinho de Amora: Obras de requalificação já começaram” *Boletim Municipal* nº 418, 29 de Julho de 2005 Artigos periódicos, Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal.

¹⁹² Cf. “Identidade Ribeirinha” (2009) Em: *Agenda Municipal*, nº 34, Julho/Agosto, 2009, pp. 59-64; Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal.

¹⁹³ Cf. “Prolongamento do Passeio Ribeirinho do Seixal e Projeto Integrado de Qualificação do Espaço Público do Seixal”(2010) *Boletim Municipal*, nº 532, 23 de Julho de 2010; Veja-se também: “Requalificação do núcleo urbano antigo do seixal avança até ao final do ano” (2015) *Boletim Municipal*, nº 650, 30 de Outubro de 2015.

4.4. Preservação do Património Natural

A Baía Natural do Seixal é parte integrante da Reserva Ecológica Natural do Estuário do Tejo (REN-ET), destacando-se pela biodiversidade extensa da fauna e flora própria deste ecossistema natural. Representa um verdadeiro património biológico, face a uma vasta população de aves migratórias que coabitam no território concelhio, destacando-se cerca de 100 espécies diferentes.

O PDM aprovou em 23 de Setembro de 1992, a criação de uma Reserva Ecológica Nacional (REN), elaborada com base no *Decreto-Lei* Nº93/90 de 19 de Março. Estão incluídas nesta Reserva, o Sapal de Corroios, a Baía do Seixal, a praia fluvial do Alfeite e outras regiões húmidas anexas.

Tratam-se efetivamente de 733 hectares que equivalem a 8% da área total do Concelho. Estão classificados como parte integral da reserva imóveis de interesse público, nomeadamente, oito moinhos de maré, a Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, e edifícios de classificação patrimonial das quintas da princesa, do Paço da Amora, da Fidalga e da Trindade¹⁹⁴.

O principal recurso natural do concelho é a Baía do Seixal, criada a partir da reentrância de um braço do Rio Tejo que une, através da presença do elemento água, as freguesias de Seixal, Arrentela, Amora e Corroios e cuja área ocupa a quase totalidade dos 8% da REN.

No âmbito do QREN, em parceria com o Instituto Hidrográfico e Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Centro de Oceanografia), foram desenvolvidos relevantes estudos de classificação focados na REN-ET, referentes à sua caracterização biológica, hidrográfica e hidrológica.

Mais recentemente, a autarquia pretendeu fomentar uma estratégia de descarbonização na zona da Baía, através da sua candidatura apresentada ao programa do Fundo Ambiental - Laboratório Vivo para a Descarbonização (2018). Desta iniciativa foram apresentados 17 projetos a desenvolver, referentes às áreas de mobilidade, energia, economia circular, ambiente e habitação¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Cf. “A Criação de uma Reserva Ecológica no Concelho do Seixal” Em: *Memórias da Zona Ribeirinha*, Agenda Municipal, nº 34, Julho/Agosto de 2009, p. 67

¹⁹⁵ Cf. “Baía vai receber 17 projetos para a descarbonização” (2018) *O Seixalense*, ano II, nº 69 10 de Abril

5. Inovação e Sustentabilidade Cultural

5.1. Integração do Ecomuseu no desenvolvimento sustentável

Nesta sequência, é necessária uma reflexão sobre os antecedentes que marcaram os fundamentalismos e princípios enunciados pela Ecomuseologia, adequando uma prospetiva sobre uma futura interpretação da entidade EMS, facilitando algumas respostas imediatas face ao processo de desenvolvimento, que pretende assegurar a sustentabilidade do museu num futuro próximo.

Com este objetivo, adequa-se uma análise sobre o artigo *“Que Futuro Para os Ecomuseu?”* (2015) que condensa uma reflexão sobre os movimentos experimentalistas que afirmaram a filosofia Ecomuseal. Em conformidade com o conceito base do ecomuseu, pretende-se indagar sobre os principais riscos, tendências e desafios que se colocam nos tempos atuais, encontrando soluções e estratégias a tomar para assegurar a continuidade desta prática museológica.

Os respetivos autores De Varine e Filipe (2015) já aqui anunciados, encontram diversas fragilidades nas iniciativas museológicas conduzidas pelas instituições estabelecidas sobre os seus territórios, que exercem uma ação cultural perante os mesmos, reconhecendo o seu património vivo como parte da comunidade local. Estas iniciativas locais dificilmente alcançam um reconhecimento institucional e enfrentam constantes riscos que poderão comprometer a sua continuidade ao longo do tempo¹⁹⁶. Sobre diversas condicionantes, sejam relacionadas com organização, financiamento, relação político-administrativa, seja sobre a normalização imposta aos museus e equipamentos culturais, os ecomuseus tornam-se uma prova viva de superação e de ação militante sobre diferentes contextos.¹⁹⁷

Justifica-se a necessidade de colocar em evidência algumas questões sobre estas dificuldades, colocando em prospetiva um futuro próximo, vejamos:

¹⁹⁶ Temporalmente, estas iniciativas determinam uma estreita relação com o momento da sua criação, podendo comprometer a sua viabilidade. Veja-se “*Envelhece mal, pois está estreitamente ligado aos seus fundadores e ao momento de criação.*” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015) *“Que Futuro Para os Ecomuseus?”* AL-MADAM II Série (19) Janeiro 2015, p.21

¹⁹⁷ “*Resultante deste processo, o ecomuseu é uma inovação metodológica que deu prova de eficácia, tanto para a ação cultural, como para a valorização do património e para o desenvolvimento local.*” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015) *“Que Futuro Para os Ecomuseus?”* AL-MADAM II Série (19) Janeiro 2015, p.21

Poderá o ecomuseu ser integrado na normalização dos museus, tendo admitido uma musealização progressiva do património territorial? O Ecomuseu prosseguirá na via da inovação para acompanhar as mudanças da sociedade, colocando a noção de património vivo como ferramenta para o desenvolvimento local? O Ecomuseu conformar-se-á em apenas integrar ou agrupar museus locais existentes, que conservam coleções de etnologia, arqueologia ou história? Que em última análise, remetem para uma categorização de museu, prescindindo da noção de património vivo, distanciando-se da afirmação dos três termos para que deve atuar: *território, património e comunidade*.¹⁹⁸

O artigo colabora num diagnóstico sobre três grupos de questões que serviram de linhas de reflexão sobre os principais fatores condicionantes ao desempenho dos Ecomuseus, encontram-se agrupados em: *i) riscos*, sobre o carácter inovador e experimentalista dos ecomuseus, em relação à normalização progressiva dos museus; *ii) tendências*, que operam no quadro das estruturas e instituições locais; *iii) desafios*, que determinam novas metodologias, implementação de estratégias que otimizam o papel cultural dos ecomuseus.

Nesta ordem de ideias, os autores (DE VARINE & FILIPE, 2015:23-28) demonstram que os riscos são de variadas naturezas, como exemplificarei seguidamente com uma descrição sintetizada de encontro ao artigo:

a) Risco político; Este poderá incorrer na instrumentalização de entidades culturais, para afirmação do poder político local, sujeição a alterações na conduta política, comprometendo o papel efetivo das entidades culturais no desenvolvimento do território. Respostas a exigências sociais maioritárias, que secundarizam ações políticas sobre o setor cultural e de património. Favorecimento do impacto do património sobre o turismo e consequente pressão sob museus locais e equipamentos culturais.

b) Risco económico; Este compromete a dependência das entidades culturais, face ao financiamento público ou subvenções de investimento, necessários para alocação de recursos técnicos, humanos e materiais. A precariedade dos orçamentos base constitui uma ameaça para o desenvolvimento das instituições culturais, tratando-se normalmente de uma estrutura “*sem fim lucrativo*” ou em que os recursos económicos

¹⁹⁸ Veja-se: “*Uma Prospetiva Indispensável*” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015) “*Que Futuro Para os Ecomuseus?*” AL-MADAM II Série (19) Janeiro 2015, p.22

gerados decorrem de receitas turísticas ou produção local tradicional, apresentando imprevisível rendibilidade.¹⁹⁹

c) Risco de mudança de geração; Trata-se do risco de impermanência geracional e volatilidade das mudanças sociais, os princípios de uma instituição ecomuseal estão ligados a dado momento da história do território e população. Uma mudança da geração profissional, desde os principais decisores nas instituições culturais ou autarcas locais, poderá incorrer numa interpretação diferente do património, mais distante dos seus conceitos iniciais, suscetíveis de serem preservados.²⁰⁰

d) Risco da não-pertinência; Convoca um olhar sobre o Ecomuseu de outros *stakeholders*, elementos externos e atores de desenvolvimento local, que variam desde agentes turísticos, produtores locais, administrativos, associados ou investigadores. Estes desempenham um papel importante na valorização da entidade museológica e reconhecimento do património, enquanto recurso para o desenvolvimento sustentável²⁰¹.

e) Risco de Interesses particulares; Este diz respeito às intenções de ordem pessoal, que colocam em risco o cumprimento de deveres de isenção e imparcialidade²⁰², associado a funções exercidas sobre o património cultural.

f) Risco da coleção; Prende-se a um conceito base do ecomuseu, que a coleção não prevalece sobre a gestão do património e da comunidade a que está associado o Ecomuseu. Existe a normalização de regulamentos comuns a todos os museus, que exigem uma gestão e responsabilidade sobre a coleção e acervo representativos do museu. A inventariação, recolha e aceitação de doações, deveram ser aceites e acrescentadas à coleção. Esta vertente adaptada aos projetos museológicos de dimensão

¹⁹⁹ Veja-se “Os recursos próprios dos ecomuseus são, na melhor das hipóteses, fracos ou imprevisíveis, quando decorrem de receitas turísticas e de produção locais tradicionais em processo de redescoberta e de modernização” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 24

²⁰⁰ “Passado o tempo e quando uma nova geração ativa acede ao poder de iniciativa e de decisão, o ecomuseu, fundado pela geração precedente, mantém o seu interesse para a nova? A sociedade mudou, as atividades do passado podem ter desaparecido, o olhar sobre o património é diferente.” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 24

²⁰¹ Entenda-se, “Como dar ao ecomuseu uma “plasticidade” suficiente para que possa ser reconhecido como útil e pertinente pelo maior número possível dos atores de desenvolvimento local, que consideram ter legitimidade para se interessar pelo património?” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 25

²⁰² “O dever de isenção consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce. O dever de imparcialidade consiste em desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos.” Veja-se: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014) Diário da República n.º 117/2014, Série I de 2014-06-20, Artigo 73.

territorial, dada a complexidade e amplitude do serviço à comunidade prestado pelo Ecomuseu, torna-se necessária uma mobilização da coleção cada vez mais exigente e extensiva, além de garantir os recursos necessários à sua conservação, proteção, armazenamento ou tratamento, face ao inventário do património musealizado²⁰³.

g) Risco da patrimonialização; Este risco pressupõe a hipótese de imobilização do património cultural, incorrendo numa valorização económica com recurso à sua proteção legal, administrativa e uma normalização que evidencia uma legitimidade face ao seu estatuto patrimonial. Este processo torna-se incompatível com uma ação participativa da comunidade, através da reutilização do património, enquanto um recurso vivo e circulante para o desenvolvimento do território²⁰⁴.

h) Risco da Norma Imposta; Este diz respeito às leis e regulamentação aplicada aos museus, enquanto instituições culturais de estatuto próprio. A mesma normalização é aplicada aos ecomuseus que enunciam princípios muito particulares, por exemplo, face à classificação de uma coleção museológica em função da sua disciplina base, os ecomuseus representam todo o património de um território, que poderá abranger todas as áreas disciplinares.²⁰⁵ O formalismo rigoroso poderá comprometer o carácter experimental e inovador que os ecomuseus procuram fortalecer junto da população, com adaptação do seu meio e território.

i) Risco do Modelo; Este decorre da afirmação da singularidade, que cada ecomuseu representa. Trata-se de contextos territoriais, sociológicos, históricos, identitários que configuram uma dimensão única e incomparável, com outras realidades de dimensão ecomuseal. Os autores defendem uma atuação própria dos ecomuseus em conformidade com o território e comunidade para que atuam, contudo, reconhecem o

²⁰³ “O debate sobre a patrimonialização e o balanço da gestão patrimonial, uma vez que no Seixal o ecomuseu foi assumido como “serviço de património” no âmbito territorial, são cruciais para compreender os atuais problemas e encarar soluções para o futuro do Ecomuseu” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 26

²⁰⁴ “Essa espécie de imobilização do património não lhe permitirá continuar a viver naturalmente, a ser utilizado, a circular no território, se for o caso. (...) Neste caso, o ecomuseu fica no fio da navalha, entre a valorização cultural, que implica manter com vida o património reconhecido como tal pela comunidade, e a valorização económica, que implica muitas vezes uma reutilização, sob formas diversas, de elementos do património.” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 26

²⁰⁵ “O ecomuseu, que representa o património de um território, utiliza todas as disciplinas mas não se reconhece em nenhuma em particular.” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 27

interconhecimento e cooperação entre ecomuseus, como necessários para assegurar uma viabilização das metodologias e projetos que enriquecem a experiência ecomuseal²⁰⁶.

j) Risco da organização; A credibilidade do ecomuseu está assente na sua organização e este apresenta estatutos jurídicos diferentes para cada país, tratando-se de um empreendimento cultural com recurso a financiamento externo público e/ou privado, também interno, proveniente de atividades lucrativas próprias ou investimentos por membros ou associados diretos. Este sistema é suportado por vários intervenientes, conduzindo a uma organização representada em parte pela comunidade participativa, desde voluntários, profissionais, técnicos a investigadores, regularizada por uma equipa técnica de trabalho competente. O risco recai na capacidade de gerir de uma forma consistente e eficaz as variadas partes envolvidas na organização do Ecomuseu.²⁰⁷

k) Risco da profissionalização; Este risco prende-se ao carácter essencialmente comunitário dos ecomuseus, que reportam ao fato dos projetos surgirem da vontade de um fundador ou vários membros em representação de uma comunidade, sediados em determinado território²⁰⁸. Implica que uma maioria destes agentes locais não possui uma especialização técnica e científica que os qualifique em termos profissionais, recorrendo à contratação de técnicos competentes e ao voluntariado, para proceder às atividades programadas pela entidade museológica. In corre-se ao risco de um afastamento progressivo destes profissionais face ao território, como também, se reconhecem fragilidades a nível de formação universitária e profissionalização em técnicos especializados em ecomuseologia.

²⁰⁶ DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 27

²⁰⁷ Perceba-se, “*Embora seja evidente que uma vontade ideológica de democracia participativa total conduziria à ineficácia e ao caos, uma governança demasiado estrita, sob pretexto de rigor, de profissionalismo e de eficácia, poderia matar a inovação, a liberdade de iniciativa e o espírito de experimentação.*” Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 28

²⁰⁸ “*Trata-se de pessoas entusiastas, mas não especialistas, no sentido profissional do termo*”, Em: DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015), p. 28

5.2. Implicações no património face ao desenvolvimento e Inovação social

Em Carlos Fortuna (2012), o autor esclarece a relação entre património e a tradição, introduzindo a questão do desenvolvimento do turismo na atualidade. Nesta análise é discutido o assunto, enquanto recurso para a valorização do significado patrimonial, como já referimos anteriormente, incorrendo a constantes riscos para os referentes ideológicos que sustentavam as práticas culturais, assegurados até as últimas décadas do século XX²⁰⁹. O autor pretendeu estabelecer uma reflexão sobre as relações existentes entre o património e o turismo, afirmando respetivamente, que quanto à conservação e proteção do património, tal como o reconhecemos, é concretizado por autonomia institucional²¹⁰ não convergindo numa relação direta com pretensões da indústria ou mercado turístico, explicitamente, por o esforço de garantir uma tradição sociocultural representativa para determinada comunidade ou território. A partir desta distinção, o autor coloca a questão “o que significa afirmar que conservar o património não equivale a conservar a tradição cultural?” (FORTUNA, 2012:24).

Sucintamente, a tradição é entendida como uma reprodução cultural de padrões comportamentais e práticas sociais, que afirmam uma predisposição para determinada comunidade em assegurar uma proximidade com o seu passado cultural²¹¹. Contudo, esta realidade seguirá em permanente renovação, por detrimento dos mecanismos de mudança sociocultural. Surge então uma primeira diferenciação, é imprescindível a criação de uma distância histórica e/ou temporal²¹², quando se trata do tratamento museológico ou de questões tão elementares quanto a conservação e classificação do património pelos agentes institucionais.

²⁰⁹ Cf. FORTUNA, Carlos (2012) *Património, Turismo e Emoção*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 97, Junho, pp. 23-40

²¹⁰ Cf. FORTUNA, Carlos (2012) op. cit., p. 24

²¹¹ “A relação do património com o passado está hoje diretamente envolvida na discussão sobre o lugar da memória na sociedade contemporânea.” Cf. FORTUNA, Carlos (2012), op. cit., p. 30

²¹² “A criação desta distância temporal é essencial para que se possa nomear e dar significado próprio ao património” Em: FORTUNA, Carlos (2012), op. cit., p. 24

Entenda-se por isso, que é na distância que reside o *ato patrimonial*. Este fenômeno surge em muitas das reflexões do autor, permitindo diagnosticar um processo que designou de “*destradicalização da tradição*” (FORTUNA, 1997).

Implica reconhecer a autonomização ontológica dos bens patrimonializados. Não constituem elementos significativamente vinculados ao quotidiano atual dos sujeitos. Podem, porém, por efeito da distância temporal que sustenta o seu reconhecimento enquanto patrimônio, surgir desligados da realidade imediata e do presente vivido, assim como também desvinculados dos usos sociais concretos que terão servido²¹³.

Decorre da capacidade das instituições para definição e classificação do patrimônio histórico e cultural, para deste modo, estabelecerem o que deve ou não ser objeto da proteção ou conservação e, assim, de consagração e reconhecimento social alargado, como explica o autor, “(re)investidos de significado histórico” (FORTUNA 2012:24). Para o autor, as garantias epistemológicas que sustentavam a classificação e legitimidade para atribuir significado patrimonial, encontram-se atualmente desconstruídas e em revisionamento.²¹⁴ Colocando a hipótese de sujeitos modernos tornarem-se os principais responsáveis pela atribuição do valor, incluindo os próprios turistas, “enquanto receptores e consumidores diretos do patrimônio não se isentam de conferir livremente atributos e significados” (FORTUNA, 2012:25).

²¹³Cf. “O seu uso corrente constitui a mais elementar prática de manutenção da tradição, distanciando-se portanto da elaboração conceptual e seleção que preside à definição do patrimônio.” Em: FORTUNA, Carlos (2012), op. cit., p.24

²¹⁴Cf. “Os objetos, lugares ou práticas socioculturais patrimonializados têm significados histórico-culturais consagrados que destacam qualidades e valores mnemónicos, estéticos ou técnico-científicos que estão para além do sentido e do valor originais diretamente associados à sua utilidade prática de outrora” Em: FORTUNA, Carlos (2012), op. cit., p.25

6. CONCLUSÃO

6.1. Conclusões Gerais

A presente investigação teve como principal objetivo o apuramento das dinâmicas assumidas no projeto de requalificação vigorizado no antigo complexo industrial da Mundet, enquanto um diagnóstico que estabelece premissas de preservação, salvaguarda, renovação e sustentabilidade do património cultural, ao que o projeto deverá corresponder integralmente. É colocado em parte considerável da investigação, o papel efetivo do Ecomuseu Municipal do Seixal, enquanto entidade detentora de um relevante espólio de objetos, lugares e histórias, assumindo por isso a compilação de documentos arquivísticos, registos fotográficos e visuais, em recorrentes e significativas investigações sobre o património histórico e natural do concelho do Seixal. Coloca-se a questão da sua autonomia e interdependência, confrontando com os seus componentes externos, comprometidos a nível político, social e económico. Sucintamente, trata-se de esclarecer o papel dos agentes locais ou intervenientes diretos a título autárquico, administrativo ou jurídico, que deliberam em que circunstâncias o desenvolvimento do território deve ser intervencionado, em benefício do crescimento económico, alocução de recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento de projetos, sejam de natureza sociocultural, sejam no âmbito de ordenamento do território, planeamento urbanístico e paisagístico, com prioridade em garantir os fatores indispensáveis para o bem-estar da população, nas várias dimensões e setores de atividade, admitidos no seu contexto governamental.

Das reflexões abordadas na primeira parte da dissertação, dimensiona-se a problemática colocada no âmbito disciplinar da museologia e sociomuseologia, com o objetivo de representar os valores e princípios sociológicos que traduzem um esforço de adequação por parte das entidades museológicas e iniciativas culturais, aos condicionalismos da sociedade contemporânea²¹⁵. As dinâmicas geradas em torno de vários pressupostos interdisciplinares anunciados pela nova museologia, encontram-se em recorrente atualização e desenvolvimento, confrontando todas as preocupações que colocam em risco a efetividade da sua atuação face ao património natural e cultural,

²¹⁵ MOUTINHO, Mário C. (2007) *Definição Evolutiva de Sociomuseologia- Proposta de Reflexão*, Cadernos do CEOM – Ano 27, nº41, Museologia Social, pp. 423-427

tangível e intangível, detendo um reconhecimento desse património enquanto recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

As intervenções colocadas a título exploratório, que advém desde o início dos anos 1970, como a *Declaração de Santiago do Chile* (1972), a *Declaração de Québec* (MINOM, 1984), as convenções protagonizadas pela UNESCO, sugestivamente, Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) Convenção para salvaguarda do património Imaterial (UNESCO, 2003); Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005); foram muito importantes para a clarificação das ideologias assentes nas práticas museológicas em contexto sociológico. Consideradas a nível local, nacional e além-fronteiras, esclarecem na prática uma abordagem globalmente inerente para necessidade de um compromisso coletivo, em rede de partilha e interconhecimento, convocando a participação ativa da população. Em suma, práticas que asseguram uma responsabilidade social própria da intervenção museológica²¹⁶.

6.2. Implicações para a teoria e prática

Face ao compromisso natural do Ecomuseu Municipal em assegurar a interdisciplinaridade dos campos temáticos representativas do concelho, adaptados nos núcleos museológicos que detêm. Integrando para esse fim, um sistema museológico descentralizado noterritório, contudo detendo uma estrutura organizacional e funcional centralizada. Compreende-se nesta instituição uma inerência da complexidade exposta a seu encargo e responsabilidade. Face às constantes mudanças e dinanismos gerados na sociedade contemporânea, atravessam-se novos tempos e novos desafios que exigem um revisionamento das linhas programáticas do EMS²¹⁷.

Numa linha de análise a respeito do PRM, trata-se de um conjunto de projetos aprovados e propostos pela CMS, para a reutilização da área compreendida do que outrora foi o complexo industrial da Mundet. Dado a centralidade e relevância histórico-cultural, este espaço tornou-se atualmente um recurso de excelência para o desenvolvimento do território. Algumas implicações surgem desta análise, nomeadamente, o recurso ao investimento de agentes interessados para a exploração do

²¹⁶ MOUTINHO, Mário C. (2007) p. 424

²¹⁷ Cf. "Presentemente, mantemos a opinião, ainda mais reforçada pelas circunstâncias e atual contexto, de que a programação museológica do EMS deve ser objeto de atualização de forma integral" Em: GRAÇA, Filipe (2011) "Documento para a programação museológica do EMS centrada na Mundet" p. 2

sítio, em benefício de valores economicistas e cedência à pressão que o turismo exerce junto das autarquias portuguesas. Legitimamente, coloca-se em questão o compromisso por parte destes agentes em assegurar medidas de preservação do sítio, que vieram a ocupar, compreendendo a sua história e relevância patrimonial, presentes ainda na memória coletiva da comunidade local. A sustentabilidade da Mundet atravessa esta dualidade, no respeito pela sua ligação à história do território e da comunidade, em fazer como assegurar premissas de inovação e dinamização do território, que conduzam à sua fruição e participação ativa da população, cumprindo o seu papel de património vivo e atuante.

6.3. Limitações e sugestões para futuras investigações

Esta investigação foi conduzida numa prospetiva de analisar o passado, o presente e um possível futuro para a Mundet. Tal incentivo, coloca-nos a primeira limitação de todas, a impossibilidade de averiguar com o desenrolar do PRM, vigente no presente desta investigação, uma comprovação e apuramento de resultados visíveis e efetivos, que esclareçam uma visão do que será a futura Mundet. É adequado colocar em proposta, para futuras investigações, uma comprovação de resultados que equacione a coesão e comparticipação dos projetos afetos ao PRM, no ponto de vista da fruição de maior número de visitantes, maior dinamização do setor cultural em conformidade interdisciplinar com outras modalidades: como o turismo, comércio local, restauração, atividades desportivas, de recreação e lazer. Para tanto, relevando sempre que possível, uma vigilância de boas práticas, com favorecimento do património cultural e natural dos territórios, em cumprimento de políticas de salvaguarda, conservação e interpretação dos mesmos, enquanto testemunhos vivos do homem e do seu meio.

O mesmo exercício se coloca sobre uma comprovação da programação do EMS. Em particular, visto que a investigação se centra no núcleo da Mundet, reconhecemos uma reconversão programática da sua integração com o edifício *de Rebaixar*, edifício complementado com áreas de apoio, investigação e reservas centrais, para acomodar a atual coleção museal, acervo documental e arquivístico do EMS. Nesse sentido, também esta nova disposição funcional assegurará o bom funcionamento do museu, designadamente, na capacidade de acolher os visitantes, adaptando princípios de inclusividade e participação social, enquanto direitos fundamentais do cidadão. Por sua vez, a dinâmica de funcionamento integrado do ecomuseu da Mundet, no conjunto das

suas instalações museológicas, será desenvolvida pela transmissão de conhecimento e atividades pedagógicas, da responsabilidade do Serviço Educativo, que acompanha em paralelo toda a experiência entre mãos.

Igualmente, o sucesso de toda a operação ecomuseal, que decorre neste espaço bem delimitado, estruturado e definido pelas entidades intervenientes, ainda tem necessidade de uma materialização concreta e factual das intenções decorrentes do seu percurso constitutivo e evolutivo natural, ao longo do tempo e do processo de caracterização ecomuseal, com as expressões construtivas e funcionais que atualmente se prevêem para o futuro, através do novo projeto de construção de um hotel no local, com as referências simbólicas das memórias locais e do património construído. De qualquer forma, ainda falta a concretização desta última fase projetual, que ainda não foi realizada, nem pode ainda ser concretamente avaliada e compreendida, em toda a extensão da sua intervenção, sobretudo nos impactos funcionais e estéticos sobre o meio ambiente e sobre toda a comunidade usufruidora deste novo equipamento em projecção, de grande visibilidade social e cultural.

Para concluir, assumindo o objetivo de integrar os Ecomuseus no desenvolvimento sustentável do território, património e comunidade, em citação, “trata-se da capacidade dos seus promotores e dos seus militantes para continuar a inovar, a experimentar, a mudar com a sociedade, para fazer com que o património vivo dos territórios seja um verdadeiro recurso para o desenvolvimento desses mesmos territórios.” (DE VARINE & FILIPE, 2015:36)

Finalmente, acredita-se que este trabalho permitiu ir ao encontro de uma realidade física existente, com os seus problemas e condicionalismos em curso, estruturada ao longo de uma sequência temporal de quase um século de existência, a qual tem imensas potencialidades como memórias de um passado já extinto e impossível de recuperar, a não ser através da adequação do seu uso a objetivos mais modernos e pertinentes, como agora se pensa. Nesse sentido, o património do sítio em foco fará todo o seu percurso funcional e temporal, face ao futuro. Este trabalho aprofundou todos os aspetos relacionados por esta problemática e procurou abrir e avaliar os novos caminhos do equipamento face ao futuro. Dada a sua complexidade, esta temática não se esgotou nos tempos presentes, antes procurou abrir caminho para o futuro, sintetizando o processo atual e mostrando o vasto campo de informação para

novos programas de investigação que, certamente, pela sua atualidade, ainda serão conduzidos depois, por quem se venha a interessar-se por estas temáticas.

Por último, quanto às instalações da Mundet, a sua memória perdurará durante muitos anos e, de uma maneira ou de outra, espera-se que se venham a satisfazer os interesses e os objetivos museológicos das gerações vindouras, pois o local tem recursos e potencialidades para isso. E, embora as instalações da Mundet ainda tenham marcas visíveis do seu processo de degradação e da passagem do tempo, o seu horizonte é o que a sociedade quiser, com imensas possibilidades de sucesso. De facto, as gerações futuras têm um papel relevante a desempenhar na ecomuseologia. Esperemos os resultados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- Fontes

Centro de Documentação e Informação (CDI-EMS)

FILIPE, Graça (2011) *Documento para a programação Museológica do Ecomuseu Municipal da Seixal centrada na Mundet*. Divisão de Património Histórico e Museus, Documento de Arquivo EMS-CDI, Seixal;

GENIN, Soraia (Arq^a e coord.) (2005) *Núcleo da Mundet: Imóveis 47, 89, e 96 - Programa preliminar*, Soraia Genin - Arquitetura e Restauro LDA, Junho, 2005, EMS-CDI, Seixal;

Proposta de Regulamento do EMS (2007) redigido por Divisão de Património Histórico e Natural - CMS, EMS, Seixal;

Revisão de levantamento de Campo (2006), Divisão do Património Histórico e Natural EMS, Levantamento do Património Industrial, Seixal;

ROSA, Francisco (2013) *Fábrica Mundet- Edifícios 46 a 48 Levantamento Arquitetónico*, Programa Preliminar, EMS-CMS, Seixal;

SABINO, Fátima (2007) *Mundet & C.ª, Lda. – Relatório da Oficina de Rebaixar, Imóvel 47*. Ecomuseu Municipal do Seixal, Inventário do património Industrial, Julho de 2007, EMS, Seixal;

Decretos-Lei e Regulamentos

Decreto-Lei 163/2006, *Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos públicos, via pública e edifícios habitacionais*, 8 de Agosto, Diário da República n.º 152/2006, Série I de 2006-08-08.

Diário do Governo (1904) n.º 296 de 31.12.1904, pp. 4611 - 4612.

Edital N.º 91/1991 “*Regulamento de Proteção aos Núcleos Urbanos Antigos do Concelho do Seixal*”, Publicado em 3 de Julho de 1991, CMS.

Edital Nº244/2018 “*Hasta Pública para Alienação de imóvel para construção de Empreendimento Turístico Mundet*”, Retificação ao Edital nº184/2018 de 19 de Junho. Publicado em 27 de Junho de 2018. CMS [Disponível Online] Em: http://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/editais/skmbt_c55218062716360.pdf

Edital Nº304/2018 “*Hasta Pública para Alienação de imóvel para construção de Empreendimento Turístico Mundet*”, Publicação de Levantamento topográfico, nos termos 9.1 do Regulamento de Hasta Pública - Edital nº244/2018, de 27 de Junho, Publicado em 17 de Agosto de 2018. CMS [Disponível Online] Em: http://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/editais/edital_n.o_304_2018_-_publicitacao_de_levantamento_topografico_hasta_da_mundet.pdf

Edital Nº500/2018 “*Hasta pública para Alienação de imóvel para construção de empreendimento turístico Mundet*”, Homologação de propostas. 2^a fase. Ato público. Publicado em 26 de Dezembro de 2018. CMS [Disponível Online] Em: http://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/editais/edital_n.o_500_2018_-_homologacao_de_propostas_2a_fase.pdf

seixal.pt/sites/default/files/editais/500_hasta_publica_para_alienacao_de_imovel_para_construcao_de_empreendimento_turistico_mundet_homologacao_de_propostas_2a_fase_ato_publico.pdf

Lei n.º 35/2014, *Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas*, Diário da República n.º 117/2014, Série I de 2014-06-20, Artigo 73.

Lei n.º 47/2004, *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19;

Ministério do Trabalho (1907) *Boletim do Trabalho Industrial. Relatório anual da 3ª Circunscrição*, 1905, Direção Geral do Trabalho, Imprensa Nacional, N.º 2, Lisboa.

2- BIBLIOGRAFIA

“A Criação de uma Reserva Ecológica no Concelho do Seixal” Em: *Memórias da Zona Ribeirinha*, Agenda Municipal, nº 34, Julho/Agosto de 2009, p. 67;

“A riqueza que vem do Tejo: Baía do Seixal” (2001) *Jornal da Região*, 5 de Junho de 2001, Seixal;

“Armazém 56 – Arte Sx é inaugurado no dia 25 de Abril” (2018), Comunicação institucional CMS, 20 de Abril de 2018 (Consultado online, 25/10/2019, 19:27) Em: <http://www.cm-seixal.pt/noticia/armazem-56-arte-sx-e-inaugurado-no-dia-25-de-abril>

“Baía vai receber 17 projetos para a descarbonização” (2018) *O Seixalense*, ano II, nº 69 10 de Abril, Seixal;

“Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal. Guia de Apoio ao Utilizador” (2018) Município do Seixal – Câmara Municipal DCP [Documento Online] https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/cdi_guia_de_apoio_ao_utilizador.pdf

“Da fábrica de cortiça a hotel de 5 estrelas” (2018) Expresso, Publicado a 10 de Junho de 2018 [Disponível Online] (Consultado a 26/10/2019, 17:00 h)
Em: <https://expresso.pt/economia/2018-06-10-Da-fabrica-de-cortica-a-hotel-de-5-estrelas>

“Desenvolvimento sustentável do Seixal: protocolo devolve zona ribeirinha à população” *Notícias do Seixal*, Ano II, nº 71, 5 de Março de 2005, Seixal;

“Desporto na Mundet: Uma Tradição Renovada” (2016) EMS-CMS, 16 de Abril 2016. Comunicação site institucional CMS, (Disponível online, consultado a 17-10-19, 18:20)
Em: <http://www.cm-seixal.pt/noticia/exposicao-desporto-na-mundet-uma-tradicao-renovada>

“Diário da Região Setubalense”, 8 de Abril de 2018 (Disponível online, consultado a 17-10-19, 18:00) Em: <https://www.diariodaregiao.pt/local/seixal/2018/04/08/mata-da-mundet-no-seixal-vai-ser-parque-de-lazer-com-cinco-hectares/>

“Identidade Ribeirinha” (2009) Em: Agenda Municipal, nº 34, Julho/Agosto, 2009, pp. 59-64; Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal, Seixal;

“Município do Seixal adjudica Hotel Mundet: Empreendimento turístico na frente ribeirinha integra estratégia ligada ao património.” (2019) Rostos - Diário Digital (Publicado em 27.03.2019, 20:26h) (Consultado a 26/10/2019,17:58) [Disponível Online] Em: <https://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=14003221&mostra=2>

“Novo Espaço de Lazer: Passeio Ribeirinho Arrentela-Seixal abre à População” Boletim Municipal nº 421, 07 de Outubro de 2005; “Parque Ribeirinho de Amora: Obras de requalificação já começaram” Boletim Municipal nº 418, 29 de Julho de 2005 Artigos periódicos, Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal;

“O Museu Integral: panorama histórico”, Artigo publicado em blogspot (Consultado Online a 25/05/2019, 19:45h) Em: <http://vidaculturadiversaoarte.blogspot.com/2015/06/o-museu-integral.html>

“Parque Urbano do Seixal” (2018) Apresentação - Fórum Cultural do Seixal, 7 de Abril de 2018, CMS, (pp.18) [Documento Online] Descrição do equipamento cultural no site institucional CMS; Em: <http://www.cm-seixal.pt/noticia/parque-urbano-do-seixal-abre-ao-publico-no-dia-25-de-abril>; <http://www.cm-seixal.pt/equipamento/parque-urbano-do-seixal> (Consultado a 16/10/2019, 17:50 h)

“Plano de Valorização da Baía Natural do Seixal” (Folheto) distribuição CMS; “Valorização da Baía do Seixal” (2000) Agenda Cultural, nº 19, Julho/Agosto, pp. 54-59; Em: Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal;

“Projeto Arco Ribeirinho Sul: Começou a descontaminação dos solos industriais no Seixal e no Barreiro”, Boletim Municipal, nº 544, 18 de Fevereiro de 2011, Seixal;

“Prolongamento do Passeio Ribeirinho do Seixal e Projeto Integrado de Qualificação do Espaço Público do Seixal” (2010) Boletim Municipal, nº 532, 23 de Julho de 2010, Seixal;

“Requalificação do núcleo urbano antigo do seixal avança até ao final do ano” (2015) Boletim Municipal, nº 650, 30 de Outubro de 2015, Seixal;

“Reunião de Câmara de 5 de Abril: Seixal aprova instalação do acervo da Intersindical Nacional na Mundet” (2018) Boletim Municipal do Seixal nº 705, 12 de Abril de 2018, Seixal;

“Valorização da Baía do Seixal e Áreas Envolventes “ (1997) Em: *Notícias do Ambiente*, Ano II, Nº 15, Maio de 1997; Artigo periódico, Fundo Local - Câmara Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal, Seixal.

AFONSO, Fátima (Coord.) (2008) “Carta do Património do Concelho do Seixal - O sítio industrial da Mundet (Seixal) inventário de património cultural imóvel” Em: Ecomuseu Informação, Boletim Trimestral (Jan. Fev. Mar.), Seixal;

AFONSO, Maria de Fátima (2000) *Levantamento e identificação de unidades industriais da cortiça no concelho do seixal – dados para a história da indústria corticeira na margem sul do estuário do tejo*. Em: “Cortiça Património Industrial e Museologia” (2003) Conferência,

Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, Câmara Municipal do Seixal, Ecomuseu Municipal, Seixal, 2000. [Documento eletrónico em CD-ROM] ISBN 972-8740-10-7.

ALMEIDA, João Ferreira de (coord.) (1995) “*Metodologia da pesquisa empírica*” Em: *Introdução à Sociologia*, Universidade Aberta, Lisboa;

ANICO, Marta & PERALTA, Elsa (2007) “*Political and social influences affecting the sense of place in municipal museums in Portugal*” Em: KNELL, Simon J. (Ed.) (2007) *Museum Revolutions. How museums change and are changed*, Routledge;

AZEVEDO, Carlos A. Moreira, & AZEVEDO, Ana Gonçalves de (2004) *Metodologia Científica: Contributos práticos para elaboração de Trabalhos Académicos*, 7ª edição UCE: Lisboa;

BURLON, Bruno (2015) *A Invenção do Ecomuseu: O Caso do Écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines e a Prática da Museologia Experimental*, MANA, Vol. 21, nº2, Rio de Janeiro;

BURLON, Bruno (2018) “*Passagens da Museologia: a Musealização como Caminho*” Em: *Seminários de Pesquisa em Museu e Museologia* (2017) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Património (PPG-PMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro [Disponível online]

CASIMIRO, T. & SEQUEIRA, João. (2019). *Os Deuses devem estar loucos...ou a emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal*. Centro de Arqueologia de Almada (CAA), Al-madam online, IIª Série, nº 22, Jan., Almada [Revista Online]

Comércio do Seixal e Sesimbra, Semanário, Sexta-Feira, 20 de Abril de 2018, Ano XI, N.º 360;

CRUZ, Maria Alfreda (1973) *A Margem Sul do Estuário do Tejo: fatores e formas de organização do espaço*. Ed. da autora, Lisboa;

DAVALLON, JEAN (2018) “*À propos des régimes de patrimonialisation: Enjeux et questions*” *Sobre o Regime de Patrimonialização: Problemas e Questões* (Trad.) Em: FILIPE Graça, VALE José & CASTAÑO, Inês (Coord.) (2018) *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*, IHC - NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

DAVALLON, Jean. (2010) “*The Game of Heritagization*” Em: ROIGÉ, Xavier & FRIGOLÉ, Joan (Dir.) (2010) *Constructing Cultural and Natural Heritage: Parks, Museums and Rural Heritage*, IRPC Libres, nº4, Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural, Girona;

DE VARINE, Hugues & FILIPE, Graça (2015) “*Que Futuro Para os Ecomuseus?*” Al-madam, II Série, nº19, Janeiro, Almada;

DE VARINE, Hugues (1973) *Un Musée Éclaté: le Musée de l'Homme et de l'Industrie*, Museum, vol. XXV, n.4. Lyon;

DE VARINE, Hugues (1987) *O Tempo Social*. Camargo-Moro, Fernanda & Novaes, Lourdes Rego (Trad.) Eça Editora, Rio de Janeiro;

DE VARINE, Hugues (1992) *Les musées au service du développement*. Vagues. Collection Museologia, vol 1, Press Universitaires, Lyon;

DE VARINE, Hugues (2012) *As Raízes do Futuro: O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*. Horta, Maria de Lourdes (Trad.). Medianiz, Porto Alegre;

DE VARINE, Hugues (2017) *L'écomusée singulier et pluriel: un témoignage sur cinquante ans de muséologie communautaire dans le monde*. L'Harmattan, Paris;

DELOCHE, B. (2001) *Le musée virtuel*, Presses Universitaires de France, Paris;

DELOCHE, B. (2007) “Définition du musée” Em: DESVALLÉES, André. & MAIRESSE, François (2007) *Vers une redéfinition du musée?*, Ed.L'Harmattan, Paris;

DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François. (2011) *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Armand Colin, Paris;

DESVALLÉES, André (1992) *Vagues: Une Anthologie de la Nouvelle Museologie*. M. N. E. S., Paris;

DESVALLÉES, André, & MAIRESSE, François (2013) *Conceitos-chave de Museologia*. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, (tradução e comentários) Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo;

DOMINGUES, Maria Manuela de Abreu Borges (1986) *O Seixal no Museu: Contribuição para o Estudo do Fenómeno Socio-Cultural dos Recentes Museus Locais em Portugal. Estudo de um Caso: Museu Municipal do Seixal - Ecomuseu de Desenvolvimento*. Estudo Monográfico no âmbito do Seminário de Investigação de Licenciatura em Antropologia Cultural, Universidade Nova de Lisboa - Departamento de Antropologia Cultural, Lisboa;

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria (2002) “Conceitos e Proposições Presentes Em Vagues, A Antologia da Nova Museologia”. Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, no 31, Porto Alegre;

FILIPE, Graça & AFONSO, Fátima (Coord.) (2010) *Quem Diz Cortiça Diz Mundet*, CMS-EMS, Seixal;

FILIPE, Graça & DE VARINE, Hugues (2015) *Que Futuro Para os Ecomuseus?* Al-madam, II^a Série, Nº19, Janeiro;

FILIPE, Graça (1992) "Breve abordagem à história da indústria da cortiça no concelho do Seixal". *Almadan*. Centro de Arqueologia de Almada. II^a série, n.º 1, Almada;

FILIPE, Graça (2000) *Cortiça, Património Industrial e Museologia: Recursos de desenvolvimento à escala do território do seixal* Em: “*Cortiça Património Industrial e Museologia*” (2003) Conferência, Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”,

Câmara Municipal do Seixal, Ecomuseu Municipal, Seixal, 2000. [Documento eletrónico em CD-ROM] ISBN 972-8740-10-7.

FILIPE, Graça (2004) *Antecedentes da criação de um museu no concelho do Seixal. Das ideias e acções anteriores a 1974, à emergência de um projecto cultural e do museu municipal*, Revista Musa, nº1, 2004;

FILIPE, Graça (Coord.) (2002) “Água, Fogo, Ar, Cortiça - Exposição Temática sobre a Mundet” Catálogo, EMS, Câmara Municipal do Seixal, Seixal;

FILIPE, Graça (Coord.) (2005) *Ecomuseu Municipal Industrialização no concelho do Seixal: séc. XIX e XX*, documentos de apoio [Texto policopiado] EMS, DCA, nº3,2 vol., Seixal. Disponível no CDI-EMS.

FORTUNA, Carlos (2012) *Património, Turismo e Emoção*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 97, Junho, Coimbra;

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (2002) “Monumentalidade e Cotidiano: Os Patrimônios Culturais como gênero de discurso” Em: LIPPI OLIVEIRA, Lúcia (2002) *Cidade: História e Desafios*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro;

GOUVEIA, Henrique Coutinho “Um Contributo Para A Divulgação do Pensamento Museológico Português” Em: PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Ed^a Afrontamento, Porto;

HOOPER-GREENHILL, Eilean (2007) “Education, Postmodernity and the Museum” Em: KNELL, Simon J. (Ed.) (2007) *Museum Revolutions. How museums change and are changed*, Routledge;

KOTLER, Neil & KOTLER, Philip (1998) *Museum Strategy and Marketing: designing missions, building audiences, generating revenues and resources*. Jossey-Bass.

LAMEIRAS, Maria Olímpia (2000) “A Noção de “Meio Técnico: Génese e Aplicação na Museologia das Técnicas” Em: *Cortiça, Património Industrial e Museologia*, Conferência Internacional, realizada a 13-17 de Abril, 2000 – EMS, Seixal.

LOURENÇO, Andreia Vale (2018) “Museu da Cidade de Aveiro — uma abordagem sobre o posicionamento na sociedade pós-moderna”. Em: FILIPE, Graça, VALE, José & CASTAÑO, Inês (Coord.) (2018) *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*, IHC - NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

LOURENÇO, Andreia Vale (2018) “Museu da Cidade de Aveiro: uma abordagem sobre o posicionamento na sociedade pós-moderna”. Em: FILIPE, Graça, VALE, José & CASTAÑO, Inês (Coord.) (2018) *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*, IHC - NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

LUZIA, Ângela (2000) “Trabalho e Identidade na Indústria Corticeira”, Câmara Municipal de Almada. Em: “*Cortiça Património Industrial e Museologia*” (2003) Conferência, Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, CMS-EMS, 2000, Seixal [Documento eletrónico em CD-ROM]

MAIRESSE, François (2011) *Muséalisation. Regard & Analyse*. Em: *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Armand Colin, Paris;

MATOS, Ana Cardoso de & BESSA, Telma (coord.) (2018) “*Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens* ” Edições UVA, Sobral;

MENSCH, Peter Van (1991) *Modelos Conceituais de Museus e sua Relação com o Património Natural e Cultural*. ICOFOM LAM.

MENSCH, Peter Van (2004) *Museology and Management: Enemies or friends?* In: *Museum management in the 21st century*. Museum Management Academy, Toquio;

MOUTINHO, Mário C. (2007) *Definição Evolutiva de Sociomuseologia - Proposta de Reflexão*, Cadernos do CEOM – Ano 27, nº 41, Museologia Social;

MUÑOZ, Salvador Forner (1989) “*Patrimonio recente y patrimonio industrial*”, Canelobre, Alacant, nº16, Alicante;

NABAIS, António (1981) *Museu Municipal do Seixal*, APOM Informações, nº26, 1980/81, Seixal;

NABAIS, António (1982) *Proposta de criação do Museu Municipal do seixal*, Setor do Património Histórico-Cultural, CMS, 3 de Maio de 1982, Seixal;

NABAIS, António (2000) *Ecomuseu Municipal do Seixal - Génese e Desenvolvimento (1979-1987)* Al-madan, II^a série, Centro de Arqueologia de Almada, nº9, Outubro, Almada;

PARAFITA, Alexandre (2007) *Património Imaterial do Douro - Narrações Orais: Contos. Lendas. Mitos*. Fundação Museu do Douro, Peso da Régua;

PERALTA, Elsa (2007) “*Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica*”, Em: *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, N.º 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Lisboa;

PEREIRA, Fernando (1981) “*Por um Museu do Concelho do Seixal*” Em: *Catálogo de Exposição: O Trabalho na História do Concelho do Seixal*, EMS, Seixal;

PESSOA, Fernando Santos (2001) *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Edições Afrontamento, Col. Viver é Preciso, nº20, Porto.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (1988) *Manuel de Recherche em Science Sociales*, Dunod, Paris;

REIS, JUDITE LOURENÇO (2018) “*Património (i)material: uma herança (des)valorizada?*” Em: FILIPE Graça, VALE José & CASTAÑO, Inês (Coord.) (2018) *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva*, IHC - NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

RIVIÈRE G. H. (1981) *Muséologie* Em : RIVIÈRE, G.H. (1989) *La muséologie selon Georges - Henri Rivière : Musée et société aujourd'hui*, Ed. Dunod, Paris.

RIVIÈRE, G.H. (1989) *La muséologie selon Georges - Henri Rivière: Musée et société aujourd'hui*, Ed. Dunod, Paris;

RIVIÉRE, George Henri. (1993) *La museología: Curso de museología, Textos y testimonios*. CASAL, Antón Rodrígues (Trad.), Col. “Arte e Estética”, nº 30, Edições Akal, Madrid;

RIX, Michael (1955) *Industrial Archaeology* The Amateur Historian, Vol. 2, No. 8, Outubro-Novembro de 1955, Londres;

RIX, Michael (1967) *Industrial Archaeology*. Historical Association Pamphlets, General series, no. 65, Londres;

SABINO, Fátima (2000) “*Energias e Tecnologias Aplicadas à Indústria da Cortiça – Um Estudo de Caso: A Mundet*” Em: “*Cortiça Património Industrial e Museologia*” (2003) Conferência, Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, 2000, CMS-EMS, Seixal [Documento eletrónico em CD-ROM]

SABINO, Fátima (2013) “*Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um Conhecimento Geral e Aplicado ao Concelho do Seixal*” Em: MONTEIRO, Bruno & PEREIRA, Joana Dias (Org.) (2013) *De Pé Sobre a Terra: Estudos sobre a Industria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Instituto de Sociologia – Universidade do Porto, IHC - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos & BRITTO, Clovis Carvalho (2018) *Hugues de Varine, Singular e Plural: Memórias sobre Museologias Comunitárias*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum, vol.13, nº2, Belém, p. 465-469 [Disponível Online] Em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000200012>

SEMEDO, Alice (2005) “*Práticas narrativas na profissão museológica: estratégias de exposição de competência e posicionamento da diferença*”. Em: SEMEDO, Alice & LOPES, João Teixeira (Coord.) (2005) *Museus, Discursos e Representações*, Edições Afrontamento, Porto;

SILVA, A. Santos, & PINTO, J. Madureira (Org.) (1987) *Metodologia das Ciências Sociais*, Ed. Afrontamento, Porto;

SILVA, Ronaldo R. & CORDEIRO, José Manuel L. (2017), “*Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial*”, Revista Faces da História, Assis-SP, v.4, nº1, Jan.-Jun;

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. (1980) “*Museology as a Science (a thesis)*”, Museologia, nº15, XI; ICOM, Estocolmo;

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. (1980) *Museology - Science or Just Practical Museum Work?* MuWop, Museological Working Papers/DOTRAM, nº 1, ICOM, Estocolmo;

“*Pavilhão Polidesportivo*” (2018) Apresentação Fórum Seixal, 7 de Abril de 2018, CMS (pp. 13). Em: https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/pavilhao_mundet.pdf [Documento Online];

FILIPE, Graça (2014) *Hugues de Varine - As Raízes do Futuro: O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, MIDAS, nº3, data de publicação a 12/05/2014; [Disponível Online] (Consultado a 15/04/2019 12h10) Em: <http://journals.openedition.org/midas/458>

RAMOS, Paulo Oliveira. (2017) "The beauty of Industrial Archaeology is that it can be practiced anywhere"- Nos 50 anos do livro *Industrial Archaeology* de Michael Rix. Arqueologia Industrial, 4ª Série, VII (1-2) Prof. Universidade Aberta e Instituto de História da Arte - FCSH [Disponível online] (Consultado 25/05/2019, 13h00)
Em: <https://www.researchgate.net/publication/324543517>

ANEXOS

Anexo 1)

Entrevista realizada no âmbito de dissertação de Mestrado:

Estudante: Duarte Fonseca Tiago

Entidade de Ensino: ISCTE-IUL (ESPP) - Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, Área de especialização - Gestão Cultural

Entrevista a Dr^a Fátima Afonso

Local: Seixal, EMS Mundet (Edifício-sede)

Data: 08 de Maio de 2019, 10:30h

Nota Biográfica

Fátima Afonso. Mestre em Museologia pela Universidade de Évora (2006), licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1988) Técnica superior na Câmara Municipal do Seixal, são-lhe atribuídas, desde finais de 2015, responsabilidades de apoio à Sra. Chefe de Divisão de Cultura e Património (responsável técnica e científica pelo museu), no que se refere à gestão e à coordenação de trabalhos de projeto do Ecomuseu Municipal, entidade museológica que integra atualmente a Área de Património Histórico e Museus de que é responsável. Tem repartido os seus estudos pelas áreas do património e museologia e da história contemporânea (história local e movimento operário).

(1^a Parte)

DT: Qual é atualmente o plano aprovado para requalificação do núcleo da Mundet?

FA: Bom dia. Antes de mais, gostaria de iniciar a nossa conversa com um esclarecimento. Eu, de fato, sou a responsável da área do Património e Museus (é assim designada a área) e isso significa que me foram atribuídas responsabilidades, no âmbito da colaboração e cooperação, de gestão e coordenação da equipa do museu, mas, o cargo (vamos assim chamar) que eu assumo não tem a inerência de direção do museu. Neste momento, a pessoa que corresponde ao diretor do museu, enquanto entidade museológica, é a nossa chefe de divisão - Dr^a. Elisabete Cortenhal. É ela que tem de fato, responsabilidade técnica e científica do museu, não é o meu caso. Portanto aquilo

que lhe vou responder, será no âmbito daquilo que são as minhas funções, enquanto técnica e responsável de área. Em relação à questão que me coloca (secalhar vou responder às duas, eu tenho à minha frente o guião da entrevista, dando resposta associando a segunda questão também) que tem a ver com o projeto aprovado pela CMS, não só a *Mundet*, mas também o museu. Ora, neste momento, o que acontece e que está em vias de desenvolvimento, trata-se de um plano de desenvolvimento cultural do município do Seixal, que pretende enquadrar, entre outras áreas, o que o plano cultural que abrange a área, propriamente da cultura, a parte das bibliotecas, das galerias e do museu. E portanto, esse seria o programa estratégico global e básico para todas estas áreas, no qual integraria também, aquilo que seria o programa de requalificação do próprio museu. Ora, o que acontece, é que esse plano de desenvolvimento cultural teve inicio em 2016, mas neste momento, ainda não está concluído e ainda não se chegou, propriamente, à fase de requalificação (programa de requalificação do Ecomuseu) que logicamente, iria integrar o núcleo da *Mundet*, entre outros, núcleos e extensões que compõem o Ecomuseu. Portanto, isso é um documento que nós não temos, e, não temos, digamos, um programa museológico a médio e longo prazo. Estamos a trabalhar com um programa que advém dos vários projetos que se encontram neste momento em desenvolvimento. O Ecomuseu está organizado há vários anos já, de acordo com as várias áreas, os vários temas, em que cada núcleo tem um tema. E, tem uma pessoa à frente desse núcleo, ou seja, uma pessoa que acompanha, faz a investigação, que garante, no fundo, as funções museológicas básicas de estudo e investigação, acompanha os edifícios, núcleos e extensões, também a nível de conservação. E Portanto, todo o museu está organizado, de uma forma, em que tem que haver uma forte integração e articulação entre os vários serviços, nomeadamente a conservação, educação (o serviço educativo). Temos a função básica que é o estudo e investigação e é essa pessoa que faz a investigação do inventário, documentação (tudo isso), que vai depois ser a base de todas as outras atividades e funções museológicas. Que atualmente, mediante aquilo que se estuda e dado o acervo que é inerente ao núcleo, apresenta um projeto. Um projeto expositivo, de comunicação, de iniciativa cultural. E portanto, neste momento, o museu trabalha muito baseado nessas propostas, ou seja, não temos propriamente uma programação a médio e longo prazo estrutural (que devíamos ter, de fato, e gostaríamos de ter) mas, que ficou no âmbito da decisão política e não nos foi pedido para avançar com uma proposta. Daí, termos de fato este sistema e esta programação (digamos) mais imediata, que tem a ver com os projetos que são

apresentados. Portanto, tudo isto para dar um enquadramento sobre o museu, que acho que lhe interessa. Em relação à *Mundet*, especificamente, é um caso um pouco especial (enfim há outros casos especiais, igualmente meritórios) mas, a *Mundet* foi adquirida pela autarquia no final de 1996, foi constituído núcleo do museu que passou a integrar-se em 2001, apesar de anteriormente (aliás, posso até referir, possivelmente também saberá, que a *Mundet* foi adquirida em 1996, havia um projeto municipal para estabelecer aqui a Universidade Aberta). Também, desde logo houve essa intenção, houve um processo de patrimonialização, de chamar a comunidade, enfim, de evidenciar o interesse da *Mundet* para o desenvolvimento, para construção social, económica de todo o concelho, mais diretamente, aqui com a comunidade local. Portanto, apartir de 1997, o museu começou a trabalhar no levantamento, inventário, documentação da *Mundet*. Em que aliás, eu fiz parte a partir de Março de 1997. Eu, de fato, neste momento sou um dos elementos do museu, que tem uma relação digamos, temporalmente mais longa com o sítio, que foi meu objeto de trabalho e estudo - a *Mundet*. Em 2010, passando praticamente uma década desde a aquisição da *Mundet*, de todo este recinto, foi nos solicitado superiormente, que apresentássemos um projeto para *Mundet*. Foi uma situação, não posso dizer que seja única, mas foi de fato um processo interessante. Porque, houve um grupo de trabalho técnico, que organizou e apresentou uma proposta para a *Mundet*, de acordo com as indicações superiores que nos tinham sido dadas. Que eram, de toda esta área, de todo o edificado, fazermos no fundo, algo que nunca tínhamos feito antes. Que era da seleção dos edifícios, que dado o interesse ficariam para o museu e continuariam a constituir o que é chamado o núcleo da *Mundet*. E, aqueles que seriam cedidos para outras utilizações. Nesse momento, juntou-se uma equipa de técnicos de museu, em que trabalhámos e refletimos sobre o assunto, que englobou as três últimas chefias de divisão. A esse nível foi interessante, o documento contou com a participação da Dr^a. Graça Filipe, com o Dr^o. Jorge Raposo, que tinha sido chefe de divisão e arqueólogo da autarquia; Dr^a. Carmo Costa, que também era na altura chefe de divisão e que, anteriormente e posteriormente quando saiu, continuou a assumir a coordenação do serviço educativo. E, também a colega da conservação. Eu própria estive incluída. Também o Arq^o. João Paulo Santos, que era o arquitecto da equipa. Portanto, da nossa reflexão saiu um documento de proposta daquilo que seria o futuro da *Mundet* - A proposta técnica. Que foi considerada proposta de trabalho, superiormente, isto para lhe dizer que a nossa proposta acabou por não ser exatamente aquilo que veio a acontecer e que superiormente foi decidido. Mas nós trabalhamos para

uma tutela, o museu é tutelado pela autarquia, e portanto, nós fazemos as propostas técnicas e a autarquia decide.

DT: Para salvaguarda e preservação do património cultural, da responsabilidade do projeto de requalificação aprovado pela CMS, quais considera serem as premissas a respeitar?

FA: Bom, antes de mais, considero que neste momento será necessário voltar a reconsiderar e repensar exatamente qual é o modelo que queremos para o museu. Ou seja, o Ecomuseu atualmente não é o mesmo, não é a mesma estrutura (aliás, não é uma questão de estrutura, porque basicamente a estrutura é mesma) mas, as condições que se apresentam atualmente ao ecomuseu não são as mesmas de há uns anos atrás. Até porque, o museu já tem mais de 30 anos, portanto é uma estrutura de certa maneira “envelhecida” e os propósitos, aquilo que nós agora podemos estabelecer como objetivos para o ecomuseu, já não são os mesmos. O tempo muda, inclusive nós. Nos adaptamos ou deveríamos tentar adaptar aos novos tempos, acho que é isso que o museu necessita. É necessário, haver de novo uma reflexão sobre o museu e voltar um pouco à linha inicial. O museu, como sabemos é Ecomuseu, portanto há toda uma filosofia associada em relação à comunidade local. Que a partir de determinada altura não acho que se tem perdido, mas, que se enfraqueceu. Portanto, iniciou com o desenvolvimento de apoio da comunidade, a comunidade queria um museu. Depois, à medida que vamos evoluindo nos projetos, eventualmente, chamamos a comunidade a participar. Mas, já não é uma ligação tão forte, porque na verdade (e estou me a cingir ao que à *Mundet* diz respeito) não temos desenvolvido por vários motivos, tantos projetos que possamos contar com a comunidade. Neste momento, nós temos um projeto de abertura da oficina “de Rebaixar” e com ele um projeto de uma nova exposição (depois haveremos de falar mais em frente). Portanto, daí gostaríamos de voltar a contar, a apelar à comunidade e seria essencial para montar a exposição, mas falaremos mais adiante.

DT: Como resposta aos rápidos mecanismos de mudança e desenvolvimento sociocultural, como considera que o projeto de requalificação obedece à identidade e representatividade do sítio industrial para a memória coletiva da comunidade?

FA: Ora aqui a questão, volto a repetir, é que não há propriamente um projeto de requalificação. Houve um primeiro projeto de requalificação do Ecomuseu, que data de 2001/2003. Portanto, estamos de fato a necessitar bastante de voltar a repensar o museu

e de fazer uma nova proposta e um novo projeto de requalificação, mas deste momento não temos. Aquilo que me parece óbvio, sendo um Ecomuseu é que de fato teremos de voltar, ou melhor, este projeto terá sempre de contar com as vertentes de identidade, representatividade do sítio e da memória coletiva.

DT: Respeitante à sustentabilidade e participação social que a ecomuseologia valoriza, quais são os principais benefícios que se espera deste projeto?

FA: Estamos a falar de que projeto?

DT: De um projeto que averiguamos que de fato não temos. Mas podemos falar de uma forma mais hipotética ou pensar num futuro próximo.

FA: Repare, os benefícios são todos aqueles que podemos pensar, porque de fato, o museu não é só um sítio, não é apenas um repositório de museu, mas também penso que o museu, o Ecomuseu em especial é também ele um contributo de coesão social e de construção social para a comunidade local, que é importante preservar. Portanto, os benefícios são óbvios.

DT: Em que medida o núcleo museológico *Mundet* estará capacitado para acolher o público que visitar o sítio patrimonial?

FA: Neste momento, aquilo que nós consideramos o núcleo museológico da *Mundet*, já não é tão óbvio como era há uns anos atrás. Há uns anos atrás (há curtos anos atrás), nós considerávamos que o núcleo da *Mundet* era todo o recinto das antigas instalações fabris. Neste momento e dado a atribuição de outros usos a vastas áreas da *Mundet*, ainda está para se (re)definir o que é o núcleo museológico em si. Neste momento, na minha perspetiva é uma área muito restrita em relação à que tínhamos há uns anos atrás, até porque (há uns anos atrás) era da responsabilidade do museu todo o recinto e todo o espaço. E neste momento, já é uma outra realidade. Portanto, não é assim. Será necessário, de fato, criar melhores condições para acolher o público. Esse sempre foi um lado que na *Mundet* nunca foi muito desenvolvido. Nós tínhamos, na minha perspetiva, condições mínimas para acolher o público, mas de fato temos que melhorar as condições de acolhimento. E estou a falar a vários níveis o acolhimento, não só quando falamos das questões mais básicas, as instalações sanitárias, de ter sítios, por exemplo, um grupo escolar poder lanchar, porque não há. Os nossos espaços, por exemplo, nós mantivemos em termos de conservação as características industriais do edifício. Tentámos não melhorar e estou a pensar no edifício *Babcock & Wilcox* que tem um

lanternim aberto, que a função industrial era óbvia (de ventilação) mas para o público é terrível porque deixa entrar por exemplo, a chuva. E, a nível por exemplo dos obstáculos físicos, nós não temos espaços adaptados de maneira a ser acessível a qualquer tipo de público, mas isso não se conseguiu. Mesmo em termos de comunicação, não é também muito “friendly”. Digamos alguém que chega ao portão da *Mundet*, não está lá a informação sequer, onde se deve dirigir ou onde poderá encontrar as áreas expositivas, enfim. Temos também um outro problema, que tem a ver com as próprias condições de conservação dos edifícios. Nós, neste momento temos os nossos núcleos expositivos encerrados, devido enfim, à falta de manutenção do edificado que não se apresenta nas melhores condições. Estamos neste momento a desenvolver esforços para que tudo isso se resolvadentro do mais curto prazo possível, por isso temos todo um caminho ainda a percorrer em relação à questão de acolhimento do público.

(2^a Parte)

DT: No que compromete a antiga oficina “de rebaixar”, como descreve a sua importância para o discurso museográfico latente no núcleo da *mundet*, com os edifícios das caldeiras *Babcock & Wilcox* e das caldeiras de Cozer?

FA: A “oficina de rebaixar” vem a complementar, espero eu, através da sua musealização e das condições de acolhimento do público que vamos criar no seu interior, vir melhorartoda a área expositivado núcleo da *Mundet*. Que aliás, e já que referimos os edifícios das caldeiras *Babcock & Wilcox* e das caldeiras de cozer, nós tínhamos, há uns anos, um projeto de criar um circuito expositivo que era algo mais abrangente aos outros edifícios da *mundet*. E pensámos, enfim, em poder evoluir para o processo produtivo dentro da fábrica. Tal não é possível, porque isso abrange cerca de 6 hectares de património edificado. Neste momento, encaramos um projeto mais restrito. E aquilo que nós pensamos, é poder apresentar ao público pela primeira vez, aquilo que me parece, que até em Portugal é um bocadinho pioneiro. Porque, quando se visita museus industriais e técnicos, aquilo que é apresentado é habitualmente, uma exposição que tem uma máquina de cada processo produtivo. E portanto, não se tem bem ideia do que é trabalhar numa oficina. Ora, é completamente diferente, com a oficina “de rebaixar” podemos exemplificar, por entrar num espaço onde ainda estão as máquinas. E a oficina “de rebaixar” tem cerca de 50 máquinas. Enfim, não estou a ser

muito rigorosa mas é de fato um elevado número de máquinas numa oficina. E aí, nós temos a noção do que é trabalhar num espaço muito confinado entre máquinas. Porque havia uma economia de espaço, a pessoa fica com a sensação do que era o operário estar ali 7 a 8 horas perante uma máquina a fazer uma função repetitiva, ou o barulho que deveria ser toda aquela maquinaria a funcionar em simultâneo. E o que era em termos de poeira, porque a oficina “de rebaixar” era uma oficina que se efetuava corte, mas também lixagem da cortiça, portanto, nós imaginamos o que seria a poeirada. Que aliás, depois dá origem a uma doença específica para o trabalhador corticeiro, que tem haver exatamente com a acumulação de poeira de cortiça, que é fininha, nos pulmões. E portanto, a esse nível é importante. Depois é uma fase do processo produtivo, enquanto as caldeiras *Babcock* criam vapor, as caldeiras de cozer iniciam a preparação da matéria-prima, o “de rebaixar” é uma das fases de produção de cortiça, do produto, da rolha. E portanto, a esse nível está associado. Falta aqui uma outra área que nós gostaríamos de criar em termos expositivos, que é uma área que se liga às infra-estruturas energéticas. E isto porque, nós tínhamos os geradores de vapor, estes foram importantes para a fábrica, não só para posicionamento e preparação de matéria-prima, mas foram dadas outras funções ao processo produtivo. O vapor alimentava e abastecia vários instrumentos industriais da fábrica. Nomeadamente, as auto-claves a vapor, secadores a vapor, os próprios banhos que existiam na fábrica. Aí queremos também evidenciar esse aspeto, que é possível no “rebaixar”, que tem uma área de balneários. E evidenciar os aspetos que a fábrica tinha, e proporcionava aos seus trabalhadores: o banho de água quente, quando que no Seixal, pela mesma altura, não havia sequer possibilidade de haver banhos nas próprias habitações dos trabalhadores. Portanto, essa parte das energias, quer do vapor quer da eletricidade, porque havia uma central termoelétrica na fábrica, é também um núcleo ou uma vertente de exposição que queremos desenvolver, em associação a estes edifícios. Também criar um percurso visitável dentro da própria área que será a nossa área de reservas. Porque dentro desta área há vários equipamentos que também funcionavam a vapor. Portanto, teríamos de relacionar todos estes edifícios e elementos num discurso museográfico, o mais coerentemente possível.

DT: No decorrer da sua inventariação, levantamento arquitectónico e programa preliminar de requalificação. Quais foram os principais desafios no processo de musealização do edifício “de rebaixar”?

FA: É assim, quando iniciámos a inventariação da Mundet, nós éramos uma equipa de quatro elementos. Isto também tem uma origem, a autarquia adquiriu como disse, a Mundet em 1996. Logo a seguir (1997-98) surgiram se os projetos também de inventário, levantamento, comunicação e investigação, quer da fábrica da pólvora de Vale Milhaços, quer do Alto-forno da Siderurgia Nacional. Portanto, se a Mundet já era bastante exigente a nível da equipa técnica do museu, de tal maneira que a equipa técnica não foi suficiente para fazer face a essa vertente, criou-se uma equipa de património industrial. Portanto, apareceram investigadores externos para apoiar, nomeadamente, professores do concelho que se associaram à iniciativa do inventário do património. O trabalho que foi desenvolvido de inventário, criação de instrumentos, desde logo para inventariação e metodologias de inventário, que nos permitiram no caso da Mundet, assim como no caso da fábrica da pólvora, sendo que é um processo diferente (o do Alto forno também), eram sítios que ainda estavam em funcionamento e portanto, pôde se contar com a colaboração dos seus trabalhadores e pessoal técnico. No caso da Mundet, isso não ocorreu porque a fábrica já tinha parado há muito tempo. E portanto, nós para além de recorrermos bastante da documentação que existia nos antigos escritórios (agora os serviços centrais do museu). Também, contou-se muito com observação da oficina e colaboração de antigos trabalhadores, que foram chamados em vir visitar os espaços connosco e explicarem de fato, como é que funcionava a oficina, quais os produtos que se fabricavam. Enfim, mas isso permitiu-nos também termos a noção daquilo que seriam as oficinas principais, no processo produtivo tudo é importante. Mas de fato, aquelas que eram tecnologicamente mais antigas, os processos de trabalho e também que eram desenvolvidos com uma maior colaboração dos trabalhadores, em que havia de fato, oficinas aqui como a oficina de papel, que era um trabalho quase artesanal, que contava muito com habilidade, com a experiência e o “saber fazer” do trabalhador. E isso permitiu-nos de fato distinguir as oficinas principais e que seriam importantes de preservar. No caso do papel, não foi possível porque ao longo de todos os anos em que a oficina ficou parada, em que o edifício não teve as intervenções de conservação, reparação que eram exigidas, chegou a um ponto que era na zona mais fronteira da fábrica, chegou a um ponto de risco de colapso eminente. E a

autarquia entendeu avançar, não sabíamos muito bem quais seriam as consequências para a via pública. Acabou pela autarquia optar pela sua demolição, embora tivéssemos uma quantidade de espólio e documentação. Sobretudo na ecomuseologia, sempre foi política do museu, defender a preservação e conservação *in situ*. Explicar depois, a todos visitantes e interessados como é que havia, como funcionava, o quê que se fazia. Mas, no próprio sítio, não andar a deslocar o equipamento. Fomos forçados a deslocar uma parte que está na exposição das *Babcock&Wilcox* por estes motivos, devido ao risco de colapso e decisão de demolição.

DT: Atualmente, como se estabelece o programa museológico do edifício “de rebaixar”?

FA: Neste momento, o programa museológico que foi proposto pressupõe a musealização de todo o edifício, mas com diferentes utilizações, se assim o podemos dizer. Enquanto, portanto já agora, o edifício organizava-se com outros edifícios e oficiais aqui da Mundet. A oficina encontra-se instalada no piso superior, e o piso térreo da oficina é secundarizado, digamos assim, no processo industrial, na perspetiva em que é o sítio de recolha do produto terminado, sendo portanto um espaço mais vazio. Isto acontece não só na oficina “de rebaixar” mas também nas outras oficinas, era assim que acontecia. Ora, o que nós prevemos em termos de programa museológico para o edifício, é manter tanto quanto é possível a leitura do edifício, ou seja, prevemos para o piso térreo a exposição da área de exposição mas sem retirar o equipamento industrial que lá está, que eram as canalizações por onde desciam as rolhas e depois eram ensacadas, e portanto nós queremos um programa expositivo que respeita esses equipamentos que ainda se encontram no piso térreo. No piso superior do “de rebaixar”, queremos manter a oficina tal como existe neste momento, promovendo alguns pontos de leitura e interpretação da oficina. Porque nós estamos a pensar numa exposição que não tenha que ser necessariamente acompanhada por um colega de acolhimento ou do serviço educativo, obviamente que isso viria a acontecer. Mas, de um espaço que o visitante possa visitar autonomamente. E para isso precisará alguma informação, algum suporte informativo que lhe diga exatamente o que se fazia ali, até porque ali, quando entramos reparamos que essas máquinas são todas iguais, mas não são de fato. Portanto será necessária alguma informação a esse nível. Isto, na oficina “de rebaixar” propriamente, em anexo à oficina “de rebaixar” nós incluímos o conjunto de oficina “de quadrar”. Esta tem um imóvel acoplado que era os antigos balneários da oficina. E ai

nós queremos, ele estão divididos em duas áreas pelo corredor central, queremos manter metade desses balneários, para podermos interpretar o balneário na fábrica também, em termo da comunidade (como disse á pouco, numa fase em que praticamente não havia abastecimento de água ao domicilio, quanto mais banho de água quente) de outro lado queremos instalar umas instalações sanitárias de fato que vão servir não só aos públicos da oficina “de rebaixar”, mas os públicos que visitem toda a área expositiva do núcleo da Mundet. Queremos também, que quando se entra, (existe uma espécie de antecâmara, antes de entrar na oficina “de rebaixar”) instalar uma área de receção de públicos, de informação sobre a Mundet e outros núcleos do Ecomuseu. Será uma área de acesso às instalações sanitárias, ao “de rebaixar”, mais propriamente, à área expositiva. Portanto, vamos consolidar e reforçar, digamos assim, as condições que temos (que não são as melhores) de acolhimento de público. E este no geral, é o programa museológico que está previsto para oficina “de rebaixar”.

Fátima Afonso - técnica superior da CMS – Área de Património Histórico e Museus (Ecomuseu Municipal do Seixal)

Seixal, 8 de Maio de 2019

Anexo 2) Transcrição de entrevista realizada a Dr^a Graça Filipe, em 30 de Abril de 2019 (redigido e enviado por correio eletrónico)

Nota Biográfica

Graça Filipe. Mestre em Museologia e Património (NOVA FCSH, 2001), licenciatura em História (FLUL, 1980) e pós-graduação em Museologia Social (UAL, 1991). Técnica superior da Câmara Municipal do Seixal, na área de património e de museologia – Ecomuseu Municipal do Seixal: investigação histórica, estudo e gestão de património e programação museológica. Foi coordenadora (1989-1995) e directora do Ecomuseu Municipal do Seixal, chefe de Divisão de Património Histórico e Natural (1995-2009). Investigadora integrada do IHC – NOVA FCSH. Docente Universitária como assistente na NOVA FCSH. É membro do ICOM Portugal, da Associação Portuguesa para o Património Industrial e da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

DT1: Quais os principais desafios no processo de patrimonialização do núcleo museológico Mundet?

GF1: Uma coisa é o chamado processo de patrimonialização da antiga fábrica de pólvora da Mundet no Seixal, outra coisa é a criação do núcleo museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal na Mundet. Considerando que o Ecomuseu, de tutela municipal, teve um papel incontornável na activação do processo de patrimonialização, creio que na situação presente são dois os desafios principais, indissociáveis um do outro. Por um lado, a (re)definição daquilo que constitui património, in situ e deslocalizado, representativo da Mundet, contemplando os procedimentos de inventariação patrimonial e/ou museológica. Por outro lado, a assumpção, por parte do Município (através dos inerentes meios técnicos e legais, desejavelmente de modo inclusivo através de uma dinâmica participativa) de uma (re)programação museológica do Ecomuseu, no qual os recursos patrimoniais e a envolvente urbana da Mundet são cruciais; e, reciprocamente, o Ecomuseu Municipal pode constituir um eixo vital de activação patrimonial, também no caso da Mundet.

DT2: Quais considera serem as principais premissas a serem respeitadas na preservação e salvaguarda do património industrial face ao projeto aprovado pela CMS para a requalificação do sítio industrial Mundet?

GF2: Não tenho acesso, portanto desconheço, o projecto que diz ter sido aprovado pela CMS.

DT3: A Ecomuseologia valoriza a participação social. De que forma o núcleo museológico Mundet poderá beneficiar da comparticipação e polivalência apresentada pelas futuras entidades a integrarem-se no projeto de requalificação do complexo Mundet?

GF3: Como já referi anteriormente, desconheço o projecto e também não sei quais são as entidades aludidas na sua pergunta.

DT4: De que forma considera que o projeto de requalificação obedece à identidade e representatividade do sítio industrial para a memória coletiva e população local como resposta aos rápidos mecanismos de mudança e desenvolvimento sociocultural?

GF4: Mais uma vez não consigo responder sobre um projecto de requalificação que desconheço. Recordo no entanto que o Município do Seixal se tornou detentor do espaço e dos recursos da Mundet em 1996, momento a partir do qual o Ecomuseu Municipal do Seixal aí se começou a instalar, tendo a Mundet sidopor deliberação municipal incluída como seu núcleo em 2001, e que, portanto, há um longo período de intervenção e de responsabilidade municipal a considerar no processo de reutilização do sítio, no potenciar da sua valorização patrimonial e na sua fruição pública, quer pela população local, quer por variados tipos de usufrutuários. Importa sempre avaliar as experiências, ponderar os meios e recursos empregues, e os resultados alcançados, quando se trata de projectar o futuro. Naturalmente, os intervenientes, as necessidades, as expectativas e as possibilidades de hoje serão outros, e diferentes, dos de há mais de duas décadas atrás.

Graça Filipe – técnica superior da CMS – Divisão de Cultura e Património (Ecomuseu Municipal do Seixal)

Seixal, 30 de Abril de 2019

Anexo 3) Imagens referentes ao projeto do Hotel Mundet (com atualização em 07-02-2019)



Imagens 2 e 3) Vista aérea da área de construção; Projeção de Fachada Principal do Hotel Mundet, com inauguração prevista dentro de dois anos. (com atualização em 07-02-2019, imagens sujeitas a manipulação digital)

Fonte: “*Onze imagens para ver aquela que já foi a maior fábrica de cortiça e agora vai ser um hotel de luxo*” Expresso Online, publicado a 07.02.2019 às 15h10 (Consultado a 16 de Junho de 2019 às 20h30) [Disponível Online] Em:<https://expresso.pt/economia/2019-02-07-Onze-imagens-para-ver-aquela-que-ja-foi-a-maior-fabrica-de-cortica-e-agora-vai-ser-um-hotel-de-luxo>